



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Alberto António Araújo Fernandes

Património Cultural Mirandês

Um contributo para uma abordagem político-económica

Mestrado em Gestão Artística e Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Joaquim José Peres Escaleira

Com coorientação do
Professor Doutor António Bárbolo Alves

Fevereiro de 2015

À minha mãe.

Agradecimentos

É com enorme satisfação que concluo mais uma etapa no meu percurso académico. Impõe-se, neste momento, uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram diretamente para o sucesso desta dissertação embora muitas outras pudessem aqui ser referidas pelo apoio, disponibilidade e encorajamento demonstrados.

Assim, agradeço ao Professor Doutor Joaquim José Peres Escaleira, com quem tive o primeiro contacto com a Economia da Cultura e que sabiamente me foi traçando as linhas orientadoras durante este longo trabalho. Foi um gosto contar com a sua orientação.

Ao Professor Doutor António Bárbolo Alves que teve a amabilidade de me aceitar como coorientando, disponibilidade, sapiência e (muita) paciência para me guiar pelos caminhos da identidade cultural e do património cultural mirandês, o meu sincero agradecimento.

Ao Professor Doutor António Nuno Marcos Rodrigues, hábil perito na arte do *SPSS*, pelo inestimável contributo para o tratamento estatístico dos dados recolhidos, o meu muito obrigado.

Ao Doutor Júlio Meirinhos, o meu agradecimento, pelo importante contributo que a sua entrevista representou para este trabalho.

Agradeço também a abertura e colaboração que encontrei por parte das pessoas responsáveis pelos bens em estudo: no caso da concatedral e do Museu da Terra de Miranda na pessoa do seu ex-diretor, o Doutor Jean-Yves Durand e da sua sucessora e atual diretora, a Doutora Celina Pinto Bárbaro pelas informações disponibilizadas, de igual forma fica o agradecimento ao restante *staff* pela simpatia e ajuda na distribuição dos questionários; à Europarques na pessoa do seu coordenador, Don David de Salvador Velasco; à organização do Festival *L Burro i l Gueiteiro* nomeadamente aos Galandum Galundaina e à AEPGA na pessoa do Doutor Miguel Nóvoa pelos dados fornecidos; ao Doutor Mário Correia por ter permitido a recolha de questionários durante o Festival Intercéltico de Sendim; e também à Tânia Jordão e ao Bruno Gomes pela colaboração na recolha de questionários nos respetivos restaurantes. E ainda um *hug* ao Maciel Santos.

Não poderia deixar por endereçar um muito obrigado aos tios, Manuel e Lena, pelo apoio e por me fazerem, também em Viana do Castelo, sentir em casa.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de agradecimento às pessoas que me são mais próximas, a minha irmã e o meu pai, por tudo. Sem o seu apoio não me teria sido possível concluir este percurso.

Resumo

O património cultural (material e imaterial) constitui-se atualmente como um veículo de promoção territorial de inegável valor. A sua preservação, promoção e rentabilização estão presentes na generalidade das estratégias de desenvolvimento regional. Esta importância, além do valor cultural que lhe está implícito, resulta também num valor económico derivado principalmente da rentabilização turística de que é alvo. O património cultural mirandês é composto por uma diversidade de bens incorporando características como a singularidade, autenticidade e unicidade que o definem enquanto referente da identidade cultural mirandesa e que o diferenciam e valorizam enquanto produto cultural.

A economia da cultura, fortemente impulsionada pelas indústrias culturais e criativas, é uma área disciplinar cada vez mais presente em artigos e estudos que justificam e conduzem a definição de políticas culturais.

Não existindo nenhum estudo relacionando a economia da cultura e o património cultural mirandês, pretende-se com esta dissertação refletir sobre a sua valoração e impactos que este provoca na economia local. Neste trabalho recorre-se à descrição dos métodos de valoração, nomeadamente à técnica das preferências declaradas (disponibilidade a pagar para a qual foram realizados questionários a residentes no município de Miranda do Douro) e à técnica das preferências reveladas (método do custo de viagem para a qual foram realizados questionários a visitantes de 6 bens integrantes do património cultural mirandês: o Museu da Terra de Miranda, a Concatedral de Miranda do Douro, o Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional, a gastronomia local, o Festival *L Burro / Gueiteiro* e o Festival Intercéltico de Sendim).

Com esta investigação preliminar pretende-se abrir o caminho para um tema cada vez mais atual bem como para a necessidade de trabalhos mais exaustivos relativos a esta matéria.

Palavras-chave:

Património Cultural Mirandês; Economia da Cultura; Disponibilidade a Pagar; Método do Custo de Viagem; Identidade Cultural; Política Cultural.

Abstract

Nowadays, the cultural heritage (tangible and intangible) is considered to be a vehicle for territorial promotion of undeniable value. Its preservation, promotion and monetization are generally present in the regional development strategies. This importance, besides the cultural value that is implicit, also results in economic value obtained mainly from targeted tourist monetization. The mirandese cultural heritage consists of a variety of goods that incorporate features such as singularity, uniqueness and authenticity which define it as a referent of mirandese cultural identity, distinguishing and valuing it as a cultural product.

The economy of culture, strongly driven by cultural and creative industries, is a subject area increasingly present in articles and studies that justify and drive the definition of cultural policies.

In the absence of studies involving the economy of culture and the mirandese cultural heritage, the purpose of this dissertation is to think over the value and impact of these causes in local economy. This paper focuses the methods of valuation description, including the stated preferences method (willingness to pay for which were carried out questionnaires to residents in the municipality of *Miranda do Douro*), and the revealed preferences method (travel cost method to which were carried out questionnaires to visitors from six goods of mirandese cultural heritage: the Museum of *Terra de Miranda*, the *Concatedral de Miranda do Douro*, the *Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional*, the local gastronomy, the Festival *L Burro i l Gueiteiro* and the Festival *Intercéltico de Sendim*).

This preliminary investigation is intended to pave the way for an increasingly present topic as well as to invoke the need for more comprehensive work on the subject.

Keywords:

Mirandese Cultural Heritage; Economy of Culture; Willingness to Pay; Travel Cost Method; Cultural Identity; Cultural Policy.

Resumo

L patrimonio cultural (material i eimaterial) ye, hoije an die, un strumento de promoçon territorial d'einegable balor. La sue preserbaçon, promoçon i rentabelizaçon stan persentes na maiorie de las stratégiás de zambulbimiento regional. Esta amportança, para alhá de l balor cultural que ten por si, resulta tamien nun balor eiconómico deribado prancipalmente de la rentabilizaçon turística de que ye albo. L patrimonio cultural mirandés cumpon-se d'ua dibersidade de bienes antegrando calactelísticas cumo la singularidade, outentecidade i ounicidade que l defínen anquanto produto cultural.

L'economie de la cultura, fuortemente ampulsionada pulas andústrias culturales i criatibas, ye un campo çplinar cada beç mais persente an artigos i studos que justifican i condúzen a la definiçon de políticas culturales.

Nun habendo ningun studo relacionando l'economie de la cultura cun l patrimonio cultural mirandés, pretende-se cun esta dissertaçõn reflitir subre la sue baloraçon i resultados qu'eilha ten n'economie local. Neste trabalho recuorre-se a la çcriçon de ls modos de baloraçon, subretudo a la técnica de las preferências çclaradas (çponibilidade a pagar para la qual fúrun feitos questionairos a rejidentes an ne cunceelho de Miranda de l Douro) i a la técnica de las preferências rebeladas (método de l custo de biaige para la qual fúrun rializados questionairos a besitantes de seis bienes antegrantes de l patrimonio cultural mirandés: l Museu de la Tierra de Miranda, la Cuncatedral de Miranda de l Douro, l Cruzeiro Ambiental de l Douro Anternacional, la gastronomie local, l Festibal L Burro i l Gueiteiro i l Festibal Antercéltico de Sendin).

Cun esta ambestigaçon preliminar preténde-se abrir l camino para un tema cada beç mais atual asi cumo pa la necidade de trabalhos mais profundos relatibos a esta matéria.

Palabras-chabe:

Patrimonio Cultural Mirandés; Eiconomie de la Cultura; Çponibilidade a Pagar; Método de l Custo de Biaige; Eidentidade Cultural; Política Cultural.

Índice

1	Introdução	1
2	Património cultural: um conceito em construção	5
2.1	Para uma definição de património	7
2.2	Quadro legislativo	10
2.3	Quadro legislativo mirandês	13
2.4	A identidade cultural	14
2.5	Desenvolvimento e património cultural	17
2.6	A dimensão económica do património cultural	21
2.7	Caraterísticas dos bens culturais	26
3	Património Cultural Mirandês	29
3.1	A Terra de Miranda: do nascimento à atualidade	29
3.2	A língua mirandesa	33
3.3	Património cultural mirandês: entre o material e o imaterial	35
4	Estudo empírico	39
4.1	A disponibilidade a pagar	40
4.2	O método do custo viagem	42
4.3	A entrevista e a análise de documentos	43
4.4	Bens em estudo	44

4.4.1	Museu da Terra de Miranda	44
4.4.2	Concatedral de Miranda do Douro	45
4.4.3	Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional	47
4.4.4	Gastronomia	48
4.4.5	Festival <i>L burro i l gueiteiro</i>	49
4.4.6	Festival Intercéltico de Sendim	51
5	Análise de dados	53
5.1	Disponibilidade a pagar	53
5.2	Custo de viagem	57
6	Conclusões e perspetivas	71
7	Bibliografia	75
8	Webgrafia	89
9	Anexos	91

Índice de figuras

Figura 1 – Residentes no município de Miranda do Douro (%)	53
Figura 2 – Distribuição por género (%)	54
Figura 3 – Distribuição por idade	54
Figura 4 – Habilitações literárias (%)	55
Figura 5 – Situação perante a profissão (%)	55
Figura 6 – Rendimento do agregado familiar (%)	56
Figura 7 – Disponibilidade a pagar (€)	56
Figura 8 – Distribuição dos questionários, por bem estudado	58
Figura 9 – Distribuição dos visitantes por idade	58
Figura 10 – Distribuição dos visitantes por género (%)	59
Figura 11 – Número de acompanhantes por visitante	59
Figura 12 - Número de acompanhantes por visitante, por bem estudado	60
Figura 13 – Número de visitas a Miranda do Douro, por ano	60
Figura 14 – Habilitações literárias dos visitantes (%)	61
Figura 15 – Rendimento do agregado familiar dos visitantes (%)	61
Figura 16 – País de origem dos visitantes (%)	62
Figura 17 – Meio de transporte utilizado (%)	62
Figura 18 – Distância percorrida (Km)	63
Figura 19 – Custo de deslocação (€)	63
Figura 20 – Custo médio de deslocação, por bem estudado (€)	64
Figura 21 – Número de noites em Miranda do Douro	64
Figura 22 – Estadias em Miranda do Douro, por bem estudado (%)	65
Figura 23 – Tipo de alojamento (%)	65
Figura 24 – Custo por dormida (€)	66
Figura 25 – Custo médio por dormida, por bem estudado (€)	66
Figura 26 – Custo total de viagem, por bem estudado (€)	68
Figura 27 – Impacto económico estimado, por bem estudado (€)	70

Índice de anexos

Anexo 1 – Entrevista ao Doutor Júlio Meirinhos	91
Anexo 2 – Lei 7/99 de 29 de janeiro	97
Anexo 3 – Questionário Disponibilidade a Pagar	98
Anexo 4 – Questionário Custo de Viagem – Museu da Terra de Miranda	99
Anexo 5 – Questionário Custo de Viagem – Concatedral de Miranda do Douro	100
Anexo 6 – Questionário Custo de Viagem – Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional ..	101
Anexo 7 – Questionário Custo de Viagem – Gastronomia	102
Anexo 8 – Questionário Custo de Viagem – Festival “ <i>L Burro i l Gueiteiro</i> ”	103
Anexo 9 – Questionário Custo de Viagem – Festival Intercéltico de Sendim	104

“Estimular o sentimento regionalista é estimular o patriotismo, tão necessário aos empreendimentos e ideias generosas, porque amando a terra em que se nasceu, ganhando interesse por ela, por amor ao próprio interesse, chegar-se-á a amar o país inteiro, a pátria de tão nobres tradições.

E não havendo ninguém que esqueça a sua terra, à qual nos prendem recordações, a não ser por aberração excepcional, opondo, assim, ao negativismo e ao nulismo os sentimentos nobres e dignificantes.

O campo regionalista dá, por isso, ensejo a exercitar a sensibilidade e a afiná-la, em vez de a enlamear com animosidades e vindictas mesquinhas. Desejar ser útil à terra, ansiar por vê-la grande, material e moralmente, promover-lhe o bem estar e contribuir para o seu engrandecimento é muito mais generoso do que excitar e esgotar a sensibilidade em intrigas vácuas e dissolventes.”

Artur Carlos Alves

1 Introdução

É inegável que existe uma importância crescente nas relações que se estabelecem entre a cultura e a economia. A importância destas relações está também presente nas medidas de proteção, preservação e promoção de que é alvo o património cultural devido ao peso que este ocupa não só na promoção territorial mas também no próprio desenvolvimento das comunidades, nomeadamente através da criação de emprego, da capacidade deste em gerar externalidades positivas na economia, do seu contributo para a identificação cultural dos indivíduos e do próprio território, entre outras características que serão abordadas mais adiante. Estas externalidades ocorrem maioritariamente devido aos fluxos turísticos que aqui são vistos como um meio de desenvolvimento plural ao contribuírem para a preservação do património e simultaneamente para a dinamização da economia local. “O campo cultural exporta aos restantes campos socioeconómicos um conjunto de valores que implicam um reposicionamento ético e encaixam melhor com o conceito de desenvolvimento sustentável” (Köster, 2012, p. 15). Apesar do reconhecimento destas potencialidades, são ainda escassos os estudos que relacionam a economia e a cultura.

Considerando o património cultural como um todo interligado e evitando partir de uma posição extremadamente mercantilista, pretende-se contudo focar o presente trabalho nas potencialidades que este incorpora, nomeadamente a nível do desenvolvimento económico e social. De facto, segundo Pérez (2006), “o património cultural tem-se convertido na nova heráldica do poder” (p. 39) o que atesta da sua importância estratégica na definição e implementação de políticas culturais cujos efeitos se repercutem positivamente em outros setores da sociedade através do conhecido efeito *spillover* que como veremos caracteriza o setor cultural. A nível local “a autonomização do pelouro da cultura tem sido evidenciada (...) como sinal de uma nova identidade e centralidade da política e da administração cultural local” (Silva, 2007, p. 16) passando as câmaras municipais a terem um papel mais ativo na produção de políticas culturais, embora esse papel surja principalmente associado a uma consequência lógica (e esperada) derivada do compromisso para com a comunidade eleitora não existindo uma diferenciação significativa em função dos partidos que, com maior representação a cada quadriénio, as vão pondo em prática.

A dimensão económica está, necessariamente, cada vez mais presente nas tomadas de decisão no campo da política cultural sendo crescente a quantidade de notícias que se podem consultar enfatizando os valores envolvidos nos investimentos culturais públicos bem como dando conta do impacto económico que estes representam para as comunidades. Atualmente “é a própria economia como um todo que depende cada vez mais, em seu

conjunto, das dimensões culturais” (Negri & Cuocco, 2006, cit. Miguez, 2008, p. 5). Assim, à valorização que vem sendo prestada ao setor cultural, pensamos que é também relevante e premente que haja uma valoração de forma a justificar, por exemplo, o investimento público nele realizado. O setor cultural, e mais especificamente, o património cultural compõe-se de elementos materiais e imateriais tornando a definição da sua valoração económica numa tarefa ainda mais difícil. A imaterialidade, fortemente associada à intangibilidade constitui um dos maiores obstáculos perante a tentativa de valoração do património cultural. Derivada em parte da dificuldade em delimitar concretamente o que se entende por património cultural, a escassez e abstrusidade dos dados disponíveis para produzir informação estatística coerente e fiável é outro dos grandes obstáculos para a compreensão da dimensão económica do património cultural. Para combater esta falta de informação foram elaborados e aplicados questionários que permitiram obter dados relativos a residentes do município de Miranda do Douro e também a visitantes do mesmo. Dessa forma foi possível fazer o tratamento estatístico que está na base das considerações formuladas neste trabalho.

O património cultural mirandês tem sido alvo de diversos estudos, debates e publicações mais ou menos exaustivos, mais ou menos científicos, mais ou menos difundidos, mas sobretudo focados em visões antropológicas que contribuem para o entendimento dos bens que o constituem seja de forma individualizada ou de forma mais holística. O foco histórico-sociológico é uma constante nestes trabalhos, embora a crescente multiplicidade de publicações existentes tenha trazido alguma diversidade de perspetivas. Verifica-se porém a inexistência de quaisquer estudos focados nas interações económicas suscitadas pelo património cultural mirandês, sendo um dos principais objetivos desta dissertação contribuir para a discussão em torno deste tema através de uma proposta para a valoração deste, tentando responder à questão: quanto vale o património cultural mirandês?

Sobre a noção de património veremos, em algumas definições dicionarísticas, que se trata de um termo que tem, em diferentes idiomas, significações muito próximas mas que, por outro lado, deixa abertas diferentes perspetivas da sua definição. Quanto ao enquadramento legal, será feita uma descrição do quadro legal internacional quanto à definição e à importância do património e, no caso português, uma apresentação, em primeiro lugar do quadro jurídico relativo a este conceito e, em segundo lugar, da especificidade legal do património mirandês.

De seguida o ênfase é posto nas várias dimensões que o património cultural comporta, nomeadamente enquanto definidor da identidade cultural de uma comunidade, a sua importância como recurso para o desenvolvimento social e a sua dimensão económica numa perspetiva de produto cultural. Serão também abordadas neste capítulo

considerações sobre a valoração de bens culturais discorrendo sobre os diferentes características que estes englobam.

No capítulo seguinte é feito um enquadramento relativo ao património cultural mirandês, contextualizando geográfica e historicamente a Terra de Miranda, a língua mirandesa e descritos outros bens materiais e imateriais que constituem este vasto património.

Posteriormente é apresentada a proposta metodológica que norteia esta pesquisa. Nesta parte são focados os dois métodos de valoração utilizados e apresentados de forma mais detalhada os bens que foram alvo de estudo.

Por último são analisados e apresentados os dados recolhidos, terminando esta dissertação com as respetivas conclusões onde são apresentadas também algumas perspetivas fruto da informação entretanto apurada.

2 Património Cultural: um conceito em construção

O património cultural no seu sentido coletivo, seja ele de carácter material ou imaterial, possui características peculiares que o tornam um elemento que confere alma a uma determinada comunidade, a qual reclama a sua pertença, o define e se sente identificada por ele. O próprio conceito de património cultural é bastante complexo e tem originado um debate extremamente rico com multiplicidade de teorizações e abordagens. García (1998) refere-se ao património cultural enquanto “*expresión de una comunidad*” (p. 11) e Pérez (2006) fala de casamento entre património e cultura, o que nos transporta para a visão nostálgica que prevalece ao falar-se de património e da paixão pelo passado que as sociedades ocidentais alimentam tal como referido por Guillaume (2003 [1980]), o qual nos fala inclusive de uma construção ficcionada de um passado coletivo através da utilização apenas de raros elementos transformados e combinados desse passado comum. Segundo Canclini (1999), o património cultural “*expresa la solidaridad que une a quienes comparten un conjunto de bienes y prácticas que los identifica*” (p. 17) sendo um elemento que transcende a estratificação da sociedade em classes, etnias e grupos. Excetuando algumas falácias, o processo de construção da identidade cultural de uma comunidade esteve desde sempre sujeito a perdas, a transformações e a dinâmicas criativas acompanhando a cada instante a evolução natural da própria humanidade. Precisamente disso nos dá conta um estudo sobre a valoração do impacto económico, cultural e social da *fiesta* (tauromaquia) editado pelo instituto colombiano Convenio Andrés Bello para quem o património cultural consiste no “*conjunto de manifestaciones culturales materiales e inmateriales que una sociedad hereda, interpreta, dota de significado, se apropia, disfruta, transforma y transmite; es referencia para la identidad, fuente de inspiración para la creatividad y sustento para las proyecciones de futuro de los individuos*” (Mallarino, Jaramillo, Giraldo & Rey, 2004, p. 28) deixando uma clara ideia sobre a questão da constante construção simbólica do património e da sua mutabilidade em função dos sujeitos que reclamam a sua pertença, indo mesmo mais longe ao considerar que o património cultural é algo “*integral que explica y define todo el proceder humano*” (ibidem).

O próprio conceito de cultura, de acordo com Barretto (2007), passou ao longo dos tempos de uma perspetiva evolucionista e homogeneizadora na qual haveria diferentes etapas de desenvolvimento em busca de um ideal comum, para se tornar mais tolerante e aberta reconhecendo a multiculturalidade e respeitando a diversidade cultural. Sobre a palavra cultura e a sua polissemia de interpretações, Eliot expõe-na enquanto “desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou da sociedade como um todo” (cit. Vilar, 2007, p. 133) e Vilar distingue três sentidos para a mesma: “enquanto formação ou educação (...) enquanto identidade de um grupo ou civilização (...) e enquanto conjunto

dos produtos do tríptico Artes/Humanidades/Ciência” (ibidem). Estes sentidos que toma a significação de cultura estão presentes e interligados também no âmbito da cultura enquanto constituinte do património cultural, embora nesta dissertação interesse mais discorrer sobre a cultura como elemento identitário de um grupo. Segundo Sousa (2009), “a cultura relaciona-se positivamente com o progresso e desenvolvimento da sociedade (...) estrutura a forma como as pessoas sentem, pensam e agem” (p. 50). Ainda de acordo com Vilar (2007), cultura descreve “um conjunto de atitudes, crenças, costumes, valores e práticas que são comuns ou partilhadas por um determinado grupo” (p.133) remetendo diretamente para a identidade coletiva que o património cultural confere a uma comunidade. Também Eley e Suny referem que “uma cultura não é o que as pessoas compartilham, mas sim algo pelo qual resolvem lutar (cit. Castells, 1999, p. 45) ressaltando assim o forte caráter que as comunidades revelam ao lutarem pela sua cultura como fator identificador de grupo. É neste contexto que se podem identificar alguns territórios como “nações sem Estado”, cujo elemento nuclear é precisamente uma forte e distintiva identidade cultural. Já em relação à perspectiva evolucionista da cultura e conseqüentemente do património importa ter em conta opiniões como a de André Malraux¹ para quem “a Arte e o Grande Património eram concebidos como uma espécie de substitutos funcionais da religião” (Lopes, 2009, p. 2) numa visão de um “projecto civilizador (...) assente nas obras imateriais, as únicas que vencem a morte e o desgaste da sociedade de massas” (ibidem). Esta perspectiva assenta em processos de difusão completamente verticais e de caráter homogeneizador imposto às comunidades locais como forma de aculturação forçada na busca do ideal comum, passando posteriormente ao conceito de democracia cultural alicerçado no elogio das comunidades, valorizando os fatores endógenos e a diversidade cultural. Passa-se assim da cultura única (ou tentativa de imposição dela) à diversidade de culturas e conseqüente multiplicidade de identidades cuja preservação e promoção se constitui como eixo fundamental da ação da UNESCO.

A adoção por esta organização de uma ampla definição de cultura remonta à Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais da UNESCO de 1982, entendendo o processo de evolução como a conciliação de todas as culturas do mundo com base no reconhecimento da sua igual dignidade, dever de preservar e proteger essa pluralidade cultural e assumindo também um papel apaziguador com efeitos supranacionais, tendo por base o 14º princípio apontado nesta declaração “*man is the origin and the goal of development*”². Não deixa de ser curiosa a associação entre a função pacificadora e a data de criação desta organização que remonta a 1945, ano em que termina a 2ª grande guerra mundial. De facto, a UNESCO torna-se, principalmente a partir da segunda metade do

¹ Ministro dos Assuntos Culturais francês da década de 60 do séc. XX, escritor e proeminente pensador.

² [O Homem é a origem e o objetivo do desenvolvimento] tradução livre.

século XX, através da legitimação que lhe conferem 195 países membros, a organização de referência a nível mundial com autoridade para classificar, inventariar e legislar sobre património cultural nas suas variadas aceções. De um modo bastante simplista é possível identificar a UNESCO como a instituição que se pronuncia sobre o que é ou não património de acordo com os parâmetros e definições constantes em convenções, cartas, agendas e regulamentos que foram sendo progressivamente ratificados pelos seus membros. Convém neste ponto referir que o interesse em ver qualquer tipo de património catalogado por uma organização internacional como a UNESCO não persegue apenas princípios altruístas de preservação e classificação, já que os benefícios que daí advêm se refletem na dimensão política, económica e consequentemente social das comunidades detentoras desses recursos. Aliado a uma maior exposição mediática aquando do próprio processo de classificação, vem uma série de referências em publicações especializadas em património e/ou em turismo, o que eleva exponencialmente o número de visitantes incrementando a produção de externalidades positivas, as quais serão abordadas posteriormente nesta dissertação.

2.1 Para uma definição de património

Numa perspetiva etimológica, entende-se património como uma herança paterna - tudo o que se herda - assumindo que o património é algo que provém do passado e que é transmitido de geração em geração. Esse património constitui-se como “o complexo de bens e relações jurídicas de que é sujeito activo ou passivo uma pessoa singular ou colectiva” (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1973, p. 1472). No caso do património cultural, os bens que o constituem são maioritariamente bens públicos ou coletivos, como veremos mais à frente. É, no entanto, um desafio de proporções utópicas listar, ou simplesmente classificar concretamente todos os itens que constituem o património.

Ainda de acordo com a mesma Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1973) “a noção de património é, por natureza, uma noção quantitativa, tem de compreender necessariamente, um qualquer conteúdo” (p. 1472). É precisamente esse conteúdo que está na base deste estudo, mais especificamente o conteúdo do património cultural.

Vejamos agora, nesta tentativa de delimitação do significado, as definições que podemos encontrar em alguns dicionários de referência e em línguas que nos estão próximas. No Dicionário da Real Academia Espanhola³, consultável *online*, encontramos a seguinte definição:

³ <http://lema.rae.es/drae/?val=patrim%C3%B3nio> consultado a 20 de novembro de 2013.

património.

(Del lat. *patrimonium*).

1. m. Hacienda que alguien ha heredado de sus ascendientes.
2. m. Conjunto de los bienes propios adquiridos por cualquier título.
3. m. Conjunto de los bienes propios, antes espiritualizados y hoy capitalizados y adscritos a un ordenando, como título para su ordenación.

Como se pode constatar, neste dicionário, são-nos dadas três aceções. A primeira remete-nos para os bens herdados ou recebidos dos nossos pais ou ascendentes; a segunda refere-se aos bens adquiridos por uma pessoa e a terceira alude aos bens necessários para receber ordens eclesiásticas.

Esta terceira aceção coincide, quase *ipsis verbis*, com o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora – Infopédia⁴ que, em bom rigor, pouco ou nada difere do dicionário espanhol, embora surja a referência a bens possuidores de importância cultural:

pa·tri·mó·ni·o

nome masculino

1. Herança paterna.
2. Bens que se herdaram dos pais ou avós; bens de família.
3. Zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural.
3. Dote necessário para a ordenação de um eclesiástico.

O Dicionário Larousse da Língua Francesa⁵ é um pouco mais pródigo nas aceções que nos apresenta. Com efeito, para além dos significados já mencionados é aqui acrescentado o sentido de património pessoal ou individual, como a “inteligência”, e também coletivo, embora unicamente para os bens “alienáveis e transmissíveis”.

Patrimoine

nom masculin

(latin *patrimonium*)

1. Bien qu'on tient par héritage de ses ascendants.
2. Ce qui est considéré comme un bien propre, une richesse : Son patrimoine, c'est son intelligence.

⁴ <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrim%C3%B3nio> consultado a 20 de novembro de 2013.

⁵ <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/patrimoine/58700?q=patrimoine#58342> consultado a 20 de novembro de 2013.

3. Ce qui est considéré comme l'héritage commun d'un groupe : Le patrimoine culturel d'un pays.
4. Ensemble des biens, droits et obligations ayant une valeur économique dont une personne peut être titulaire ou tenue.
5. Ensemble des éléments aliénables et transmissibles qui sont la propriété, à un moment donné, d'une personne, d'une famille, d'une entreprise ou d'une collectivité publique.

Seja como for, parece que o traço comum é o vocábulo “herança”. Ora, este termo, tal como o define o Dicionário da Real Academia Espanhola⁶, na segunda aceção, refere-se não só aos “bens e direitos” que alguém deixa aos seus herdeiros, mas também às “obrigações” concomitantes que os mesmos recebem. Neste sentido, parece que também o património deve e pode ser visto neste duplo significado: aquilo que recebemos e as obrigações que acompanham esse legado.

herencia

(Del lat. *haerentia*, n. pl. del part. act. de *haer re*, estar adherido, infl. en su significado por *heredar*).

1. f. Derecho de heredar.
2. f. Conjunto de bienes, derechos y obligaciones que, al morir alguien, son transmisibles a sus herederos o a sus legatarios.
3. f. Rasgo o rasgos morales, científicos, ideológicos, etc., que, habiendo caracterizado a alguien, continúan advirtiéndose en sus descendientes o continuadores.
4. f. Rasgos o circunstancias de índole cultural, social, económica, etc., que influyen en un momento histórico procedentes de otros momentos anteriores.

Mas o que mais espanta nestas definições lexicográficas é a ausência de uma referência, de forma clara, à distinção entre o património “material” e “imaterial”, muito embora ela esteja subjacente na aceção dicionarística do Dicionário Larousse quando fala de “herança comum de um grupo”.

Temos assim que, quando falamos de património, estamos a referir-nos a uma herança que deve ser vista numa perspetiva ambivalente: implica uma herança que impõe aos herdeiros obrigações perante esse legado. Por outro lado, pode tratar-se de uma herança material ou imaterial sendo que, neste caso, estamos sobretudo a falar de uma herança coletiva.

⁶ <http://lema.rae.es/drae/?val=herencia> consultado a 20 de novembro de 2013.

Com efeito, o património cultural pode ser dividido em material e imaterial. E este é definido pela UNESCO como as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural” (2003).

O património cultural constitui-se como uma herança coletiva enquanto expressão de uma comunidade (García, 1998), apresentando aspetos materiais e imateriais. Este conceito pode ser definido como uma “representação simbólica das identidades dos grupos humanos (...) que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade” (Cruces, 1998 cit, Pérez, 2006, p. 23). Importa, por isso, perguntar: em que consiste o Património Cultural Mirandês? Qual o seu grau de partilha pelos membros da comunidade? São questões às quais tentaremos responder nesta dissertação.

Nos últimos tempos a discussão em torno património cultural ganhou terrenos nos meios académicos, nas ações de algumas instituições e também, embora de maneira ainda tímida, na chamada sociedade civil. Tal como vimos, a palavra património está ligada a três significados principais: herança paterna, bens de família e bens necessários para ordenar um eclesiástico. O património pode ser também os objetos ou haveres que um indivíduo acumula durante sua vida. Contudo, a definição de património foi sendo alargada e hoje entende-se também como património a vida, o corpo, a linguagem, a música, a arquitetura, o artesanato, a literatura, as histórias... Seja como for, é inegável que a palavra tem ganho novos significados o que atesta o interesse que a sociedade, em geral, lhe vem atribuindo.

De acordo com Pérez (2006), “o património é uma noção que define todos os recursos que se herdaram [embora ressalve que] não todos os vestígios herdados do passado podem ser considerados património cultural” (p. 24), separando “património” de “cultura” e de “património cultural”. Atendendo a que a cultura é um património *per se* enquanto herança, isso significa que o seu conteúdo é fundamentalmente constituído por recursos que necessitam, naturalmente, de delimitação, definição e regulamentação sob a égide do património cultural.

2.2 Quadro legislativo

Nada mais natural que também os diferentes estados e organizações tentem, no quadro legislativo, delimitar a sua amplitude semântica, circunscrevendo-a e adaptando-a a cada país ou região.

O património cultural português foi alvo de legislação específica através da Lei nº 13/85 de 6 de julho, englobando “todos os bens materiais e imateriais (...) de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” sendo

este o primeiro reconhecimento legal de bens imateriais. O ponto 1 do artigo 2º diz perentoriamente que “é direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural”. Da redação desta legislação transparece um claro reconhecimento da importância do património cultural português enquanto garante da portugalidade⁷.

Contudo, o maior passo dado em Portugal para a existência de uma base legal sobre as questões do património cultural chegou com a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, sendo esta considerada uma “realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”.

De acordo com esta lei, o património cultural é integrado por “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização [bem como] os respectivos contextos”.

Esta tentativa de delimitação dos bens que são ou não considerados como integrantes do património cultural, deixa espaço a inúmeras interpretações e um campo demasiadamente alargado a bens que podem ser incluídos em tal definição.

Assim, no ponto 3 do artigo 2º define-se como “interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico (...) valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”. Para além do valor da especificidade, já referido, são aqui acrescentados outros domínios como a “memória”, “a antiguidade”, a “raridade” e a “exemplaridade”. Todos estes atributos contribuirão assim para o referido interesse cultural relevante. O passado é, com efeito, uma dimensão sempre presente quer no património cultural quer nas discussões sobre a identidade. De igual forma, também a diferença e a singularidade.

Também é referido que a “cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política (...) cultural e que constitui objecto de legislação própria”, a qual ainda não é de todo uma realidade. Nesta lei foram igualmente mencionados os “bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”, como integrantes do património cultural, referindo que merecem “especial protecção (...) as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer (...) e os modos de preparar os alimentos”.

Ramos (2003), não hesita em acusar o legislador de pusilanimidade relativamente às questões do património imaterial, embora reconheça que faltou uma anterior análise e discussão intensiva sobre esta matéria. Na verdade, a questão da imaterialidade está também presente no património cultural material e assume extrema importância na

⁷ Entendendo por portugalidade, tal como ela aparece definida em termos lexicográficos, o carácter específico da cultura e da História de Portugal. Neste sentido ela pode ser vista como sinónimo de uma identidade portuguesa.

valorização e reconhecimento de alguns bens materiais como bens pertencentes ao espectro do património cultural. Porém, havendo um campo já de si tão alargado de potenciais bens pertencentes a esse património mais épica se torna a missão de delimitar corretamente quais os bens imateriais passíveis de o integrarem. Já anteriormente, a UNESCO utilizara termos como “folclore”, “cultura tradicional” e “cultura popular”, como consta da definição plasmada na Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989, em que “cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, (...) e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social”.

Convém recordar que a lei portuguesa data de 2001, e é de realçar a referência aos bens imateriais que a UNESCO apenas delimitou aquando da sua 32ª convenção em 17 de outubro de 2003, em Paris, com a aprovação do “Projecto de Proclamação das Obras Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade”. Nesse projeto, e “considerando a profunda interdependência entre o património cultural imaterial e o património cultural material e natural”, “consciente da vontade universal e da preocupação comum em salvaguardar” e “considerando o papel inestimável do património cultural imaterial como factor de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos”, define-se património cultural imaterial como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões (...) que as comunidades, os grupos e (...) os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do património cultural (...) incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade”.

Assim, de acordo com esta Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aprovada em Portugal a 24 de janeiro de 2008 e adotada através da Resolução da Assembleia da República nº 12/2008 de 26 de Março, o património cultural imaterial manifesta-se nas “tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial”, nas “artes do espectáculo”, nas “práticas sociais, rituais e eventos festivos” nos “conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo” e nas “aptidões ligadas ao artesanato tradicional”.

Apesar deste inestimável contributo para a correta definição de património cultural imaterial, continua a existir uma grande polissemia no que pode ou não caber nesta definição, em que “cabe tudo e não cabe nada” (Barreto, 2003, p.43). Ainda assim, a distinção entre património cultural material e imaterial, preconizada pela Lei 107/2001, de 8 de setembro, e com a posterior adoção da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2008, veio criar as condições para a formulação e consequente promulgação do Decreto-lei 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, enquadrando a “participação das autarquias locais (...) na promoção e apoio para o conhecimento, defesa e valorização” e

correspondendo aos “requisitos fundamentais impostos pela Convenção da UNESCO de 2003 para possíveis candidaturas”.

Em relação à convenção adotada em 2003 houve ligeiras alterações na definição dos domínios que integram o património cultural imaterial alterando a redação de “artes do espectáculo” para “expressões artísticas e manifestações de carácter performativo” e de “aptidões ligadas ao artesanato tradicional” para “competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais”.

Mantendo-se a questão da plurissignificação nas discussões em torno do património cultural, há agora um enquadramento legal que permite não só a inventariação, classificação e divulgação, mas também criar e agilizar os mecanismos financeiros, institucionais e humanos necessários, tendo em vista os objetivos preconizados na regulamentação em vigor.

2.3 Quadro legislativo mirandês

No que respeita às especificidades do património cultural mirandês, que serão abordadas de forma mais detalhada nesta dissertação, é de destacar a existência de uma lei publicada dois anos antes da Lei de Bases do Património Cultural, na qual se reconhecem oficialmente os direitos linguísticos da comunidade mirandesa e que se constitui como fator de diferenciação no quadro jurídico relativo ao património cultural.

Esta norma – Lei nº 7/99 – foi aprovada por unanimidade a 19 de novembro de 1998 e publicada em 29 de Janeiro de 1999, ficando conhecida como a “Lei do Mirandês”. O texto lido na Assembleia da República, aquando da apresentação do projeto de lei que esteve na origem da lei do mirandês terminava afirmando que a língua mirandesa “*a la par de l pertués, a partir de hoje, yê lhuç de Miranda, lhuç de Pertual*”⁸, marcando uma nova era na cultura mirandesa fruto do compromisso cultural assumido pelo Estado com este reconhecimento. Com apenas sete artigos esta lei reconhece e promove a língua mirandesa enquadrando-a como “património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda”.

De facto, é precisamente a língua mirandesa enquanto elemento transversal a toda a cultura mirandesa que lhe confere um elo de ligação, de identificação e de unicidade. Foi também contemplado nesta lei o “direito da criança à aprendizagem do mirandês” bem como às “instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro (...) emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa”. Foi ainda reconhecido o “direito a apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas”. Estes novos direitos foram regulamentados através do Despacho Normativo nº 35/99 de 20 de julho que estabelece o direito à

⁸ [A par do português, a partir de hoje, é luz de Miranda, luz de Portugal] tradução livre.

aprendizagem e o necessário apoio logístico, técnico e científico ao desenvolvimento de projetos que visem preservar e promover a língua mirandesa, abrangendo também a formação de professores. Já neste despacho se previa que os projetos mencionados se poderiam desenvolver “em parceria com entidades da comunidade local, designadamente com o município e associações culturais” passando grande parte da responsabilização pelo cumprimento desta regulamentação para as instituições mirandesas e comunidade no geral.

Estes dois documentos legislativos vieram alterar, juridicamente, em primeiro lugar, a relação que os mirandeses (e também outros cidadãos nacionais e estrangeiros) tinham com a sua língua enquanto património. O mirandês, que antes era conhecido como “dialeto”, “codialeto” ou “falar” passou a ser reconhecido como língua. Ou seja, adquiriu o estatuto político que antes lhe era negado, muito embora, obviamente, sempre tivesse sido língua. O impacto desta legislação teve ecos internacionais motivando que, por exemplo, nas Astúrias, onde o asturiano não é reconhecido, pelo Estado central, visse no mirandês um exemplo a seguir. Em França, algumas universidades e Centros de Investigação dedicaram igualmente alguma atenção ao “caso mirandês” de que resultou, por exemplo, a obra *“Le Portugal Bilingue: Histoire et Droits Politiques d’Une Minorité Linguistique: La Communauté Mirandaise”*⁹.

O quadro legislativo do mirandês, e o seu reconhecimento como “língua”, motivou e continua a motivar outros estudos. Na Alemanha, por exemplo, é de salientar o trabalho de Merlan (2009), realizado na Universidade de Konstanz, mas publicado nas Astúrias. Na Universidade Complutense de Madrid, Espanha, foi defendida uma tese de doutoramento por Bautista (2013) sobre a formação de palavras em mirandês. No Japão, na Universidade de Kobe foi abordada a situação do mirandês enquanto língua minoritária por Terao (2010) e na Hungria, na Eötvös Loránd Tudományegyetem em Budapeste, está a ser elaborada neste momento uma tese de doutoramento sobre a situação do mirandês, do ponto de vista da sociolinguística e de algumas áreas semelhantes.

2.4 A identidade cultural

Como vimos, a noção de património cultural remete-nos para a existência de particularidades capazes de conferir solidez a uma comunidade, tornando-a diferente na medida em que se identifica e valoriza o que é seu. Na própria definição de comunidade se inclui a noção de identidade¹⁰, mas também a qualidade daquilo que é comum. É a existência dessa identidade que permite a um grupo de indivíduos ser caracterizado como

⁹[O Portugal Bilíngue: história e direitos políticos de uma minoria linguística: a comunidade mirandesa] tradução livre. Esta obra, embora editada em Rennes, foi desenvolvida no quadro de um Centro de Investigação da Universidade de Bordéus.

¹⁰ <http://www.priberam.pt/dlpo/comunidade> consultado a 23 de novembro de 2013.

comunidade. Neste caso a alma, revestida de toda a sua misticidade, é o elo de ligação legitimador da existência de uma comunidade e conseqüentemente torna-se também na sua identidade cultural. “Sendo característica singular, autêntica e genuína de cada comunidade, povo ou nação, a cultura (...) é o eixo organizador e estruturante da formação e de expressão de identidades” (Ribeiro, 2011, p. 63).

Embora reconhecendo que cada indivíduo é portador da sua própria identidade cultural, fruto dos atributos inatos, das vivências, experiências e interações que ocorreram ao longo da sua existência, e que continuam a ocorrer num processo de permanente construção, interessa nesta dissertação direcionar a abordagem à identidade cultural numa perspectiva coletiva e de comunidade, apesar de que a identidade também pode ser múltipla dado que “os indivíduos e os grupos se podem identificar com uma pluralidade de factores, nem sempre iguais e nem sempre coerentes” (Alves, 2007, p. 45), sendo isso naturalmente transposto para a esfera da identidade coletiva da comunidade.

Segundo a UNESCO (2006), “comunidades são redes de pessoas cujo sentido de identidade ou ligação deriva de uma relação historicamente partilhada que está enraizada na prática e transmissão, ou envolvimento com o seu património cultural imaterial” (p. 5). Retomando o conceito de identidade cultural coletiva, importa também classificá-lo quanto à sua área de influência. Além de não se encontrar, necessariamente, delimitada através do ordenamento administrativo as suas fronteiras também não se confinam a uma área geográfica sendo contudo “o produto de dinâmicas que tendem a circunscrever grupos” (Oriol cit. Martins, 1990, p. 96). De facto há uma identidade global enquanto seres humanos que vivem no mesmo planeta, essa partilha está presente em atos que são relevantes para toda a humanidade como a aventura espacial ou em preocupações ambientais que afetam toda a vida na Terra. Reduzindo a escala encontra-se uma identidade continental, no caso português podemos falar também de uma identidade ibérica, sem critério geográfico a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a identidade nacional que apesar de ter uma escala menor possui um significado de pertença mais marcado nos seus indivíduos. Contudo, a identidade nacional é, também ela, formada por várias identidades regionais/locais, estando a sua unidade assente num complexo emaranhado de sinais identitários.

A UNESCO, reunida em Paris, na sua 33ª Conferência Geral em 2005 elaborou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais na qual afirma que “a diversidade cultural é uma característica definidora da humanidade” (p. 83). Veja-se por exemplo o caso de Espanha, cuja Constituição, na redação de 29 de dezembro de 1978, no artigo 2, reflete a sua diversidade cultural reconhecendo que “*la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles (...) y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones*”. E, apesar da crescente vaga de movimentos migratórios que ocorrem atualmente, fazendo com que haja

uma difusão geográfica da identidade cultural, nomeadamente de expressões culturais com menor expressão populacional, os indivíduos continuam a reclamar a sua pertença e a ser a(u)tores da mesma. A este nível constata-se que as autoestradas da informação, trazidas pela internet e o *boom* das redes sociais, foram (e são) a grande alavanca que suporta o desenvolvimento exponencial de fenómenos globalizantes mas também as ferramentas que contribuem para a preservação de diferentes identidades culturais. São também os movimentos migratórios grandes responsáveis pela dinâmica subjacente a uma construção simbólica coletiva.

Tal como o património provém de uma herança, a identidade cultural, enquanto construção provém da memória (Almeida & Faria, 2006; Alves, 2007; Martins, 1990). Património e identidade cultural são conceitos que estão intimamente ligados e ambos são fruto de uma construção simbólica “transmitida de geração em geração (...) constantemente recriados pelas comunidades” (UNESCO, 2003). Neste seguimento, Kirshenblatt-Gimblett (2004) afirma que “estes processos proporcionam às comunidades um sentido de continuidade para com as gerações anteriores e são importantes para a identidade cultural” (p. 54). Do mesmo nos dá conta a lei do património cultural do País Basco, que reafirma os valores identitários e históricos, referindo-se a este como “*la principal expresión de la identidad del pueblo vasco y el más importante testigo de la contribución histórica de este pueblo a la cultura universal. (...) es propiedad del pueblo vasco*” (Ley 7/1990 de 3 de julio). No entanto nem sempre é uma construção harmoniosa. Em muitos casos, a identidade parte de elementos históricos que podem não ser aqueles com que a comunidade se pretende identificar, ainda que seja inegável a sua existência e conseqüente pertença ao espectro do património. São realidades das quais muitos indivíduos de uma comunidade se querem distanciar não reclamando a sua pertença e excluindo-os assim da sua identidade coletiva.

Os feitos históricos, quer estejam suportados por aspetos materiais ou apenas imateriais, que não tenham uma componente heroica, valorosa ou merecedora de ser recordada como edificante, não gozam obviamente de uma reclamação por parte das comunidades que não se querem ver identificadas com eles. Nesse caso, estes atos ficam apenas perpetuados no património cultural não passando para o campo da identidade. Daí a constatação do atual Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, para quem a identidade “exige um trabalho de recepção do património cultural acumulado ao longo de gerações” (Xavier, 2012, p. 3), trabalho este que deve ser permanente pois “uma identidade remetida em exclusivo para a memória é uma identidade fechada e frágil” (idem, p. 15) salientando assim o cariz dinâmico e evolutivo da identidade cultural.

“É sobretudo nas regiões periféricas que surgem reivindicações de identidade” (Martins, 1990, p. 103) o que pode ser constatado por um maior isolamento que se traduz em sinais identitários mais autóctones, mais genuínos e conseqüentemente passíveis de serem valorizados. Os anseios de expressar a própria identidade, bem como de vê-la

reconhecida de forma concreta pelos outros, proliferam de forma cada vez mais contagiante ancorando o envolvimento cultural da sociedade. Não obstante, em muitos casos se assistir a uma re-folclorização “para consumo turístico” (ibidem), essa própria dimensão da identidade cultural é construída de forma intencional por instituições devidamente respeitadas e acreditadas pelas comunidades sendo que as autoridades religiosas, através da sua vasta presença geográfica, são historicamente responsáveis por fenómenos de aculturação massiva. Uma vez verificada a receção da mensagem por parte dos indivíduos, estes apoderam-se desse legado, conferindo-lhe existência e incorporando essa(s) representação(ões) na realidade da comunidade, fortalecendo a coesão social. É neste “jogo dinâmico, pelo qual um grupo humano, ligado por um destino cultural, ordena os seus temores e os seus desejos, os seus objectivos e as suas visões do mundo, para construir a alma com que se identifica e sobrevive” (Martins, 1990, p. 104). O sociólogo Castells (1999) define identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22) estando bem vinculados os valores de apropriação histórica, mas também afirma que a “construção de significado com base em um atributo cultural (...) prevalece sobre outras formas de significado” (ibidem) reconhecendo deste modo a existência de diferentes níveis de apropriação. Identidade cultural é descrita por Pierre Bourdieu como “o produto da dialética histórica de uma diferenciação cumulativa” (Martins, 1990, p. 95) sendo que é condição fundamental que exista diferença para poder haver pluralidade de identidades e diversidade cultural. Uma das características mais importantes para a existência de uma identidade cultural é o reconhecimento do outro através de um processo de reconhecimento mútuo. Torna-se, evocando Hegel, num “conceito relacional” (Almeida & Faria, 2006, p. 118).

A identidade cultural está portanto associada a uma pertença comum que se traduz na partilha de uma simbologia em permanente reconstrução, e que historicamente foi sendo alterada, amputada e acrescida de elementos provenientes de diferentes momentos espaciais, temporais e sociais. A UNESCO (2005) denomina por conteúdo cultural “o carácter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam identidades culturais” resultado da “criatividade de indivíduos, grupos e sociedades”. Dessa forma o conteúdo cultural é também um recurso a explorar enquanto potencial vetor de desenvolvimento e encontra-se atualmente, com naturalidade, em todas as análises sociais e políticas.

2.5 Desenvolvimento e património cultural

A transformação do património cultural (bem como de todo espectro cultural) em recurso e a sua conseqüente rentabilização constitui-se como um paradigma para o desenvolvimento das comunidades e da sociedade em geral. De facto, o património cultural, enquanto reflexo identitário da sociedade como um todo, engloba a evolução ideológica,

cultural e criativa dos seus indivíduos. A incorporação de políticas culturais para o desenvolvimento foi iniciada pela UNESCO com a Conferência Intergovernamental de Veneza em 1970 e foi desde aí ganhando expressão com a constatação da importância que a cultura assume no processo de desenvolvimento, sendo inclusive considerado não só um fator mas sim a verdadeira finalidade do progresso. Xavier (2012) ressalva que “a cultura tem valor intrínseco, autónomo do seu valor económico e só a salvaguarda e promoção desse valor confere possibilidades de desenvolvimento em termos de bem económico”.

Apesar de Adam Smith referir que as profissões de índole artística (músicos, pintores, dançarinos, atores, etc) não contribuíam para a riqueza das nações considerando-as como trabalho não produtivo, economistas como Marshall, Keynes e Robbins “identificaram e reconheceram algumas particularidades dos bens e serviços culturais para fazer estudos específicos sobre a sua importância do ponto de vista económico” (Martos & Quinteros, 2010, p. 138). Amartya Sen refere porém que “o desenvolvimento é sinónimo de bem-estar social” (Silva, 2011, p. 108) e não exclusivamente de crescimento económico. Para este economista “a expansão da liberdade humana é o principal meio e fim do desenvolvimento” (ibidem). Ao desenvolvimento que é aportado pela cultura estão inerentes dimensões de âmbito social e económico embora o fundamento da maioria das construções sobre o desenvolvimento se centre na dimensão económica (Sempere, 2012). O contributo para o desenvolvimento aportado pela cultura e as suas inevitáveis interações com a economia tem sido alvo de inúmeros estudos ao longo dos últimos 40 anos e estão na origem da economia da cultura “com o património cultural, embora ainda muito associado ao turismo, a assumir (...) um lugar de destaque nas últimas décadas” (Mateus, 2010, p. 8). De facto, o turismo acrescido da adjetivação cultural tem sido ao longo das últimas décadas, um dos alicerces no desenvolvimento de determinadas comunidades provocando naturalmente efeitos positivos e negativos a diversos níveis. Contudo, Pérez (2009) refere que falar de “turismo cultural é uma reiteração [já que] não pode existir turismo sem cultura” (p. 108).

Os impactos socioculturais que o turismo provoca são, inclusive, identificados frequentemente como negativos para as comunidades locais. No entanto, este tipo de impactos também se verifica no sentido inverso sendo os próprios turistas e as suas comunidades de origem alvos desses efeitos, embora de forma menos acentuada. Contudo, os efeitos negativos da exploração turística estão maioritariamente associados a fluxos massivos cujo volume causa alterações nos ecossistemas locais socioculturais e particularmente ambientais. Esta visão parte sobretudo do princípio que as comunidades são “entidades estáticas e amarradas às suas tradições, ignorando que a mudança é uma realidade incontornável, sendo o turismo apenas um dos fatores que a desencadeia” (Cabral, 2011, p. 167). Para as comunidades locais o desenvolvimento sustentado no setor cultural está umbilicalmente ligado à criação de emprego direto em áreas como hotelaria, restauração e comércio, mas também há lugar ao surgimento de emprego indireto como

sejam os transportes, agências turísticas ou outros e ainda ao emprego induzido cujo exemplo pode ser dado pela exploração comercial de artigos locais direcionada quase em exclusivo aos turistas. “Sempre que se regula o turismo cultural, ele pode tornar-se num excelente potenciador da economia local” (Santos, 2011, p. 11). O desenvolvimento assente na exploração do património cultural origina um reforço na valorização e promoção da identidade cultural, incrementando a produção e consumo de atividades culturais e aumentando também a atratividade das regiões, porém “a criatividade e a inovação requerem enquadramentos emocionais positivos” (Casani, Pomedá & Sánchez, 2012, p. 64).

Durante o curto período em que Francisco José Viegas foi Secretário de Estado da Cultura, e referindo-se ao orçamento da cultura cuja fatia mais generosa é direcionada para o património, apontava o dedo ao setor turístico afirmando que “não é justo que a indústria turística beneficie largamente do nosso património e não contribua de forma decisiva para os investimentos que são necessários e urgentes” (Viegas, 2011, p. 10). Se o investimento na cultura deve ser feito pelo Estado ou por privados é uma questão para a qual as respostas se encontram no seio da filosofia política, mas cuja definição se deve apoiar em dados concretos visando tomadas de posição firmes em relação às diretrizes a seguir.

Segundo Arroyo (2011), além da consolidação da participação da comunidade e da proteção da diversidade cultural, também o fomento da criatividade e a promoção da identidade cultural devem fazer parte dos princípios fundamentais em que se devem basear as políticas culturais, sendo que “a maioria das propostas sobre a incorporação da cultura ao desenvolvimento envolve (...) alianças com as dinâmicas locais e hão de fomentar uma maior implementação e eficácia do local nos processos de desenvolvimento” (Sempere, 2012, p. 9). Ainda dentro do campo das políticas culturais assiste-se também a processos de patrimonialização¹¹ com a finalidade de utilizar a cultura como ferramenta para o desenvolvimento através da ligação à exploração turística. Geralmente os fenómenos de patrimonialização estão associados a “estratégias de sobrevivência, voltadas para a mercantilização do património cultural” (Silva, 2011, p. 111). Para a autora, a patrimonialização deve ter por objetivo “inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e económico”, uma vez que “a cultura é a mola propulsora (...) que torna possível o funcionamento de toda a engrenagem social local” (idem:112). Ainda sobre este tema, Cabral (2011) identifica uma mudança nos “sujeitos patrimonializadores” cuja génese identifica não nos setores sociais ligados ao poder e à erudição mas sim nos “próprios grupos e comunidades, que identificam e definem que manifestações do seu património cultural desejam patrimonializar independentemente da capacidade interventiva e decisória que na realidade possuem” (p. 157).

¹¹ Dar a alguma coisa o estatuto de património no contexto da cultura local, nacional ou mundial.

Ainda em 2006, um estudo da União Europeia, advertia que o papel do setor cultural e criativo estava largamente ignorado apesar de representar 2,6% do PIB da União Europeia [UE] (KEA, 2006), embora tenha sido observado um crescimento exponencial desde essa publicação de acordo com estudos mais recentes (United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD], 2008 e 2010; INE, 2012 e 2013; European Expert Network on Culture [EENC], 2012 e 2013; UE, 2013). Um dos principais motivos, segundo o mesmo estudo, para a não inclusão das atividades culturais nas análises económicas residia na falta de indicadores estatísticos sendo que essa falha tem vindo a ser colmatada pela recolha de dados por parte de instituições, fundações e também por observatórios especificamente criados para monitorizar as atividades relativas ao setor cultural e criativo. Arroyo (2006) alerta para a necessidade de recolher esse tipo de indicadores de forma normalizada defendendo a adoção de um sistema de indicadores culturais que permita a recolha e tratamento a nível local, nacional e internacional. Só com esses dados, segundo o autor, recolhidos regularmente de forma sistemática se podem realizar diagnósticos, avaliar políticas culturais e orientar as tomadas de decisão no âmbito da cultura. Dessa forma será possível “encontrar o meio caminho entre o que é social e politicamente exequível, em cada contexto, e a promoção das condições culturais e organizacionais para a criatividade na qual a inovação, o poder, a riqueza e a cultura se alicerçam” (Castells, 2006, p. 29). Mas também aqui se impõe a necessidade de uma definição do conceito de cultura que possa delimitar de forma mais clara a sua área de influência, sob o risco de inflacionar o seu real peso na economia e tendo em vista uma melhor perceção das suas interações com o desenvolvimento.

Numa perspetiva evolutiva do conceito de cultura enquanto produto cultural, a sua delimitação vai perdendo sentido resultando num alargamento do setor cultural em virtude das “suas articulações com as actividades económicas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços transaccionáveis (...) progressivamente cobertas pela designação de indústrias culturais” (Mateus, 2010, p. 4). Essa designação que começou a ser adotada por Adorno e Horkheimer (membros da designada escola de Frankfurt) após a segunda guerra mundial como crítica à produção e distribuição industrial de bens culturais, foi incrementada pela crescente vaga de cooperação internacional ocorrida no pós-guerra, encontra-se hoje plena de atualidade e nela assentam as bases para o florescimento de posteriores abordagens à dimensão económica da cultura. O próprio pensamento europeu, enquanto entidade político-administrativa evoluiu, em termos globais, de uma abordagem vincadamente económica – Comunidade Económica Europeia – para uma visão mais cultural e mais inclusiva.

A cultura está fortemente associada às artes e à criatividade, combinando a criação, produção e comercialização de conteúdos criativos (UNESCO, 2007). Castells (2006) afirma inequivocamente que “criatividade e inovação são os factores-chave da criação de valor e

da mudança social das nossas sociedades” (p. 28). É então, o setor criativo enquanto alargamento do setor cultural que englobando a totalidade de mecanismos e processos inerentes à sua existência e conseqüente fruição, que generalizadamente responde à nomenclatura de indústrias culturais e criativas por instituições como a União Europeia, Organização para o Comércio e Desenvolvimento Económico (OCDE), bem como pela generalidade dos países ocidentais o que só de si reflete a importância deste(s) setor(es) para o desenvolvimento social e económico. No entanto, e apesar da sua generalização, não existe uma total sintonia entre o que é ou não considerado como atividades incluídas na designação de indústrias culturais e criativas. A este respeito Mateus (2010) apresenta as características e contributos delineados por cinco diferentes estudos visando delimitar o setor cultural e criativo realizados por instituições de referência como a OCDE, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), *European Cultural Foundation*, Comissão Europeia e pelo Departamento da Cultura, Media e Desporto (DCMS) do Reino Unido (p. 44). Com exceção da definição dada pelo DCMS, o património encontra-se como uma das atividades culturais nucleares deste setor junto com as artes performativas, as artes visuais e a criação literária. Dentro do setor cultural industrial surgem o cinema e vídeo, edição, música, rádio e televisão e *software* educativo e de lazer, e num terceiro grupo designado por atividades criativas são enquadradas a arquitetura, *design*, publicidade e serviços de *software* (idem, p. 45).

2.6 A dimensão económica do património cultural

O surgimento da economia da cultura como área de estudo pode situar-se, segundo vários autores (Thorsby, 2001; Tolila, 2007; Martos & Quintero, 2010), com a publicação do livro de Baumol e Bowen¹² em que é identificada a “doença dos custos” - a qual, afeta as artes performativas incapazes de rentabilizarem economicamente a sua existência dado os elevados custos de produção e reduzida reprodutibilidade - tornando-se numa publicação seminal para posteriores abordagens relativamente a esta área da cultura. Provando a impossibilidade de obter ganhos em todas as atividades fundamentadas no corpo e na presença do artista ficou à vista o *deficit* crónico que estas atividades acarretam, justificando assim a concessão de apoios públicos para a sua proliferação atendendo ao seu contributo para a evolução moral, espiritual e cognitiva da humanidade. Esta constatação ficou também conhecida como “lei de Baumol”. A designação “economia criativa foi utilizada pela primeira vez em 2001 por Jon Howkins no seu livro *Creative Economy: how people make money from ideas* (...) incluindo as atividades relacionadas com a propriedade intelectual, a propriedade

¹² BAUMOL, W. J., & BOWEN, W. G. (1966). *Performing arts: the economic dilemma*. New York: Twentieth Century Fund.

industrial, as marcas e o desenho” (Casani et al., 2012, p. 50). Para Tolila (2007) a economia da cultura representa um desafio não só a nível económico, mas também pelos impactos que gera noutros setores como o turismo e o imobiliário, e ainda enquanto setor participante na pesquisa e na educação. A educação é “o nervo fundamental de qualquer política cultural” (Viegas, 2011, p. 11) e neste sentido a educação cultural e artística contribui decisivamente para “criar, difundir e melhorar um quadro de conhecimentos” (Tolila, 2007, p. 33) numa determinada comunidade. Da mesma forma, o escritor russo Lev Tolstói num célebre ensaio sobre o que é a arte, defende que “se não houver escolas artísticas especializadas, a técnica da arte enfraquecerá” (Tolstói, 2013 [1898], p. 234) e consequentemente enfraquece todo o património cultural enquanto herança coletiva de uma comunidade.

Na sequência de diversos estudos no âmbito da etnologia, Bourdieu (1986) aborda três formas distintas de capital, incluindo além do económico e do social, o capital cultural. Segundo este autor, o capital cultural engloba um vasto conjunto de competências culturais, transmitido essencialmente através da escola e da família, e como qualquer outro tipo de capital é passível de ser rentabilizado através das suas relações com os mercados em que se insere. “O capital cultural existente num dado momento é igual ao capital tangível e intangível acumulado” (Martos & Quintero, 2010, p. 150). É precisamente na potenciação do capital cultural que assentam grande parte das estratégias de desenvolvimento da União Europeia para o período compreendido entre 2014 e 2020 através de programas como o *EU Culture Programme 2014-2020*, *Creative Europe* ou *Horizonte 2020* numa perspetiva de preservação e promoção da diversidade cultural visando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (EENC, 2013, p. 14).

De um modo geral, uma indústria cultural e criativa pode surgir em praticamente qualquer contexto geográfico, embora seja defendido que estas possam ter mais sucesso estando implementadas em zonas onde se encontram sedeados os agentes criativos. A sua definição é ainda alvo de discussão pela comunidade académica dada a multiplicidade de áreas que se interligam sob o seu desígnio. No entanto, a divisão em três domínios principais proposta por Mateus (2010) em atividades nucleares do setor cultural, em indústrias culturais e ainda em atividades criativas é a que mais próxima se encontra da realidade portuguesa. A criatividade, conhecimento e acesso à informação são reconhecidos como os pilares que suportam o crescimento económico e promovem o desenvolvimento no mundo globalizado (UNCTAD, 2008).

De facto, “há uma crescente ênfase colocada no desenvolvimento de recursos intangíveis e de criatividade” (Serralves, 2008, p. 34) que se materializam através da proposta de novas atrações patrimoniais, rotas e percursos culturais disponibilizadas aos turistas sob a forma de experiências criativas. A este propósito, Rifkin (2000) considera que

“o turismo não é mais que a mercantilização da experiência cultural” (p. 92) e assegura que “20% da população mundial gasta tanto no acesso a experiências culturais quanto na aquisição de bens materiais” (idem, p. 5). Assim sendo, é importante aquilatar do impacto económico que está ligado à rentabilização do património cultural. É necessário que haja indicadores nesse sentido para tornar mais clarividentes e objetivas as políticas culturais relacionadas com o património. É necessário apurar em que medida o património cultural pode ser encarado como um sólido motor de desenvolvimento dos territórios. É necessário perceber até que ponto o património cultural é valorizado pela comunidade local que é a verdadeira proprietária de tão importante legado.

Apesar das complexas ligações entre as diferentes áreas de atividade relacionadas com o setor cultural e criativo, existe uma área que é transversal a todas que é a tecnologia. A sua transversalidade provém do massivo *boom* que houve e continua a existir devido à facilidade de comunicação e transmissão de informação em *real time* para qualquer parte do mundo. A forma como estas indústrias operam inclui “formas de eficiência coletiva, alicerçadas em redes empresariais colaborativas de partilha de experiências, de capacidades, de custos e de riscos, bem como lógicas de aglomeração (*clusters*)” (Mateus, 2013, p. 12). O surgimento, a afirmação e o exponencial crescimento que continua a verificar a área da tecnologia permitiu também que nascessem novos produtos criativos e novos consumidores através de plataformas digitais com recurso a mecanismos como *streaming*, *vídeo-on-demand*, *podcast*, *e-commerce*, etc. Assim, a importância da tecnologia está presente em todo o processo desde a produção à distribuição e à comercialização, desde a criação ao consumo.

Desta forma surge um novo paradigma de desenvolvimento das regiões aliando aspetos económicos, culturais, sociais e tecnológicos. “A emergência das indústrias criativas (...) é um dos mais representativos fenómenos da mudança da estrutura económica das regiões e dos países” (Serralves; 2008, p. 15). De acordo com um documento do Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), “a cultura é um ativo fundamental da criação de riqueza, cujo peso macroeconómico cresce com a evolução positiva dos principais indicadores de qualidade de vida e bem-estar” (Vitorino, 2014, p. 40), acrescentando também que “as atividades culturais são fator de geração de emprego (...) tendendo contudo a ser subvalorizadas em resultado de dificuldades na respetiva identificação, contabilização e volatilidade temporal” (ibidem). O seu valor económico não assenta somente nas suas propriedades culturais ou intelectuais, embora constituam os principais fatores diferenciadores de valorização, mas também está presente na complexa rede de subsetores e agentes que beneficiam do efeito *spill over* gerado em torno deste tipo de indústrias. A sua abrangência é de tal forma omnipresente ao ponto de considerar que a “articulação entre a cultura e a criatividade constitui um dos principais fatores críticos de sucesso na internacionalização de todas as restantes atividades e setores económicos do

país” (Mateus, 2013, p. 11), afirmando inclusive que “a economia, toda ela, será cultural e criativa no futuro das sociedades progressivas” (ibidem). Estas indústrias surgem ainda associadas à atratividade das regiões, bem como ao reforço da coesão social e da identidade territorial. Para Hawkes (2001) a vitalidade cultural constitui-se como o quarto pilar da sustentabilidade a par da equidade social, da responsabilidade ambiental e da viabilidade económica.

A sustentabilidade e valorização associadas a uma indústria cultural e criativa não se encontram na quantidade e qualidade de recursos técnicos que dispõe para operar em cada uma das áreas de abrangência, mas daquilo que realmente é a sua mais-valia enquanto oferta ao consumidor de um produto cultural e criativo com valor acrescido. A criatividade é o elemento de definição das indústrias criativas e da economia criativa tornando-se então no motor que confere hierarquia, reconhecimento e certificação aos produtos criativos e culturais perante o leque de escolhas do consumidor. Como referido em KEA (2009) “a criatividade envolve a combinação de elementos cognitivos com a habilidade de ligar ideias” (p. 169) que se traduzem, da perspetiva económica, em bens e produtos transacionáveis. É, principalmente, através deste valor acrescido que “o que é cultural penetra os bens” (Tavares cit. Lipovetsky, 2014, p. 55) remetendo-nos para o conceito globalizante de hipermodernidade, no qual está bem presente o “revivescimento do passado”. Neste sentido, “uma economia será considerada competitiva quando conseguir aliar elevados níveis de produtividade, um desenvolvimento económico sustentado e estruturante e a capacidade de criar valor acrescentado à sua produção” (Murraças, 2009, p. 6). Para Florida (2002) o desenvolvimento do crescimento económico nesta era criativa encontra os seus alicerces no talento (em analogia à criatividade), mas também na tecnologia e na tolerância.

Um dos principais constrangimentos para uma ampla e correta definição e regulação do setor prende-se com a falta de informação estatística que siga critérios uniformes e que origine uma base de dados a partir da qual se possa aferir do seu estado de implementação e definir políticas de atuação eficazes para impulsionar estas atividades. Segundo a UNCTAD, “não existe uma medida fiável que permita, com rigor, mensurar e avaliar este tipo de inter-relações das diferentes atividades culturais [que] são processos claramente críticos para o desenvolvimento territorial, em termos sociais e económicos” (Vitorino, 2014, p. 39) e ainda na sequência destas lacunas, “documentos como a *Agenda 21*, a *Agenda Europeia da Cultura* e o *Plano de Trabalho para a Cultura*, afirmaram que as estatísticas e os indicadores culturais deveriam ser desenvolvidos” (Nuere & Peris, 2013, p. 60).

A agência estatística europeia EUROSTAT (2011) refere que “em 2009, na EU-27, 3,6 milhões de pessoas estavam empregadas nos cinco maiores setores culturais (...) representando 1,7% do emprego total” (p. 64). Apesar do emprego neste setor ser caracterizado por contratos de duração limitada, também se verifica a existência de vários

empregos bem como trabalho por conta própria (*freelance*). No estudo sobre a economia criativa apresentado pela UNCTAD em 2010 é referido que o setor cultural e criativo cresceu economicamente, em contraciclo com a restante economia, apresentando uma taxa de crescimento de 14% entre 2002 e 2008. As exportações europeias deste setor em 2010 representavam uma parcela de 36% do mercado mundial. Segundo a Comissão Europeia, o contributo do setor cultural para o PIB da União Europeia era de 3,3% em dados divulgados em 2012. O peso no PIB do setor cultural e criativo é mais expressivo nos países nórdicos, embora para esta comparação se deva ter em conta os domínios considerados neste setor por cada país. A heterogeneidade na definição dos domínios abrangidos origina dados díspares de país para país. O programa *Creative Europe 2014-2020* reflete a crescente importância do setor cultural com uma dotação orçamental de €1,8 mil milhões. Em Portugal, de acordo com dados de 2012 do INE, o emprego em atividades culturais e criativas ocupava 78,6 mil pessoas, correspondendo também a 1,7% do total. As pessoas com qualificações ao nível do ensino superior completo representam 37,8%, sendo que em 2000 era apenas de 19,2%. Este dado demonstra a forte tendência de especialização verificada no setor. Encontravam-se, ainda segundo o INE, em 2011, registadas 53064 empresas das atividades culturais e criativas, correspondendo a maior fatia (27,9%) a atividades das artes do espetáculo. O volume de negócios apresentado pelo conjunto destas empresas foi de €5,1 mil milhões e as exportações de bens culturais atingiram os €86 milhões em 2012, embora o saldo da balança comercial entre exportações e importações tenha sido negativo em €67,3 milhões. Apesar do saldo negativo, verificou-se um crescimento de 29,3% face a 2011. A Fundação de Serralves que publica regularmente relatórios detalhados e abrangentes sobre o seu impacto económico e cujas externalidades são captadas, não apenas pela cidade mas com repercussão em toda a região norte, indica uma contribuição de “cerca de 40,6 milhões de euros de Produto Interno Bruto” (Fundação de Serralves, 2013, p. 181). Por outro lado, o relatório sobre os impactos económicos e sociais de um dos últimos grandes eventos culturais que teve lugar no nosso país refere que “o contributo da Guimarães 2012 para o PIB português ascendeu a 85 milhões de euros” (Universidade do Minho, 2013, p. 159), contudo existem investimentos e projetos fomentados e implementados pela Guimarães 2012 cujos efeitos perduram no setor cultural local para além de 2012. Do ponto de vista do financiamento, a despesa em cultura, segundo o INE está repartida entre a administração central através da Secretaria de Estado da Cultura com um contributo de €167,7 milhões e os Municípios que na sua totalidade despenderam €401,5 milhões em 2012. Segundo o *site* PORDATA, a autarquia de Miranda do Douro despendeu em 2012 aproximadamente €300 mil na rubrica Património Cultural.

A definição de políticas públicas está também intimamente ligada com o setor cultural e criativo através das suas múltiplas interligações. A sua importância na agenda política atravessa, como descrito, áreas estruturantes desde a economia, educação, turismo,

aspectos sociais, tecnologia, comércio, desenvolvimento regional, emprego, entre outros. Manuel Maria Carrilho refere a importância da “articulação entre a cultura e a sociedade de consumo, num contexto de desmaterialização da cultura e de uma revolução que altera todos os circuitos de comercialização e de difusão da cultura” (Carrilho, 2013, p. 170). Deste modo, as políticas públicas devem ser encaradas de uma perspectiva holística sob o risco de não serem bem-sucedidas. Para isso é necessário definir corretamente os objetivos a atingir com a formulação de políticas, selecionar de modo adequado os instrumentos que permitam conhecer os valores e indicadores relativos ao setor cultural e criativo e, naturalmente implementar, monitorizar e avaliar os progressos alcançados.

Apesar de haver casos de sucesso no panorama mundial das indústrias culturais e criativas não há uma fórmula que seja sinónimo de sucesso. Essa fórmula depende de muitas condicionantes e num setor onde a abrangência é tão vasta, a capacidade de transformar recursos culturais em produtos culturais provém da criatividade enquanto processo complexo de desenvolvimento através da gestão, ciência, tecnologia e cultura. Contudo, os produtos culturais devido à sua heterogeneidade possuem características específicas em relação a outros bens de consumo que é necessário clarificar por forma a compreender os mecanismos de valoração e aferir da sua tangibilidade.

2.7 Características dos bens culturais

O setor cultural e criativo, afigura-se hoje em dia como uma área capaz de alavancar projetos de desenvolvimento a nível local e regional, numa ótica de geração de mais-valias associadas à exploração do turismo cultural enquanto suporte económico de uma indústria que se reveste de inúmeras aceções e abordagens mas também enquanto veículo para a criação de emprego e conseqüente atração de investimento derivado do fator *spillover* que caracteriza este setor.

De um modo geral a valoração económica de um determinado bem é expressa pelo preço direto de mercado a que é transacionado, no entanto esta constatação revela-se totalmente ineficaz quando utilizada no âmbito dos bens culturais. Estes possuem características que lhe conferem um elevado grau de especificidade tal como os próprios mercados onde são transacionados, ficando a regulação do mercado a ser feita pelos diversos *stakeholders*, por vezes de forma inconsciente num setor onde a profissionalização está longe de ser a regra, embora a sensibilização destes para a dimensão económica do setor cultural e criativo seja uma realidade cada vez mais presente.

Um dos grandes entraves à valoração económica de bens culturais, é que na sua grande maioria estes não são transacionáveis nos mercados convencionais, sendo por isso,

necessário utilizar métodos de valoração indireta, com toda a subjetividade e relatividade que lhes está inerente. Outro grande entrave à valoração de determinados bens culturais prende-se com a sua imaterialidade e conseqüente intangibilidade. Embora estejam fortemente ligados e seja por vezes impossível separar os conceitos de cultura e de arte, os bens que se enquadram nos seus espectros estão, inevitavelmente, inseridos em mercados “onde impera a diversidade, ou o carácter único, ou a raridade dos bens oferecidos e transaccionados, e a imperfeição da informação será quase sempre a regra” (Vilar, 2007, p. 134).

É também necessário distinguir valor económico de valor cultural que é “multidimensional, instável, contestado, carece de uma unidade de medida e pode conter elementos que não são facilmente expressos numa escala quantitativa ou qualitativa” (Throsby, 2003, pp. 279-280). A importância histórica, estética, o conteúdo artístico ou a sua influência em correntes artísticas, o significado simbólico, a autenticidade, entre muitos outros são fatores que contribuem para a relevância do valor cultural de um determinado bem. Contudo para este autor, o valor económico não é simplesmente sinónimo de valor financeiro ou comercial apesar de ser expresso em termos monetários. Xavier (2012) referencia o valor social, educativo, económico, institucional e ainda territorial como elementos preponderantes na valoração da cultura e que apontam para a transversalidade que esta ocupa na sociedade atual. Holden (2006) distingue entre valor intrínseco, institucional e instrumental da cultura identificando como *stakeholders* o público, os profissionais e os políticos.

Num modelo de mercado convencional os bens transaccionados apresentam-se como privados possuindo características de exclusividade e de rivalidade. O consumo de um bem está sujeito ao pagamento de um determinado valor excluindo quem não paga esse valor do seu consumo e reduzindo a quantidade disponível do mesmo para outros consumidores. Os bens culturais, geralmente, apresentam-se como bens públicos cumprindo simultaneamente as condições de não-exclusão e de não-rivalidade (Navrud & Ready, 2002). Desta forma “o acesso de uma pessoa ao consumo ou fruição de um bem ou serviço não afasta a possibilidade de outra pessoa aceder igualmente ao respectivo consumo ou fruição” (Mateus, 2010, p. 14). Estas condições verificam-se por exemplo quando se trata de um centro histórico, uma paisagem, uma igreja, um parque, entre outros. Por norma, os bens culturais, podem também ser considerados como bens de mérito¹³ sendo essa característica uma justificação para o financiamento da sua produção/consumo por parte de instituições públicas sempre que a sua procura e/ou oferta for menor que o ótimo social desejado (Rodrigues, 2008, p. 14). Ainda dentro dos bens públicos, podemos distinguir entre bens

¹³ São considerados bens de satisfação imperativa ou aconselhável, como por exemplo a escolaridade básica ou a vacinação, para os quais o Estado assume a sua produção e fornecimento. Normalmente associados a bens públicos por produzirem externalidades positivas.

públicos puros e bens públicos não puros como sejam os bens de clube. Estes denominam-se bens públicos não puros porque o seu consumo pode ser alvo de “exclusão através de quotas, de direitos de acesso, de bilhetes, etc” (Guia, 2008, p. 13).

Contudo, um bem cultural compreende sempre duas perspetivas de valoração que correspondem essencialmente ao seu valor de uso e valor de não uso (Navrud & Ready, 2002). Como se depreende, o valor de uso é mais fácil de quantificar e vai de encontro a padrões de consumo efetivamente concretizados. O valor de não uso, como a própria designação indica vai de encontro a um consumo que se pode ou não concretizar e encontra-se por isso associado ao valor de opção que influi sobre a possibilidade futura de consumir o bem, ao valor de existência que é atribuído unicamente em função da existência de um determinado bem ainda que isso não implique o seu consumo presente ou futuro e ao valor de legado ou hereditariedade que remete para a possibilidade de consumo de um bem por gerações futuras.

3 Património Cultural Mirandês

Entendendo o património cultural como o suporte de identidade de uma determinada comunidade e, conseqüentemente, como fator de coesão, este assume também um papel de diferenciação perante o outro que é tanto mais forte quanto maior for a sua apropriação, significância e valoração e revela-se não só em elementos materiais mas sobretudo pela imaterialidade que lhe dá expressão, transformando-o em importante recurso cultural. “O património cultural (...) esclarece o percurso das comunidades que habitam em território comum, institucionaliza valores e transforma-os em património comum” (Xavier, 2012, pp. 14-15).

No caso mirandês, podemos identificar diversos bens culturais com os quais há uma identificação e um sentimento de pertença através dos quais a comunidade mirandesa se define. A identidade mirandesa é sobretudo forjada por um conjunto de hábitos, tradições, valores, crenças e modos de vida, de pensar e de comportamento. A língua enquanto “criação contínua que exprime a vida dos indivíduos e das comunidades” (Carrilho, 2010, p. 98) é, sem dúvida, o expoente máximo do património cultural mirandês e “o capital mais durável e mais rentável da Terra de Miranda” (Alves, 2005). Neste sentido tem sido alvo de inúmeros artigos, estudos, dissertações, conferências, etc. ao longo dos últimos anos, e mais particularmente na sua dimensão linguística. Salientando novamente o caráter dinâmico do património, a língua é, segundo Carrilho “uma criação. Desta forma passou da “curiosidade folclórica” (Meirinhos & Veloso, 2000, p. 14), com que era olhada, para um reconhecimento científico do seu valor, numa época em que se ressalva a importância da preservação da diversidade cultural e da sua promoção num mundo global. Mas para um melhor enquadramento e compreensão do património cultural mirandês é, por isso, necessário ir de encontro à sua contextualização e enquadramento do que se entende por Terra de Miranda.

3.1 A Terra de Miranda: do nascimento à atualidade

A área geográfica ocupada pelo município de Miranda do Douro é de aproximadamente 490 km² e nela se incluem 13 freguesias¹⁴. Este município está delimitado a nordeste e sudeste pela Espanha, a sudoeste por Mogadouro e a noroeste por Vimioso. No entanto, como veremos, a Terra de Miranda enquanto território cultural, estendia-se por uma área mais abrangente que incluía também localidades dos municípios de Mogadouro,

¹⁴ A Reorganização Administrativa do Território, oficializada pela Lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro, decretou a união das freguesias de Constantim e Cicouro, Atenor e Sendim, Ifanes e Paradela, Silva e Águas Vivas resultando na redução de 17 para 13 freguesias.

Vimioso e Bragança. A baixa densidade populacional, bem como a constante e gradual redução de habitantes é uma realidade também presente nos restantes municípios que integraram a Terra de Miranda. Atualmente, considera-se que a abrangência desta entidade sociocultural, para além do município mirandês na totalidade, inclui as aldeias de Urrós (Mogadouro), Vilar Seco e Caçarelhos (Vimioso).

Embora se tenham achado vestígios que apontam claramente para a existência de comunidades de caçadores-recolectores na área geográfica mirandesa datadas do IV^o milénio A.C., as “aldeias neolíticas (...) na realidade, só aparecem como tal em todo o Norte de Portugal durante o III^o milénio, no denominado Calcolítico regional” (Sanches, 2000, p. 186). No entanto “para este período, a documentação da região mirandesa ainda é mais escassa” (ibidem) passando por um hiato documental até ao período da romanização. “Com a chegada dos romanos (...) muitos dos castros sobranceiros ao Douro (...) terão sido abandonados ou trocados por terras mais férteis e pelos solos cerealíferos do planalto” (Alves, 2007, p. 26). Esta tipologia de comunidade agro-pastoril perdurou nesta região até ao séc. XX. É também com os romanos que se “diversifica o comércio, aumenta a massa monetária em circulação, introduzem-se novas variedades de cerâmica, sobretudo *terra sigillata*, práticas funerárias ligadas à inumação” (Bernardo, 2000, p. 214) mas também ocorre a introdução da língua latina que, como afirma José Leite de Vasconcellos, “constitui a base do idioma mirandês” (cit. Alves, 2007, p. 26), o que demonstra a importância deste período para a génese da identidade mirandesa. Outro aspeto relevante na presença romana foi a não abolição total de cultos e tradições que já existiam, como os pauliteiros, o *Carocho* de Constantim, a *bielha* de Vilha Chã de Barceosa e outras manifestações que ainda hoje são elementos maiores do património cultural mirandês. Segundo Zapatero (1985) “chama-se Miranda ao ponto mais alto dos torreões existentes nos castelos, ponto desde o qual é possível uma ampla observação. O seu sentido como mirador, ou lugar com boas vistas parece claro” (p. 19). Também de acordo com este autor “esta Miranda do Douro, estabelecida, colocada precisamente em um limite milenário, é política, linguística, com o seu exclusivo mirandês (...) [e] é possível que tão claro limite propiciado pela geografia, já o fora entre Vaceos e Galaicos” (idem, p. 22), remetendo a existência desta Miranda do Douro para tempos remotos.

A designação Terra de Miranda em documentos escritos ocorre no séc. XII, embora a sua primeira referência seja algo controversa. Alves (1973) coloca a sua origem no reinado de D. Afonso Henriques, mais concretamente no ano de 1145 aquando da separação entre a Mesa Episcopal e a Mesa Capitular promovida pelo então arcebispo de Braga, D. João Peculiar, criando assim o arcediogo da Terra de Miranda, suportando essa afirmação num documento de Monsenhor J. Augusto Ferreira intitulado “Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga” (p. 47). Para Vasconcellos (1992 [1900]) a primeira referência escrita ocorre no reinado de D. Sancho I através de um documento não datado que

reconhece a pertença do lugar de Angueira à Terra de Miranda (p. 37). O Padre António Maria Mourinho, refere que a “Terra de Miranda nasce com Portugal, como nome, mas é bem mais antiga, desde os tempos proto-históricos, e mesmo pré-históricos” (Mourinho, 1980, p. 3). Assim, parece extremamente plausível e consensual, afirmar que “a Terra de Miranda, enquanto unidade geográfica, apareceu com a nacionalidade portuguesa” (Alves, 2007, p. 30). A partir desta época são em maior número os registos que se referem a diversas localidades como pertencentes à Terra de Miranda, destacando-se as Inquirições levadas a cabo por D. Afonso III no ano de 1254. A extensão geográfica a que toda a documentação existente se refere não se confina aos atuais limites do município de Miranda do Douro incluindo localidades que atualmente pertencem ao município de Vimioso (Santulhão, Vimioso, Algosó ou Campo de Víboras), ao de Mogadouro (Urrós, Penas Róias, Travanca ou Mogadouro) e ao de Bragança (Outeiro).

O reconhecimento da importância da Terra de Miranda dá-se em 1286 aquando da carta de foral atribuída por D. Dinis a 18 de Dezembro. Alves (1971) refere que “foi devido à sua situação geográfica que D. Dinis lhe pôs os olhos por ter verificado o que Miranda representava sob o ponto de vista militar” (p. 48). Foram então reconstruídas as fortificações e dadas diversas regalias aos moradores. Regalias essas, sobretudo fiscais, que foram aumentadas pelo mesmo monarca em 1297 devido à escassa fixação de gentes quer na vila quer no seu território, pretendendo com isso “fazer bem e mercê aos moradores e habitantes e ao concelho da minha vila de Miranda” (idem, p. 61). O despovoamento da Terra de Miranda é um problema que não se coloca apenas na atualidade mas que foi persistente ao longo da história. Por forma a combater o decréscimo de pessoas nesta terra seguiram-se algumas medidas que visavam inverter essa tendência. Assim, a 15 de Maio de 1408, D. João I, por carta régia outorgou o privilégio de couto de homiziados, D. Afonso V decretou condições especiais para a troca de mercadorias entre portugueses e castelhanos em Miranda do Douro isentando o pagamento de dízimas sobre algumas mercadorias, posteriormente em 1508, D. Manuel I autoriza os moradores de Miranda do Douro a comprar ferro em Castela e uma outra carta régia, de D. João III a 28 de Julho de 1536, permite que os moradores de Miranda “possam levar seus casamentos para Castela” (Alves, 2007, p. 35).

Fruto do relativo crescimento, sustentado pelas sucessivas políticas que incrementaram as relações comerciais e sociais com Castela, Miranda inicia o seu período de maior esplendor e justifica a formação de um novo bispado. “O engrandecimento de Miranda veio da bula papal de 22 de Maio de 1545 e da carta régia de 10 de Julho daquele ano, que dela fizeram um centro de cultura espiritual e de actividade económica” (Alves, 1971, p. 9). A criação da diocese de Miranda contextualiza a decisão de D. João III de a elevar à categoria de cidade. Esta nova configuração contribuiu para a fixação na Terra de Miranda “de mestres e doutores que trouxeram ciência e ilustração (...) levantando o nível

intelectual e moral do meio” (ibidem) e levou também ao início da construção da Sé Catedral, mandada edificar pelo primeiro bispo da diocese, D. Turíbio Lopes, também possuidor de “ideias de um urbanismo majestoso” (Vaz, 2008, p. 88). O ensino nesta época, além de sectário, é essencialmente religioso e ministrado em latim pelo clero. O etnólogo José Leite Vasconcellos (1992 [1900]) considera ser nesta época de finais do séc. XVI, que em virtude de “tamanho efervescência literária [se dá] o esquecimento do primitivo idioma da cidade” (p. 146). O esquecimento da língua mirandesa na cidade de Miranda do Douro foi-se acentuando ao ponto de apenas ter permanecido viva nas aldeias, onde há uma maior iliteracia e resistência às mudanças culturais, situação que persiste atualmente segundo dão conta os mais recentes estudos. Apesar da turbulência governativa da época, de que é exemplo o período filipino, a Terra de Miranda seguiu o seu caminho de progresso e prosperidade até à Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Durante um cerco à cidade de Miranda do Douro, naquela que localmente ficou conhecida pela Guerra do Mirandum, uma casual mas violenta explosão de 1500 arrobas de pólvora que se encontravam nos paióis deixou o castelo em ruínas causando a morte de aproximadamente 400 pessoas e terminou com a resistência da cidade. Esta tragédia ocorreu no dia 8 de maio de 1762 e comprovando a importância estratégica de Miranda do Douro, após a tomada da cidade pelos espanhóis, “Moncorvo, Bragança e Chaves rendem-se, sem combate, ao inimigo” (Alves, 1971, p. 11).

Este foi um momento extremamente marcante na história mirandesa, não só pelos efeitos imediatos mas principalmente pelas consequências que dele advieram. Este momento, que esteve na origem, em 1981, do filme *Guerra de Mirandum* de Fernando Matos Silva¹⁵ está também representado numa dança (*Ihaço*) de pauliteiros com canção letrada homónima (originária de França mas também com versões em inglês e espanhol), constitui um importante veículo da memória coletiva mirandesa. D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, 23º bispo de Miranda, alegando falta de segurança mudou a sua residência para Bragança e deu início ao processo de transferência da diocese, em 1763, para a atual capital de distrito que referia como sendo “terra de ares mais saudáveis, climas menos rigorosos, melhores águas” (Alves, 1971, p. 12). Devido ao corte de relações com a Santa Sé, a oficialização da nova diocese Bragança-Miranda só ocorreria em 1780, embora os efeitos práticos da transferência já se fizessem notar. Este bispo, a quem o autor atribui como cognome “o de triste memória”, foi responsável pela ida para Bragança da quase totalidade do espólio da Sé de Miranda num “roubo” que marca o início do lento declínio da Terra de Miranda que entrou assim num período de “ensimesmamento cultural, económico e social” (Jacob, 2000, p. 238) que perdurou até à segunda metade do séc. XX. Este isolamento é, como descrito, uma constante ao longo da história mirandesa. Uma história

¹⁵ Mais informação em <http://www.imdb.com/title/tt0082483/>. Guião baseado no livro MOURINHO, António Maria (1966) *Guerra de Sete Anos ou Guerra do Mirandum*. Bragança: Tipografia Académica.

órfã de figuras heroicas e de acontecimentos grandiosos mas feita por todos os anónimos “homens e mulheres que, através da sua língua, das suas tradições, dos seus modos de vida, ajudaram a construir esta entidade” (Alves, 2007, p. 38). Segundo o autor a história da região remete-nos para o conceito unamuniano de intra-história, uma história interna focada essencialmente nas pessoas e não tanto em factos, heróis, guerras ou grandes figuras.

À data da explosão estima-se que residissem em toda a extensão da Terra de Miranda cerca de 30000 pessoas, porém esse número foi reduzindo até às 8000 de finais do séc. XVIII segundo um manuscrito de 1796 (Merlan, 2009, p. 73). Apesar de algumas variações ao longo dos últimos 200 anos, verifica-se a forte tendência de estagnação e progressiva redução até aos atuais 7482 habitantes de acordo com os censos de 2011. Apenas na década de 60 do séc. XX essa tendência foi, fugazmente, contrariada devido ao aumento demográfico decorrente da construção de duas barragens hidroelétricas no município, passando a barreira dos 18000 habitantes. Mas tal como a imigração ocorrida a partir da segunda metade do séc. XVI, também esta vaga de novos habitantes provocou erosão na cultura mirandesa, com particular incidência na língua mirandesa.

3.2 A língua mirandesa

A delimitação geográfica da Terra de Miranda é referida, sobretudo, em estudos de carácter linguístico e, inclusive, a própria Lei 7/99 de 29 de janeiro (Lei do Mirandês) enquanto documento legal, “reconhece o direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço da identidade da Terra de Miranda”. Não existindo atualmente nenhuma divisão administrativa identificada como Terra de Miranda, esta terminologia apresenta uma enorme ambiguidade e pusilanimidade. Este reconhecimento é contudo “muito limitativo [pois] não é o património cultural que é encorajado a exprimir-se em mirandês, mas sim o mirandês que é considerado como património cultural” (Cahen, 2004, p.65). Assim, ainda de acordo com Cahen (idem), é permitido o ensino do mirandês enquanto disciplina mas não o ensino de parte ou totalidade das outras disciplinas em mirandês.

Sendo a língua mirandesa a expressão máxima de diferenciação e identidade cultural local, reflexo de unicidade e transversal a todas as outras dimensões da cultura mirandesa, os estudos sobre este tema, são também representativos da vitalidade do património cultural mirandês. Tal como a população também o número de falantes tem diminuído abruptamente. A redução do número de falantes da *Ihéngua* é constatada por Merlan (2009) que refere José Leite de Vasconcellos para quem em 1900 existiam 10000 falantes (p. 73), Maria Santos que aponta um número de 15000 falantes em 1967 (p. 74), de

Cristina Martins que em 1997 referia existirem 7000 falantes (idem) e a sua própria estimativa que situa entre 4000 e 5000 o número de falantes em 2006 (p. 77).

O uso do mirandês na trilogia *lar, campo e amor* foi-se perdendo à medida que o português estendeu o seu domínio para além do nível institucional, concretizado pelos meios de comunicação com a televisão a assumir o papel principal, e por um maior grau de literacia da população. “Um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento da identidade coletiva é, e tem sido, a comunicação” (Tubella, 2006, p. 281). A autora realça o crescimento da língua catalã suportado pelos *media*, destacando a importância da “criação da empresa catalã de rádio e televisão, com o propósito da normalização linguística, cultural e nacional” (ibidem, p. 283), consagrada na primeira lei aprovada pelo parlamento catalão, como um mecanismo fundamental para a preservação e promoção da língua local. De facto, tal como afirma Carrilho (2010), “a alavanca de qualquer estratégia de promoção da língua (...) está, na verdade fora dela (...) e está também na construção de um espaço público comum, sem o qual nenhuma comunidade... comunica” (p. 98) fazendo referência a meios como a literatura, música, cinema, teatro e audiovisual para a promoção linguística. A língua mirandesa assume-se, atualmente, mais como um património, uma aproximação às origens históricas, um elemento de distinção do que propriamente como instrumento de comunicação, uma vez que as pessoas que afirmam conhecer e falar a *lhéngua* não a usam no quotidiano como língua nativa, nem esta possui os mecanismos de transmissão e difusão que lhe permitam afirmar-se como uma presença assídua no quotidiano da comunidade mirandesa.

A este respeito, e para contrariar a tendência regressiva, Júlio Meirinhos refere que a obrigatoriedade da disciplina de Língua Mirandesa no *currículum* escolar, “a par de uma política cultural linguística mais forte e agressiva por parte da autarquia” seriam as medidas mais eficazes. Apesar de todas estas contrariedades, o impulso dado pela Lei do Mirandês, além de tornar a sua existência conhecida para a grande maioria da população portuguesa, “transformou-a numa causa simpática para todos os portugueses assim como para todos os meios de comunicação em geral” tal como constata Júlio Meirinhos, cuja passagem enquanto deputado na Assembleia da República ficou indelevelmente associada à proposta e consequente aprovação desta lei.

Em contraciclo com a sua extinção oral, verifica-se um incremento no número de publicações, investigações, presença *online* e produções escritas que suportam a existência de um mirandês moderno, mais científico, mais linguístico mas menos oral e consequentemente com um menor grau de apropriação e uso por parte da comunidade mirandesa. Desse paradoxo dá conta Martins (2006) vaticinando que “dentro de algum tempo, encontraremos crianças em idade escolar que sabem escrever e ler em mirandês, mas que não fazem uso do idioma nas suas actividades orais do quotidiano” (p. 18). Já

Ferreira (2006) defende que o prazo de validade do mirandês é “até que os mirandeses queiram”.

No contexto jurídico do património imaterial, a língua surge também associada a tradições e expressões, que no caso específico mirandês proliferam sobre as mais variadas temáticas, embora a sua raiz seja essencialmente rural, tal como documentam as diversas recolhas efetuadas de expressões ligadas à atividade agro-pastoril.

Apesar de a língua ser indiscutivelmente um “elemento nuclear do património imaterial” (Cabral, 2011, p. 85), não se encontra, por si só, abrangida pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO.

3.3 Património cultural mirandês: entre o material e imaterial

Os diversos domínios do património cultural imaterial encontram correspondência de forma muito singular na Terra de Miranda. Dentro das “expressões artísticas e manifestações de carácter performativo” podem incluir-se as danças dos pauliteiros, mas também a música tocada pela gaita de fole mirandesa acompanhada de caixa e bombo, a flauta pastoril (*fraitá*) e o tamboril, o singular teatro mirandês (*quelóquio ou entremês*), bem como outras coreografias. A música assume aqui um necessário destaque não apenas pelos instrumentos com que é interpretada mas pela singularidade do repertório mirandês.

Este vasto repertório reflete de forma abrangente a vida da sociedade, desde temas relacionados com os trabalhos agrícolas, rondas, romances, canções de embalar, religiosas, etc. e continua a ser alvo de recolhas e reinterpretações. Entre outras publicações e registos fonográficos destaca-se neste campo o trabalho levado a cabo por António Mourinho, que entre outros, levou à publicação do *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, mas também etnomusicólogos, de reconhecidos méritos, externos à comunidade mirandesa, como Fernando Lopes Graça, Ernesto Veiga de Oliveira ou Michel Giacometti publicaram temas do património mirandês.

Relativamente a “práticas sociais, rituais e eventos festivos”, o património mirandês é também extremamente vasto. O *Carocho* de Constantim e *La bielha* de Vila Chã são exemplos de rituais pagãos que persistiram à erosão do tempo e continuam vivos atualmente. Estas práticas encontram-se associadas a “fenómenos naturais, aos ciclos das estações, pois são eles que determinam o momento das sementeiras e das colheitas” (Alves, 2007, p. 21), mas também com o ciclo de vida dos próprios indivíduos. A fogueira do galo, realizada no dia de Consoada, constitui-se como exemplo de um ritual extremamente vivo e enraizado na comunidade mirandesa. A religiosidade é uma presença constante na sociedade mirandesa e, além de rezas e orações singulares, a tríade sagrada constituída

pelos eventos festivos em honra da Senhora da Luz (Constantim), Senhora da Trindade (Fonte Aldeia) e Senhora do Naso (Póvoa) são o expoente máximo da fé cristã no planalto mirandês, embora exista um enorme rol de eventos festivos de índole religiosa dedicados a outras divindades para além dos mencionados.

Sendo a Terra de Miranda uma região isolada e encravada a um canto do território português, é normal que tenham proliferado “os conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo” onde se incluem domínios como a “etnobiologia, etnobotânica, etnozoologia, sistemas de medicina e farmacopeia tradicionais, rituais, hábitos alimentares, crenças” (Cabral, 2011, p. 86) entre outros que encontram um paralelismo próprio no plano mirandês, bem como as “competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais”, que são transmitidos de forma endógena perpetuando a memória da comunidade. Conhecimentos e competências passados de geração em geração assentes na natureza, na experiência e que estão na génese da tradição e do saber fazer popular desde utensílios agrícolas, de cozinha, decorativos e rituais até instrumentos musicais, trajes, brinquedos. Nestes casos, o foco não é colocado no produto final materializado, mas sim no próprio conhecimento e processos de criação dos mais diversos artefactos tradicionais.

Existem também elementos de carácter material que se encontram distribuídos pela área de influência da Terra de Miranda. Retomando a definição de património cultural encontram-se elementos com interesse do ponto de vista arqueológico e paleontológico como são exemplo os castros romanos, berrões ou insculturas rupestres, interesse arquitetónico como a concatedral de Miranda do Douro, o aqueduto do Vilarinho ou a igreja de Malhadas, interesse histórico em todo o perímetro muralhado da cidade de Miranda do Douro e nos monumentos que lhe estão confinados, mas também elementos com interesse documental, artístico, etnográfico e social que são dimensões presentes simultaneamente num dado elemento. A relevância dada pelo interesse paisagístico está presente, principalmente, através da paisagem natural formada pelas escarpadas arribas que ladeiam o rio Douro.

Num período de transição para a Direção Geral do Património Cultural, resultante da fusão de três entidades, é ainda o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) o responsável por classificar e conseqüentemente conferir proteção a imóveis portadores de interesse cultural. De acordo com o IGESPAR existem no município de Miranda do Douro dois monumentos classificados como monumento nacional, tendo ambos obtido essa distinção por decreto de 23 de junho de 1910: o Castro de Aldeia Nova e a Igreja de Miranda do Douro (antiga Sé). Com a classificação de Imóvel de Interesse Público surgem o Eremitério Os Santos (Picote/Sendim), abrigo rupestre da *Solhapa* (Duas Igrejas), Igreja Paroquial de Malhadas, Cruzeiro de Malhadas, Castelo de Miranda do Douro e um imóvel sito no Largo da Sé. A Igreja de São Cristóvão, paroquial de

Vila Chã da Braciosa é classificada como Monumento de Interesse Público e o Empreendimento Hidroelétrico do Douro Internacional em Picote é classificado como Conjunto de Interesse Público. No âmbito do IGESPAR encontram-se também processos relativos a imóveis em vias de classificação como o Castro de Vale de Águia (Castrilhouço) e a Igreja de Santa Eufémia (Duas Igrejas), ambos homologados como Imóvel de Interesse Público. O valor cultural que estes imóveis englobam é indissociável de aspetos de cariz imaterial tal como referido anteriormente.

Também o património natural é objeto de proteção e salvaguarda nas diversas convenções da UNESCO como integrante do vasto leque do património cultural. De facto, principalmente as abruptas arribas que acompanham o rio Douro podem classificar-se como paisagem cultural, de acordo com a definição dada pela UNESCO (1992). Na Terra de Miranda representa uma parcela significativa na promoção e atração de visitantes à região. Este património encontra-se maioritariamente abrangido pela jurisdição do Parque Natural do Douro Internacional e alberga flora e fauna autóctone que é assim alvo de proteção. A paisagem formada pelo vale do rio Douro é um dos cartões-de-visita do município, sendo também bastante difundida a imagem do número “2” moldada pela natureza numa fraga com pigmentação amarela.

A vaca mirandesa, de onde provém o ex-libris da gastronomia mirandesa, a posta, mas também a ovelha de raça churra galega e o burro de raça mirandesa são raças autóctones que contribuem para uma maior diferenciação da Terra de Miranda e conseqüentemente para uma maior valoração do património cultural mirandês. Alge (2007) identifica a língua, os pauliteiros, o burro mirandês e a posta mirandesa como “símbolos da comunidade mirandesa que enfatizam o sentido de comunidade, o arcaico modo de vida, as festas tradicionais, a religiosidade, etc” (p. 365) demonstrando a variedade e a relevância que é reconhecida aos bens culturais mirandeses. A autora identifica ainda os pauliteiros como um “símbolo local, regional e nacional (...) que preenche o critério para se tornar património cultural imaterial português, cumprindo também com o critério de capital cultural” (p. 367) preconizado por Bourdieu.

Tratando-se de um património coletivo com uma diversificada tipologia, também as medidas de inventariação, preservação, proteção, promoção, valorização, difusão e produção se encontram distribuídas por múltiplos agentes desde cidadãos privados, empresas, associações ou instituições. As instituições encontram-se mais ligadas a uma visão estática do património atuando sobretudo na inventariação, preservação, proteção e promoção e as associações, geralmente, incorporam um maior dinamismo como se pode verificar pelos mecanismos de difusão, mas sobretudo de produção com que atuam no campo do património cultural. Um exemplo da importância do associativismo na preservação do património é dado pela Associação Ressurgimento Mirandês surgida na década de 40 do

séc. XX que teve um importante papel na recolha, inventariação e promoção do património cultural mirandês mas também na consciencialização sobre a importância do mesmo. Impulsionada pela “mais significativa referência cultural mirandesa do século XX” (Bernardo, 2000, p. 187), o Pe. Dr. António Maria Mourinho, o espólio recolhido por esta associação esteve de certa forma ligado à futura criação do museu da Terra de Miranda em 1982. Atualmente a ação das associações de índole cultural faz-se notar sobretudo na organização de eventos e na (re)produção cultural que preenche uma parte significativa da programação cultural da região. Tratando-se de um património que se compõe de um elevado nível de imaterialidade, existem elementos que são materializados em experiências e produtos, que são transacionáveis e rentabilizados sobretudo devido à exploração turística.

4 Estudo empírico

No âmbito das ciências sociais, falar de metodologia de pesquisa torna-se demasiado ambíguo face à imensidão de situações particulares e conseqüentemente variáveis a ter em conta para a obtenção de conclusões em conformidade com o objeto de estudo. Ainda assim, devido à escassez de estudos similares devidamente consistentes e consensuais, torna-se premente compreender os fundamentos e as variáveis utilizadas nos referidos estudos para que possam ser minimizadas as falhas entretanto reveladas e introduzidas novas variáveis ou diferenciados os pesos relativos das existentes, de acordo com o demonstrado em estudos passíveis de serem equiparados, para maximizar a fidedignidade dos resultados obtidos. A compreensão da preponderância e da forma como as diferentes variáveis se correlacionam num estudo deste tipo é de suma importância para que os resultados possam ser o mais reais possível e esta compreensão serve de base para o desenho dos instrumentos de recolha de dados. Como refere Arroyo (2006), “a importância dos dados está na sua capacidade de associação dentro de um contexto para converter-se em informação” (p. 141).

Tendo como objetivo a valoração do património cultural, esta pesquisa parte de um paradigma quantitativo objetivo e focado nos resultados pretendendo desta forma poder deduzir um valor monetário que traduza a valoração económica do património cultural mirandês. O impacto económico de um dado fenómeno pode ser definido como “o efeito que este provoca em fatores económicos como sejam o comportamento dos consumidores, negócios, mercados, indústria, criação de riqueza, saúde, emprego e capital” (Radich, 1987 cit. Reeves, 2002, p. 27). É fundamental compreender a não existência de mercados onde se transacionam muitos dos bens constituintes do património cultural. A estes bens, além do valor económico está também associado um valor cultural que nos remete para a sua intangibilidade. São características como a identidade, unicidade e autenticidade que conferem um valor acrescido aos bens culturais. Na sua grande maioria estes bens constituem-se como bens públicos incorporando inerentemente propriedades como a não exclusão (o seu consumo está disponível para todos os consumidores) e a não rivalidade (um aumento no seu consumo por um consumidor não implica uma redução na quantidade disponível desse bem). Podem, estes bens ser classificados de acordo com o seu valor de uso e valor de não uso.

Importa nesta fase perspetivar a recolha de dados de modo que nos forneça o valor de uso e o valor de não uso, partindo da hipótese de que confrontando estes dois valores se pode obter uma perceção muito próxima da totalidade do real valor económico. Assim, “a valoração de bens que não passam pelo mercado pode ser efectuada de duas formas, isto é, recorrendo à técnica das preferências reveladas ou à das preferências declaradas”

(Ready et al., 2002 cit. Guia, 2008, p. 22). Associamos então a técnica das preferências reveladas ao valor de uso e a técnica das preferências declaradas ao valor de não uso (Mourato & Mazzanti, 2002, p. 54). As preferências reveladas dão conta de um valor real, que é efetivamente gasto pelo consumidor. Por outro lado, através da técnica das preferências declaradas o valor corresponde a uma opção ou intenção e não a um gasto real. Como veremos, esta técnica está associada à criação de um mercado hipotético em que se tenta apurar um gasto em que o consumidor poderá ou não incorrer. Deste modo esta pesquisa aborda de forma diferente os residentes e não residentes no município de Miranda do Douro, assumindo que os não residentes suportam obrigatoriamente um custo ao usufruírem de determinado bem, um valor de uso, e que os residentes (não necessariamente consumidores de um bem) têm um conhecimento sobre a realidade do património mirandês que lhes permita avançar com um valor coerente, valor de não uso, tal como defendido por exemplo num estudo sobre a valoração económica do Museu Nacional de Escultura de Valladolid (Sanz, Herrero & Bedate, 2003, p. 246). Em todo o caso, a não existência de mercados para estes bens dificulta *per si* a sua hierarquização monetária num hipotético mercado.

Entre as diferentes abordagens que se debruçam sobre a valoração de bens do património cultural, tangíveis ou intangíveis, é possível distinguir entre métodos que se focam na perspetiva das preferências reveladas e no das preferências declaradas. O método do custo de viagem e o método dos preços hedónicos situam-se na perspetiva das preferências reveladas e a valoração de contingente com as suas variantes procura indagar sobre as preferências declaradas tentando obter uma quantia monetária capaz de expressar o valor de não uso. Ambas as perspetivas se enquadram no campo dos métodos de valoração indireta.

4.1 A disponibilidade a pagar

Neste método procura-se apurar o valor de não uso através da técnica das preferências declaradas. No questionário utilizado para a aplicação deste método criou-se um cenário hipotético em que, para a preservação de bens culturais integrantes do património cultural mirandês, tem de ser cobrada uma taxa sob a forma de um adicional na fatura da água. Desta forma os inquiridos são confrontados com o valor que estarão dispostos a pagar destinado exclusivamente a despesas relativas à preservação e promoção do património cultural mirandês. Optou-se, nesta questão, por utilizar intervalos de valores sob a forma de escolha múltipla. Os questionários são dirigidos a residentes no município mirandês. Este método deve cumprir a premissa “de que os indivíduos devem entender claramente o problema analisado” (Pereira & Campos, 2005, p. 19) e também que

a “apresentação do tema (...) tem de ser clara e simples, mostrando o valor acrescentado que o inquirido pode trazer à investigação” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 161), em grande parte derivado do facto de este método ser influenciado pelo desenho do questionário, pela familiaridade com os bens em estudo e pelo grau de abstração que o cenário hipotético exige (Noonan, 2003, p. 172). Admitindo que o nível de conhecimento relativo ao património cultural mirandês por parte dos residentes é mais do que básico, cumpre-se a condição da informação dos inquiridos sobre o objeto em estudo tal como alerta Thorsby (2003) que não necessitando de ser indivíduos “*fully-informed*” são no mínimo o que o autor classifica como “*well-informed*” (p. 277). Tal como no método do custo de viagem só serão validados os questionários de sujeitos com idade igual ou superior a 18 anos por considerar que além de um poder de compreensão superior em relação ao objeto em estudo, são também aqueles a quem pode ser imputado um custo como é o caso da fatura de água. Ao não validar questionários respondidos por residentes fora do município de Miranda do Douro procura-se eliminar os *outliers*¹⁶ e maximizar a objetividade dos resultados. Também serão incluídas variáveis (para além da idade e género) como o rendimento do agregado familiar e as habilidades literárias, as quais podem revelar diferentes valorações correlacionais.

Contudo, existem várias críticas a este método, dada a sua base hipotética, o que pode originar respostas bastante díspares. Também, por isso, se optou por apresentar intervalos de valores previamente definidos para as respostas. Uma das questões que se levanta com frequência relativamente a este método é que a disponibilidade para pagar pode ser menor caso os inquiridos antevejam que, de facto, passará a ser cobrada uma determinada taxa, respondendo nesse caso com um valor menor. Mas também, a situação inversa em que os inquiridos sobrevalorizam o bem em estudo em função de reconhecerem a sua importância ou de quererem dessa forma mostrar o quanto consideram esse bem valioso para a comunidade. Uma outra crítica está relacionada com o mecanismo que é proposto aos inquiridos para pagar. A criação de uma nova taxa ou tal como neste estudo a adição de um valor a uma taxa existente pode levar a respostas subvalorizadas dada o atual contexto de agravamento fiscal decorrente da crise económica que originou a criação de novas taxas e sobretaxas recentemente. A não contabilização de externalidades, bem como dos benefícios económicos diretos e indiretos decorrentes do património cultural é outra das limitações apontadas a este método. Entende-se por externalidades os efeitos que ultrapassam o vendedor e o comprador e que surgem frequentemente associadas à produção e consumo de bens culturais. Assim, a avaliação de contingente será utilizada como forma de apurar a disponibilidade a pagar por parte dos residentes, sendo posteriormente estes dados cruzados com os obtidos através do método do custo de viagem “pois uma das formas de avaliar as vantagens e limitações [da valoração de contingente]

¹⁶ Valor atípico que apresenta um grande afastamento dos restantes valores da série.

consiste em confrontá-lo com outras possibilidades” (Antunes, 2010, p.43), numa tentativa de suprir parte das críticas subjacentes à utilização de um único método de valoração.

4.2 O método do custo de viagem

Este é um dos métodos mais utilizados na valoração económica de bens patrimoniais e está associado à técnica das preferências reveladas. Segundo Amorós (2004) é a técnica mais antiga das que tentam determinar o valor de bens sem mercado (p. 16). Está focado nos consumidores que se deslocam da sua residência habitual para o local onde vão consumir os bens culturais, o que implica necessariamente um gasto de tempo e dinheiro, e como tal está focado no valor de uso. Assim, a fiabilidade deste método fica reforçada por se tratar de visitantes reais e não de potenciais visitantes.

Nesta pesquisa, a abordagem ao método do custo de viagem será feita a um único local, e embora seja replicado em diferentes locais e tempos, não se optou por utilizar o método de custo de viagem zonal. Neste método não está incluído apenas o custo da deslocação realizada pelo consumidor mas também se procura inquirir sobre outros gastos como sejam os relacionados com alojamento procurando captar não apenas o valor do combustível gasto na deslocação mas também outros gastos decorrentes dessa mesma deslocação. Contudo, também é preponderante o uso de variáveis socioeconómicas como género, idade, habilitações académicas, rendimento do agregado familiar, aqui tidas como explicativas bem como de variáveis psicológicas que permitam averiguar sobre a ligação afetiva do consumidor ao local visitado tal como o número de visitas e o número de acompanhantes. Entende-se que o indicador género poderá constituir-se como uma variável *dummy* (Pereira & Campos, 2005, p. 7) neste contexto de investigação, considerando-se assim que não tem influência nos resultados obtidos. Para que a recolha destes indicadores seja feita de forma satisfatória, o desenho do questionário visa refletir de forma clara todas essas variáveis. Embora possua algumas limitações este é um método “apresenta-se como uma ferramenta valiosa para a quantificação do valor intrínseco e do valor institucional de um bem ou serviço cultural quando o preço dos mesmos subavalia o seu valor” (Rodrigues, 2008, p. 45). A amostragem definida para a aplicação deste método é não probabilística e definida por conveniência (Carmo & Ferreira, 2008, p. 215). Na aplicação deste método, por forma a evitar a obtenção de *outliers* só serão considerados válidos os questionários de indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, assumindo que os custos de deslocação não podem ser imputados a menores de idade. Deste modo os dados serão recolhidos tendo por base uma população de indivíduos-tipo (Sampieri, Collado & Lucio, 2006, p. 272) que não sendo residentes no município de Miranda do Douro são reais consumidores de bens integrantes do património cultural mirandês.

4.3 A entrevista e a análise de documentos

A entrevista é um método de recolha de dados, que permite uma poupança de recursos e obter informações privilegiadas sobre um dado campo de investigação. Segundo Carmo e Ferreira (2008) “num estudo de comunidade (...) é fundamental cruzar as informações de vários líderes locais, obtidas por entrevista” (p. 145). No entanto, a entrevista é uma forma de inquérito tal como o questionário. Esta deverá incluir numa fase inicial a apresentação do entrevistador, a apresentação do problema de pesquisa e a explicação do papel pedido ao entrevistado (idem, p. 142). Será realizada uma entrevista exploratória em formato de entrevista semiestruturada visando uma compreensão sobre a importância que o património cultural mirandês tem na formulação de políticas públicas. De igual forma é relevante indagar sobre a importância do património cultural enquanto ativo turístico da região. A pertinência da inclusão de uma entrevista neste estudo prende-se com a possibilidade de complementar informações, recolhidas por outros métodos, que podem ser úteis neste contexto de investigação.

Através da análise de documentos é também possível obter informações valiosas e precisas acerca da temática em estudo. Esta é uma importante forma de recolha de dados, e sem dúvida a mais utilizada nesta dissertação. Os dados documentais podem ser classificados relativamente à sua natureza tendo neste estudo utilizado, maioritariamente, fontes primárias. Uma das vantagens apontadas à análise documental é que esta permite evitar o recurso abusivo às sondagens e aos inquéritos por questionário, embora os dados recolhidos através deste método, neste trabalho, sejam essencialmente de caráter qualitativo. Apesar das reconhecidas vantagens na utilização de recursos como a *internet* para a obtenção de documentos para análise torna-se imprescindível validar a fidedignidade da informação obtida. Essa fidedignidade pode ser validada pesquisando sobre a origem dos documentos, nomeadamente através da autenticidade dos seus autores, sobre o *síte* que disponibiliza os referidos documentos e também sobre a existência impressa ou apenas digital dos mesmos. A literatura disponível sobre a valoração económica do património cultural é relativamente escassa na obtenção de dados concretos embora seja extensa relativamente à legislação, descrição de bens culturais, relação entre património cultural e políticas públicas bem como sobre a evolução de teorias relacionadas com metodologias de pesquisa.

4.4 Bens em estudo

Para a realização deste estudo foram selecionados 6 bens culturais do município mirandês aos quais está inerente a rentabilização económica por via do património cultural. Assim, o festival *L Burro i l Gaitero* e o Festival Intercéltico de Sendim são relacionados com a música, pauliteiros, instrumentos, burro mirandês e dinamização local. O museu da Terra de Miranda e a concatedral associados à dimensão arquitetónica, arqueológica, religiosa e etnológica. O Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional como bem ligado ao património natural e que é objeto de forte procura turística e a posta à mirandesa enquanto expoente máximo do património gastronómico mirandês.

A opção pelos bens em estudo em detrimento de outros não pretende de forma alguma desvalorizar outros bens culturais existentes na Terra de Miranda, mas apenas focar o estudo em bens que se encontram perfeitamente qualificados enquanto produtos culturais.

4.4.1 Museu da Terra de Miranda

Localizado em pleno centro histórico, no largo D. João III, o museu da Terra de Miranda constitui-se como o equipamento cultural de referência do património cultural mirandês. Embora possua alguns numismas e peças arqueológicas de interesse no seu acervo, o discurso expositivo é constituído maioritariamente por elementos de carácter etnográfico, visando a representação dos modos de vida da comunidade mirandesa.

A pretensão da fundação de um museu na cidade surge em 1945, aquando das comemorações do quarto centenário da elevação de Miranda do Douro a cidade e ganha força com a fundação da Associação Ressurgimento Mirandês. É curioso constatar que “alguém disse e escreveu que Miranda fora descoberta nas festas centenárias de julho de 1945, tão ignorada ela era” (Alves, 1971, p. 9). Esta constatação é reveladora do isolamento e ensimesmamento, referido anteriormente, que se verificou neste território. A Associação Ressurgimento Mirandês, surgida na sequência das referidas comemorações, começou por propor a reconstrução do antigo Paço Episcopal para instalação do futuro museu, embora essa proposta tenha sido abandonada face à falta de apoios para a concretização de tão arrojada intervenção. Posteriormente, é cedido o espaço da atual Biblioteca Municipal (antigo Convento dos Frades Trinos) a esta associação que ali encontra um espaço para depósito e preservação dos elementos museológicos entretanto recolhidos na Terra de Miranda. Foi em 1979-1980 que a autarquia doou o “antigo edifício da Câmara (...) ao antigo IPPC [Instituto Português do Património Cultural] para nele fundar o Museu (...) com a

condição expressa de ficar como primeiro Director e fundador o Pe. António Maria Mourinho” (Mourinho, 2000, p. 224). Desta forma instalou-se o museu num edifício do séc. XVII, que tinha sido sucessivamente utilizado como cadeia, paços do concelho, liceu, tribunal, entre outros e onde ainda persiste o museu atualmente. O museu da Terra de Miranda foi criado através do Decreto-Lei nº 136/82 de 23 de abril e inaugurado oficialmente a 18 de maio de 1982 (dia internacional dos museus). A tutela deste espaço é competência da Direção Regional de Cultura do Norte.

Este equipamento pode ser considerado do ponto de vista económico como um bem público não puro, uma vez que o seu acesso está condicionado ao pagamento de um valor de entrada. Segundo dados fornecidos pelo museu, este equipamento foi visitado em 2013 por 8878 pessoas. O preço normal de entrada é de €2, mas considerando os reformados e outros casos especiais, o valor médio por entrada, de acordo com o próprio museu é de €1.

4.4.2 Concatedral de Miranda do Douro

A concatedral mirandesa destaca-se entre todas as construções existentes no perímetro amuralhado pela sua majestuosidade e imponência, características que sempre acompanharam a opulência das edificações religiosas de vulto, e é também visível a larga distância da cidade praticamente de todas as perspetivas que o observador pode adotar.

A criação da diocese de Miranda do Douro, no reinado de D. João III, foi potenciada pela decisão de “refrear o poder dos titulares da cátedra bracarense [através da] reformulação do quadro religioso do país” (Rodrigues, 2005, p. 39). Com a elevação de Miranda do Douro a cidade aproximadamente um mês e meio após a criação da diocese, a construção de uma nova catedral torna-se crucial e imperativa. Esta viria a ser construída no local então ocupado pela Igreja de Santa Maria, demasiado pequena para servir de catedral. O primeiro bispo de Miranda, D. Turíbio Lopes, foi um dos grandes impulsionadores desta construção da qual o “estaleiro e fábrica não teriam termo de comparação em nenhuma outra construção, religiosa ou civil, erguida neste espaço geográfico” (ibidem). O processo de construção prolongou-se desde o lançamento da primeira pedra em 24 de maio de 1552 até 1609, ano em que o bispo D. Diogo de Sousa informa o Papa Paulo V que “a catedral estava muito bem construída e edificada” (Mourinho, 1995, p. 77), embora o mesmo autor adiante que em 1610 faltavam ainda as portas para a entrada principal bem como o retábulo para o altar-mor. Entre os arquitetos envolvidos na construção deste templo, salientam-se Gonçalo de Torralva (1547) que é apontado como o arquiteto responsável pelo projeto inicial e admite-se que Miguel de Arruda (1552-1554) também poderá ter tido uma parte importante na definição da planta e orientação da obra. Também afetos ao processo de construção da

concatedral destaca-se a importância de Gaspar da Fonseca (1583-1590) como mestre-de-obras, dos entalhadores de Valladolid responsáveis pelo sumptuoso altar-mor Francisco de Velasquez (1610-1614) e Gregório Hernandez (1610-1614), embora a listagem de responsáveis pela construção e ornamentação incluía caiadores, carpinteiros, escultores, organeiros, pedreiros, vidraceiros, entre outros (Noé, 2013). O período entre 1600 e 1764 é, para Mourinho (1995), o “período de ouro da catedral” (p. 77) e segundo o historiador foi durante este período que foram construídas mais obras de arte dentro da catedral.

Após a conclusão do processo de transferência da sede da diocese para Bragança em 1780, a Sé de Miranda viria a perder o seu fulgor em virtude da sua menor importância na (ainda atual) diocese de Bragança-Miranda mas também devido ao saque das “mais ricas alfaias, paramentos e alguns sinos” (Mourinho, 1995, p. 81) levado a cabo pelo bispo D. Frei Aleixo, ficando “despida da riqueza colossal que possuía” (ibidem). Alves (1971) reúne uma lista exaustiva dos bens furtados, suportando-se numa obra do Pe. José de Castro de 1947, e indica ainda que “a Câmara de Miranda protestou, também e por várias vezes, contra a mudança das alfaias religiosas pertencentes à Sé de Miranda [sendo que] o primeiro protesto foi a 4 de Fevereiro de 1765 perante o cabido” (p. 14).

Trata-se de uma construção com planta em cruz latina composta por três naves a igual altura, divididas por pilares de secção cruciforme, transepto saliente e cabeceira tripartida (Noé, 2013). Ao longo das três naves podem-se encontrar “vários altares, enriquecidos pela sua obra de talha, feita em ouro, além de numerosas imagens de grande sentido histórico e de valor artístico” (Oliveira, 1981 [1967], p. 11). No entanto, de entre todas as alfaias religiosas, pinturas e esculturas que se encontram na concatedral, uma assume especial destaque quer pela procura por parte dos visitantes mas também pelo elevado valor afetivo e devoção que os mirandeses lhe prestam, o Menino Jesus da Cartolinha. Com fundamentações divergentes sobre a sua origem, como é de bom-tom em qualquer figura lendária que se preze, contudo em todas está associado a um “grito psicológico do redobre das forças” (Oliveira, 1981 [1967], p. 13) dos mirandeses, com as suas armas rudimentares contra a oposição de um exército espanhol. Após esse psicológico apelo o menino terá desaparecido sem ninguém o ver, o que lhe confere a aura mística necessária para que se falasse em milagre associado ao “menino Jesus”. A figura que se encontra na concatedral terá sido feita na transição do séc. XVII para o XVIII (Alves, 1971; Mourinho, 1995) e dela não constava nenhuma cartola, uma vez que a cartola enquanto adereço de vestuário só surge posteriormente.

Esta igreja está classificada como Monumento Nacional desde 1910 e assume-se como um bem público puro. A sua importância reflete-se no número de visitantes que procuram este ex-libris do património arquitetónico-religioso transmontano. Durante o ano de 2013 este número foi de 46707, tendo-se verificado o máximo de visitantes em agosto

(9030) e o mínimo em janeiro (1063). Relativamente ao mês de agosto, a proveniência dos visitantes distribuiu-se quase equitativamente entre estrangeiros (4277) e nacionais (4759).

4.4.3 Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional

O Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional, situado próximo do cais fluvial do rio Douro, funciona como uma *joint venture* transfronteiriça entre a empresa espanhola Europarques Hispano-Lusos S.R.L. e a portuguesa Centro de Turismo Ambiental Luso-Espanhol LDA dada a sua exploração conjunta. Além do CADI, o consórcio gere também a Estação Biológica Internacional situada na aldeia de Cozcurrita (Espanha), a 15 Km de Miranda do Douro, e um outro cruzeiro ambiental no lago de Sanabria (Espanha) a aproximadamente 100 Km, estando também envolvido em projetos de investigação científica no domínio ambiental. A atividade deste projeto foi alvo de várias distinções das quais se destaca o primeiro lugar no Prémio Nacional de Turismo em 2008 e a Medalha Nacional de Mérito atribuída pelo Ministério da Economia em 2009.

A paisagem cultural de Miranda do Douro, constituída também pela imensidão planáltica, tem contudo, o seu expoente máximo nas íngremes e majestosas escarpas rochosas que ladeiam o leito do rio Douro nos seus primeiros quilómetros em território português, sempre com Espanha na margem esquerda. Esta zona geográfica encontra-se inserida no Parque Natural do Douro Internacional desde 1998, estando a salvaguarda deste ecossistema pelo Estado espanhol assegurada através do Parque Natural de los Arribes del Duero desde 2002. O vale formado pelo rio Douro contrasta com o planalto formando o “*Grand Canyon* da península ibérica” (Lusa, 2008) ao longo do qual navega o cruzeiro ambiental. Durante o percurso é possível contemplar uma série de elementos florísticos e faunísticos específicos deste ecossistema dos quais se destacam aves rupícolas como o abutre do Egito (símbolo do Parque Natural do Douro Internacional), a cegonha-preta, a águia-real ou a gralha-de-bico-vermelho. O cruzeiro ambiental opera em Miranda do Douro desde 1993. “O património cultural pode ser entendido em termos bastante amplos, por forma a incluir também o património natural” (Ravara, Feldmann & Vicente, 2013, p. 13), assim a inclusão do cruzeiro nesta dissertação pretende contribuir para uma visão holística, a qual se torna imperativa numa perspetiva de oferta qualificada do património cultural mirandês.

O cruzeiro assume uma posição de destaque na promoção turística do município mas também tem um papel importante na atividade económica local devido às externalidades positivas que lhe conferem os cerca de 70000 visitantes anuais. Para um município com uma população abaixo dos 8000 habitantes, este incremento de turistas tem

expressão não só na restauração e venda de produtos regionais como também se reflete nos números de visitantes de outros bens culturais tais como a própria concatedral ou o museu, constituindo-se como um impulsionador da valorização do espetro patrimonial mirandês. O preço do cruzeiro ambiental varia entre €16 e €20 no caso do percurso mais longo e ainda existem descontos para famílias numerosas, crianças, etc. Assim, neste estudo considera-se um preço médio de €17 por pessoa num universo de 70000 visitantes.

4.4.4 Gastronomia

A inclusão da gastronomia neste trabalho pretende refletir sobre a importância que o património gastronómico tem enquanto objeto de procura turística motivada maioritariamente pela singularidade, autenticidade e exemplaridade da posta à mirandesa, verdadeiro ícone da Terra de Miranda. Esta provém de uma raça autóctone da região comumente designada por mirandesa.

A autenticidade dos bovinos de raça mirandesa é assegurada pela certificação de Denominação de Origem Protegida e é também alvo de proteção por denominação comunitária. Tradicionalmente associados à paisagem mirandesa através dos lameiros existentes no Planalto, eram também animais que coadjuvavam nas lides agrícolas, serviam de alimento, de mais-valia económica para os criadores através de comercialização direta entre outros fins, estando perfeitamente enraizados nas vivências socioculturais da comunidade mirandesa. Atualmente a sua comercialização é feita, maioritariamente, em mercado grossista e por grandes superfícies embora persista a comercialização direta, por talhantes e até por restaurantes. A exportação assume um papel cada vez mais importante no escoamento da carne mirandesa estando presente em países como Angola, Dubai, França, Suíça ou Rússia. Esta presença com grande abrangência nacional e internacional torna-a assim num veículo promotor da Terra de Miranda. Em 2013 foram comercializadas, pela Cooperativa Agropecuária Mirandesa, mais de 300 toneladas de carne mirandesa em carcaça o que se traduziu numa faturação a rondar os €3 milhões (Lusa, 2013).

Uma outra raça autóctone que partilha mecanismos de comercialização similares é a Raça Churra Galega Mirandesa, alvo também de grande procura turística através da restauração. Aparte estes dois produtos de excelência, e sendo a restauração (bem como todas as atividades influenciadas pela atividade turística), em Miranda do Douro, vocacionada para o mercado espanhol, verifica-se a presença cada vez mais significativa de um produto gastronómico tipicamente português que é o bacalhau. De facto, não sendo um produto de características endógenas da Terra de Miranda (nem mesmo de Portugal), o bacalhau é um dos símbolos maiores da identidade gastronómica portuguesa.

Assim, a gastronomia com os produtos mencionados, é um dos referentes turísticos da Terra de Miranda, não só pela especificidade e interesse cultural ligado aos produtos destacados, mas sobretudo enquanto agente de captação das externalidades positivas produzidas em torno ao património cultural mirandês e, naturalmente, enquanto veículo promotor de toda a região. Não sendo possível quantificar com exatidão o número de consumidores do património gastronómico local, estimou-se para este estudo o número de 50000 clientes anuais a um preço médio de €15 por pessoa.

4.4.5 Festival *L Burro i l Gueiteiro*

Aliando o burro mirandês e a gaita de fole, dois dos elementos culturais da Terra de Miranda mais reconhecidos fora da região, o Festival Itinerante de Cultura Tradicional *L burro i l Gueiteiro* decorre ininterruptamente desde 2002 com periodicidade anual, tendo percorrido a totalidade do município de Miranda do Douro e algumas localidades de Vimioso e Mogadouro desde o seu surgimento. A organização deste festival, que ocorre no final de julho, é assegurada pela Galandum Galundaina - Associação Cultural e pela Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA). A primeira desenvolve o seu trabalho no âmbito da música tradicional mirandesa com especial ênfase na recolha, investigação e divulgação, enquanto a segunda centra a sua atividade na proteção e promoção do gado asinino e em particular no Burro de Miranda, única raça asinina autóctone em Portugal. “Potenciar a música e os arraiais tradicionais, as danças mirandesas, a gastronomia local, a fauna, a flora e o quotidiano de quem resiste por Terras de Miranda” (Galandum Galundaina, *online*) são alguns dos objetivos principais do festival. Através de oficinas de pauliteiros, de construção de instrumentos, de atividades tradicionais, de debates, de projeções, de passeios e de concertos, este festival que está perfeitamente consolidado na agenda cultural mirandesa, coloca em lugar de destaque o burro e a gaita de fole mirandesa.

Principalmente após o processo de padronização da gaita de fole mirandesa, conduzido pela Galandum Galundaina – Associação Cultural, houve um crescente interesse por este peculiar instrumento. A padronização da gaita mirandesa tornou possível a massificação do ensino deste instrumento, e derivado da possibilidade, inexistente até então, de poderem tocar em simultâneo várias gaitas mirandesas, a proliferação de escolas de música tradicional com realce para a gaita de fole bem como o crescimento exponencial nunca antes verificado do número de gaiteiros foi uma consequência direta deste processo de normalização. Também os construtores tradicionais assistiram a um aumento de pedidos e consequentemente de vendas de instrumentos tradicionais. Neste leque de instrumentos estão incluídos, além da gaita de fole, a caixa de guerra, e o bombo, mas também o tamboril e a flauta pastoril - *frita* - a qual está na iminência de ser também reconhecida através de

um processo de padronização similar ao da gaita. O grupo musical Galandum Galundaina cujo reconhecimento e projeção atingem níveis internacionais, constitui-se como uma referência para músicos de cariz tradicional e em particular para gaiteiros e percussionistas. Tradicionalmente, o gaiteiro era o responsável pela animação das festas nas diversas aldeias da Terra de Miranda, analogamente aos grupos de música ligeira que atualmente animam as festas em quaisquer aldeias de Portugal, e o burro era o seu principal meio de deslocação. São portanto, dois elementos, perfeitamente enraizados na cultura tradicional, e na mirandesa em particular.

A Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, sedeadada no município de Miranda do Douro na aldeia de Atenor, promove inúmeras atividades em torno do burro mirandês, desde cursos de cuidados veterinários, técnicas de asinoterapia a feiras para valorização do burro, tendo no espaço de poucos anos transformado um animal em vias de extinção num ícone da Terra de Miranda e contribuindo ativamente para a dinamização social de Atenor. Além de acolher estagiários de diversos países, é também mérito desta associação a reinvenção da utilidade do burro mirandês patente nas diversas formas de rentabilização económica de que é exemplo o programa de apadrinhamento de animais por parte de quem queira contribuir para a preservação da espécie. Contudo, tal como referido por Minder (2013) o que está em extinção são os donos principalmente devido ao envelhecimento da população e não exclusivamente os burros (analogamente são os gaiteiros e não as gaitas de fole que se encontram em vias de extinção), refletindo a desertificação que presentemente é sentida em todo o interior português e à qual o município de Miranda do Douro não é imune.

Com uma duração de 4 dias, o festival na sua edição de 2013 teve início na aldeia de Constantim, prosseguiu de forma mais perene na aldeia de Póvoa durante dois dias e terminou na aldeia da Especiosa. As deslocações entre as aldeias foram feitas, como é normal neste festival, em passeio com animação constante entre burros e gaiteiros. Uma grande parte dos festivaleiros faz-se acompanhar da sua gaita de fole ou outro instrumento sendo assim participantes ativos na animação diurna do festival. Além dos participantes inscritos que participam na maioria das atividades durante o festival, há também uma enorme afluência de participantes locais, geralmente não inscritos, que ainda assim podem usufruir de forma gratuita dos concertos noturnos e cuja expressão económica não é possível valorar. Também não foram tidos em consideração os cerca de 70 convidados mencionados pela organização. Para este estudo foram considerados apenas os participantes inscritos, que se deslocaram da sua residência habitual objetivamente para este festival e que foram 196 nesta 11ª edição. O preço do bilhete tem vários valores desde os €30 para um dia até ao bilhete geral que custa €70 para sócios e €80 para não sócios. Para este estudo considerou-se um valor médio de €60 por pessoa.

4.4.6 Festival Intercéltico de Sendim

Surgido na vila de Sendim em 2001, este festival assume-se como um referente no campo da música tradicional, não só na Terra de Miranda como demonstra principalmente a programação do palco principal ao longo das suas 14 edições, mas como um festival com projeção nacional e internacional que ocorre nos primeiros dias de agosto. Pelo palco principal do Festival Intercéltico de Sendim já passaram nomes maiores da *world music* com especial incidência na *folk* de influência celta.

A cultura mirandesa, nomeadamente a música, dança e a língua, tem também no Intercéltico um espaço de encontro, debate e partilha. As atividades paralelas à programação do palco principal, decorrem dispersas por vários locais/equipamentos da vila como a Casa da Cultura, o Centro de Música Tradicional Sons da Terra ou a Taberna dos Celtas e nesta 14ª edição realizada em 2013, além do grande número de gaiteiros que tocaram livremente, um dos pontos altos foi o segundo Encontro Ibérico de Pauliteiros que encheu a praça da vila. O património imaterial da Terra de Miranda esteve também presente através de contadores de contos associados à língua mirandesa. Pelos artistas presentes no palco principal foi possível constatar mais uma vez a dimensão internacional deste evento que contou com formações originárias, entre outros países do Japão, País de Gales e Espanha com a conhecida gaiteira Susana Seivane.

A comunicação social que, de forma generalizada, faz eco do festival desde a sua origem, avança com tímidas projeções relativamente ao número de participantes referindo alguns milhares de pessoas. Verifica-se, segundo a mesma comunicação social, uma forte procura no aluguer temporário de casas na vila de Sendim, para além da hotelaria e do parque de campismo gratuito disponibilizado pela organização. Apenas os espetáculos noturnos do palco principal que decorrem do Parque das Eiras são pagos custando €12,5 o bilhete para cada um dos dois dias de concertos. Neste estudo foram considerados 2500 festivaleiros, com o preço por pessoa de €25 correspondente às duas noites de concertos.

5 Análise de Dados

Neste capítulo é feita uma análise descritiva aos dados recolhidos através dos questionários aplicados a residentes e a não residentes. Recorrendo ao *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), os dados recolhidos foram inseridos em tabelas criadas para o efeito, possibilitando assim que pudessem ser transformados em informação relevante para este trabalho. Desta forma foi possível organizar toda esta informação estatística e elaborar os gráficos aqui apresentados.

5.1 Disponibilidade a Pagar

Na aplicação deste método foram validados 131 questionários realizados entre os dias 2 de julho e 2 de agosto de 2014. A tentativa de recolha em suporte de papel revelou-se infrutífera, tendo sido a maioria destes questionários recolhidos via *internet* através da funcionalidade *Forms* disponibilizada pelo *Google Docs*. Assim, o formulário foi difundido em grupos de mirandeses pertencentes à rede social *Facebook*. Deste modo, dos 131 questionários validados, 86 (65,6%) foram respondidos por residentes no concelho e 45 por não residentes (figura 1). Considera-se assim cumprida a premissa relativa aos inquiridos serem “*well-informed*”, não necessitando ser “*fully-informed*”.

Residentes no município de Miranda do Douro (%)

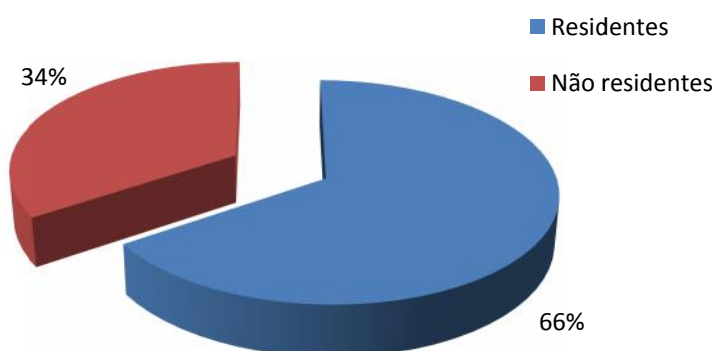


Figura 1

Responderam ao questionário 69 indivíduos do sexo masculino e 62 do feminino (figura 2).

Distribuição por género (%)

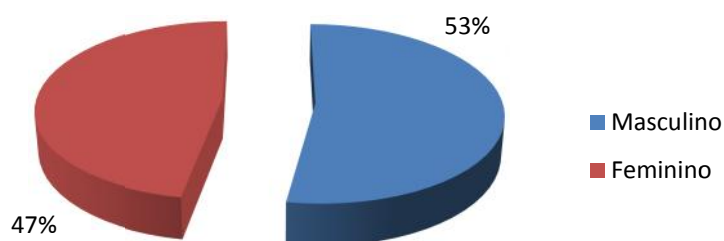


Figura 2

A distribuição dos inquiridos por idades (figura 3) revela a idade mínima de 18 e a máxima de 66 anos, correspondendo a média das idades a 33,21.

Distribuição por idade

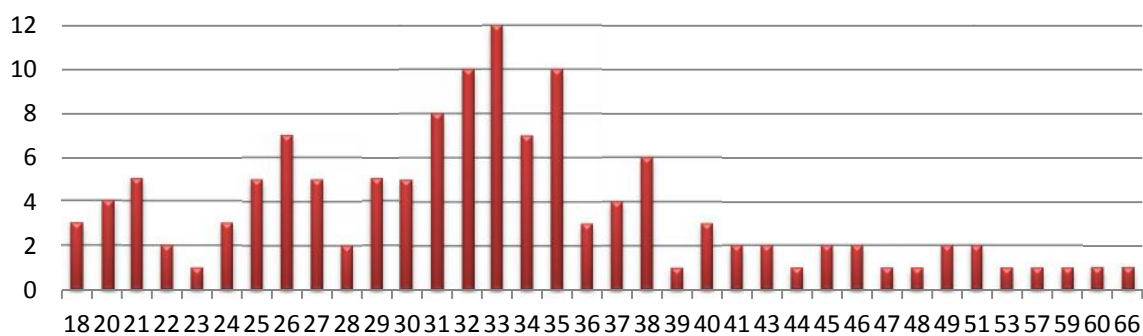


Figura 3

Relativamente às habilitações literárias (figura 4) houve uma predominância de indivíduos com o ensino superior (66,4%) e secundário (27,5%) que representam 93,9% do

total de questionários validados. Este elevado número pode também ser reflexo do meio pelo qual foi maioritariamente distribuído o questionário.



Figura 4

A situação perante a profissão (figura 5) mostra que a maioria dos inquiridos se encontram empregados por conta de outrem (64,9%), sendo os empregados por conta própria o menor grupo (8,4%). Nesta questão poderia, e deveria, ter sido incluída uma outra opção de resposta – reformado. A não inclusão desta opção pode ter influenciado negativamente no número de questionários recolhidos.

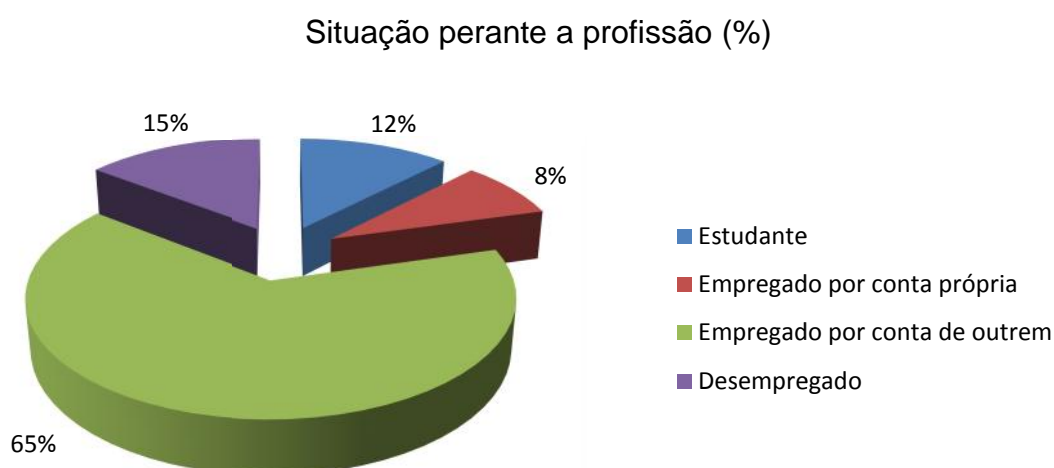


Figura 5

O rendimento do agregado familiar incluía 5 opções de resposta variando de “até €500” a “mais de €4001”. A maioria dos inquiridos (46,6%) situou a resposta em “entre €801 e €1500” (figura 6).

Rendimento do agregado familiar (%)

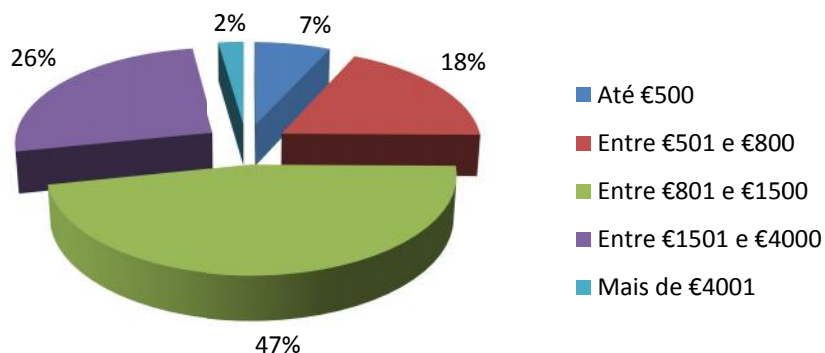


Figura 6

Relativamente à disposição a pagar (figura 7) verifica-se que a maioria dos valores se encontra no conjunto dos intervalos “até €0,50” e “entre €0,51 e €1”. O número de inquiridos que afirma estar disposto a pagar “€0” é curiosamente igual (5,3%) aos que responderam “acima de €8,01”. O valor médio encontrado é de €3,43.

Disponibilidade a pagar (€)

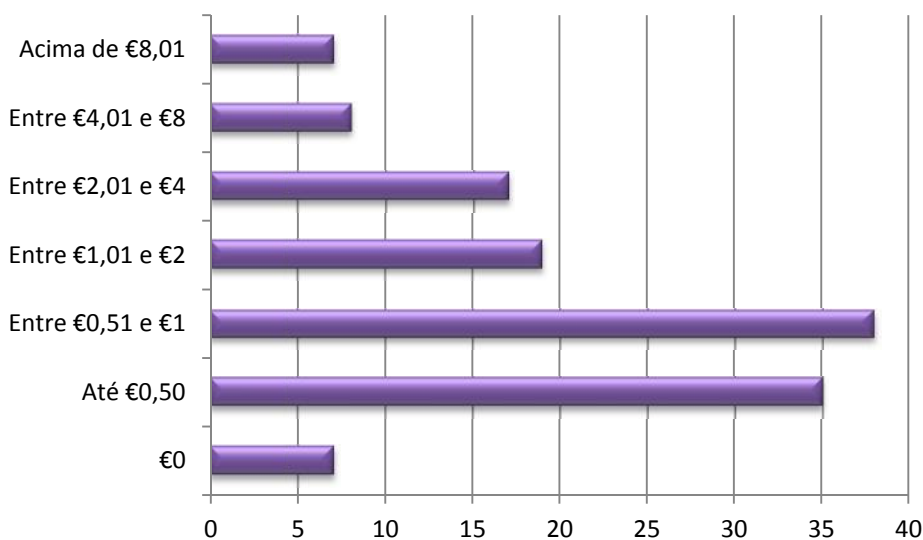


Figura 7

Atendendo a que “o valor do investimento para a comunidade seria igual ao somatório dos valores individuais” (Rodrigues, 2008, p. 45) pode-se então apurar o valor anual atribuído pela comunidade mirandesa ao património cultural local. Assim, os €3,43 que cada inquirido está disposto a pagar mensalmente devem ser multiplicados pelos 12 meses do ano e pelos 7482 habitantes do município.

$$DAP = 3,43 \times 12 \times 7482 = 307959,12$$

Deste modo obtém-se uma valoração anual para o património cultural mirandês, pela comunidade mirandesa, de €307.959,12.

5.2 Custo de Viagem

Para o apuramento do Custo de Viagem foram validados 298 questionários distribuídos pelos 6 bens culturais em análise. Excetuando o festival *L Burro i l Gueiteiro* e o Festival Intercéltico de Sendim cujos questionários foram recolhidos aquando da sua realização (24 a 28 de julho e 2 a 4 de agosto de 2013 respetivamente), todos os restantes questionários foram recolhidos entre 12 e 31 de agosto de 2013. Apenas o questionário relativo ao museu da Terra de Miranda permaneceu disponível para resposta até 31 de dezembro de 2013 devido à baixa taxa de respostas obtida. Os questionários foram disponibilizados em quatro línguas (português, espanhol, inglês e francês) nos bens culturais em estudo. Nos dois festivais e no cruzeiro ambiental os questionários foram realizados interpelando diretamente os visitantes para que respondessem sendo esta uma metodologia que se revelou verdadeiramente fundamental. Já no museu da Terra de Miranda e na concatedral os questionários foram distribuídos pelas suas funcionárias aos visitantes que aí acorreram e no caso da gastronomia foram disponibilizados pelo *staff* dos restaurantes. De destacar, comparativamente com os restantes, o elevado número de respostas obtidas na concatedral (127). Apenas foram considerados válidos (figura 8) os questionários respondidos por não residentes no município de Miranda do Douro, que ao se encontrarem num dos bens em estudo podem ser considerados como consumidores desses mesmos bens culturais. A não indicação da localidade de residência e valores inferiores a 18 relativamente à idade foram igualmente encarados como *outliers*. No total 54 questionários foram considerados inválidos.

Distribuição dos questionários, por bem estudado

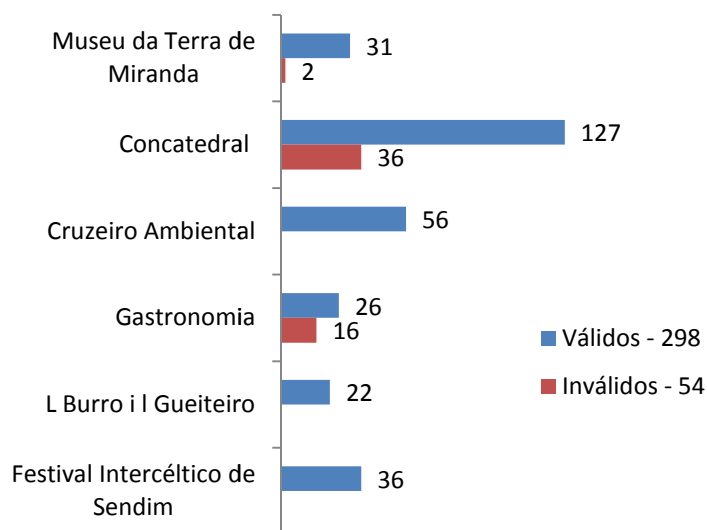


Figura 8

A idade dos visitantes (figura 9) encontra-se entre os 18 e os 78 anos, situando-se a média em 42,78.

Distribuição dos visitantes por idade

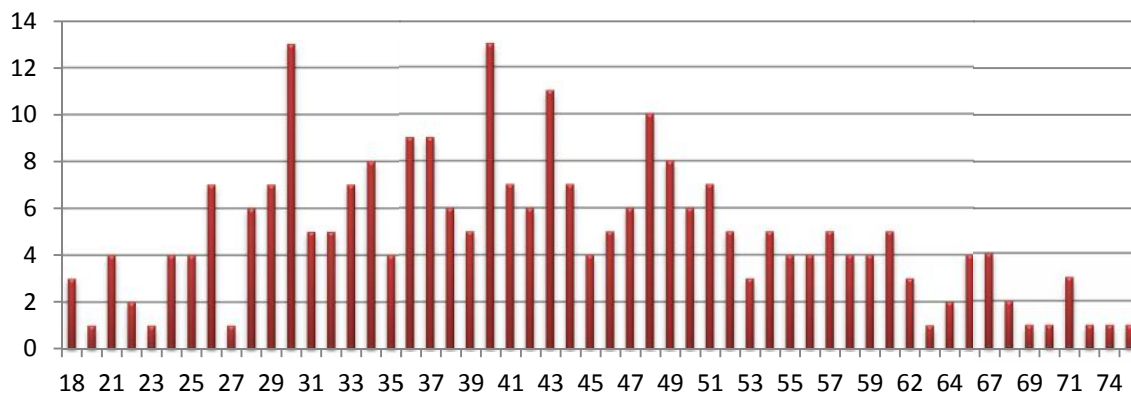


Figura 9

A distribuição por género (figura 10) revela uma percentagem ligeiramente maior (53,7%) de visitantes do sexo feminino.

Distribuição dos visitantes por género (%)

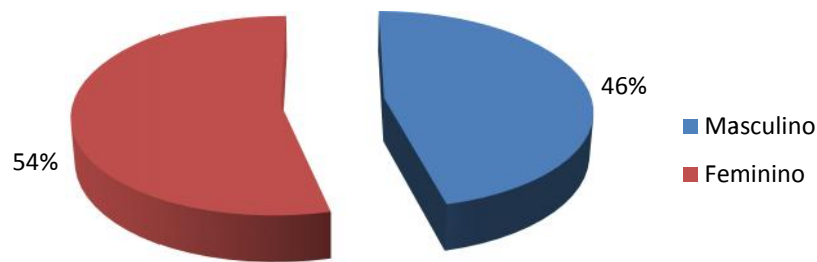


Figura 10

A maioria dos visitantes inquiridos (96,3%) viaja acompanhado. Questionados acerca de por quantas pessoas se encontram acompanhados (figura 11), as respostas variam entre 1 e 50, no entanto apenas 3,3% refere estar acompanhado por mais de 46 pessoas aludindo claramente a inquiridos que se deslocaram em autocarro, possivelmente em viagens organizadas. 84,5% dos inquiridos refere estar acompanhado por 4 ou menos pessoas, sendo que 29,6% indica estar acompanhado por apenas 1 pessoa. Apesar da média de acompanhantes ser de 4,69, a mediana encontra-se em 2.

Número de acompanhantes por visitante

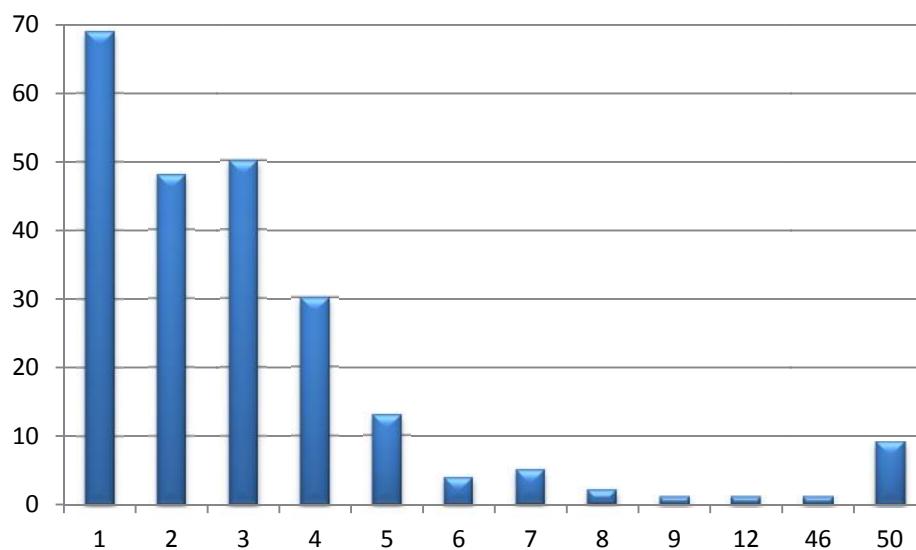


Figura 11

De igual modo, apurou-se também o número médio de acompanhantes por visitante (figura 12) a cada um dos bens culturais em estudo.

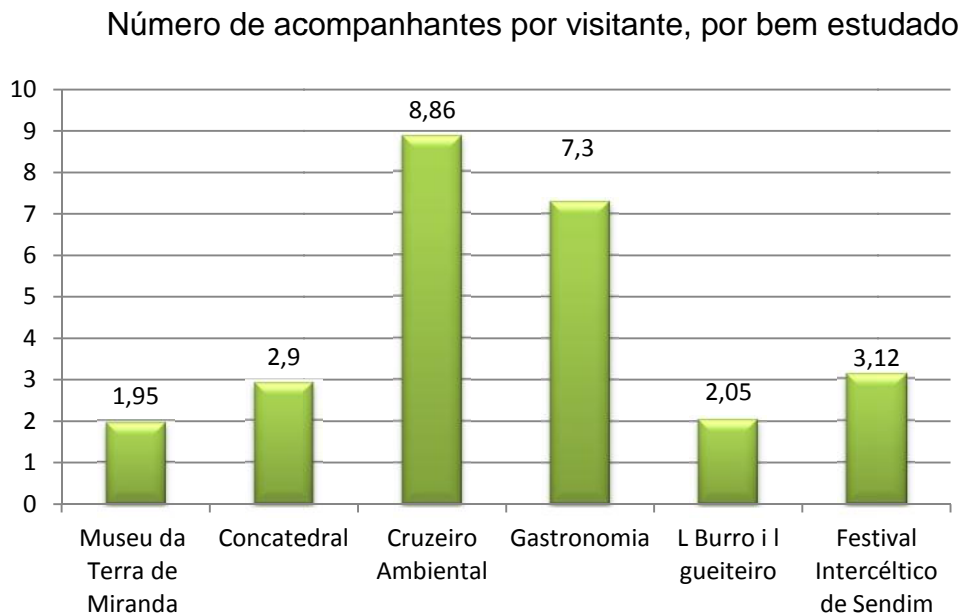


Figura 12

Esta foi a primeira visita a Miranda do Douro para 45% dos visitantes que responderam ao questionário. De entre os inquiridos que afirmam ter visitado Miranda do Douro mais vezes essas deslocações ocorrem entre 1 a 20 vezes por ano (figura 13). A média corresponde a 3,19 visitas por ano, sendo que 42,2% fica por uma visita anual. De realçar que 75% dos inquiridos fazem entre 1 a 3 visitas por ano.



Figura 13

Tal como nos questionários aplicados a residentes, também aqui se revelou que as habilitações literárias (figura 14) da maioria (61,4%) equivalem ao ensino superior. 11,6% dos inquiridos possui habilitações até ao 9º ano de escolaridade inclusive.

Habilitações literárias dos visitantes (%)

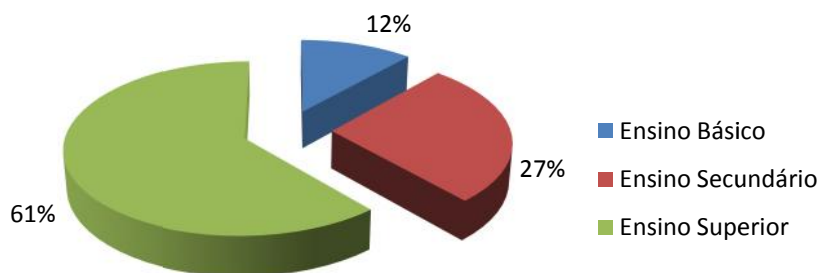


Figura 14

O número de elementos por agregado familiar encontra-se entre 1 e 6 elementos por agregado, correspondendo 86,1% a agregados constituídos por 2, 3 ou 4 pessoas. O rendimento por agregado familiar (figura 15) situa-se no intervalo “de €1001 a €2500” para 50,6% dos inquiridos. No conjunto dos intervalos “de €4001 a €7000” e “mais de €7000” apenas se enquadram 8,5% dos visitantes.

Rendimento do agregado familiar dos visitantes (%)

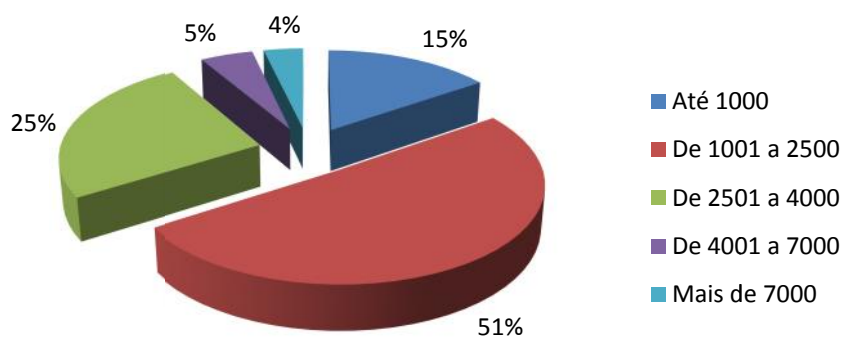


Figura 15

Relativamente ao país de origem (figura 16) dos 298 visitantes inquiridos durante o período em análise, verifica-se que a maior fatia (58,1%) corresponde a visitantes nacionais. O segundo país mais representado (33,9%) do total da amostra é Espanha enquanto a Suíça e o Brasil são os países com o menor número de visitantes (0,3% cada). Numa análise mais individualizada sobre cada bem em estudo é possível verificar que no cruzeiro ambiental e na restauração o número de visitantes inquiridos provenientes de Espanha supera os nacionais (58,9% e 53,8% respetivamente).

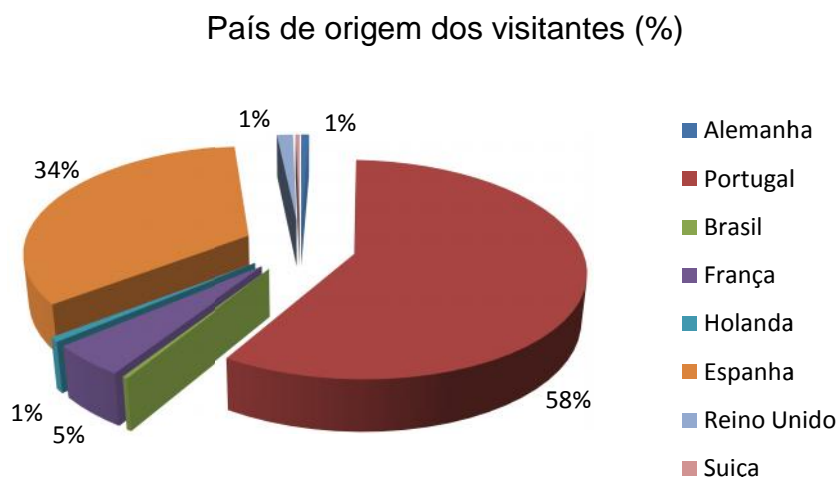


Figura 16

Apenas a deslocação de 5,7% dos inquiridos a Miranda do Douro foi organizada através de uma agência de viagens e o automóvel (89,6%) foi o meio de transporte (figura 17) mais utilizado seguido de longe (6,7%) pelo autocarro.

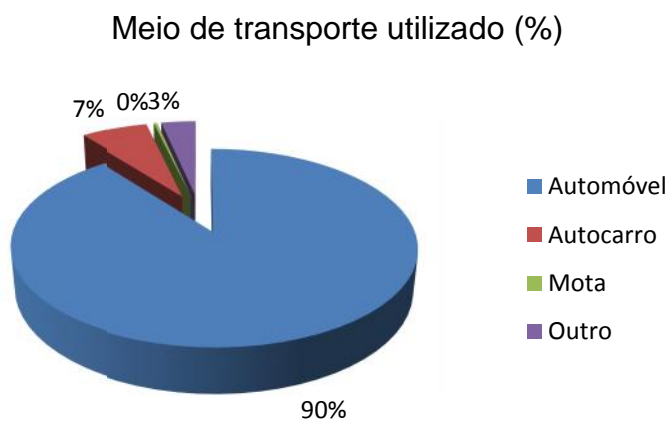


Figura 17

Recorrendo ao *Google Maps* foi possível apurar que a distância percorrida pelos inquiridos (figura 18) desde a sua localidade de residência até Miranda do Douro e conseqüente regresso indica uma distância média de 874,06 km. A amplitude das distâncias percorridas situa-se entre os 22 km e os 15530 km. O valor da mediana é de 592 km, o que significa que metade dos visitantes inquiridos realizou deslocações inferiores a 592 km e metade realizou deslocações superiores a essa distância.

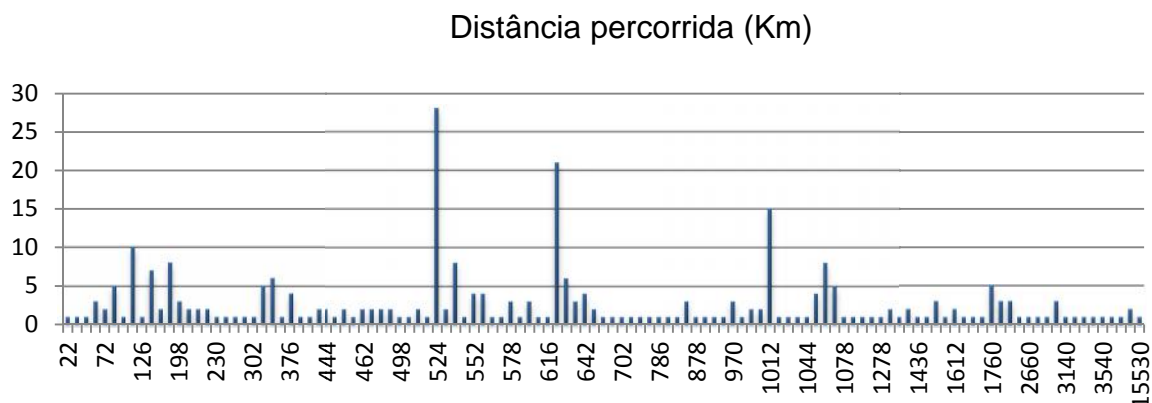


Figura 18

De igual forma procedeu-se ao cálculo do custo por deslocação (figura 19), atendendo ao custo por quilómetro suportado pelos visitantes inquiridos. Para isso utilizou-se como valor de referência, por quilómetro, a taxa de €0,36 (tal como indica o Decreto-Lei nº 137/2010¹⁷, de 28 de dezembro) e de €0,11 quando a viatura utilizada foi o autocarro. O menor custo de viagem revelado foi de €7,92 e o maior corresponde a €5590,80. O custo médio é de €295,29 e a mediana situa-se nos €191,52.

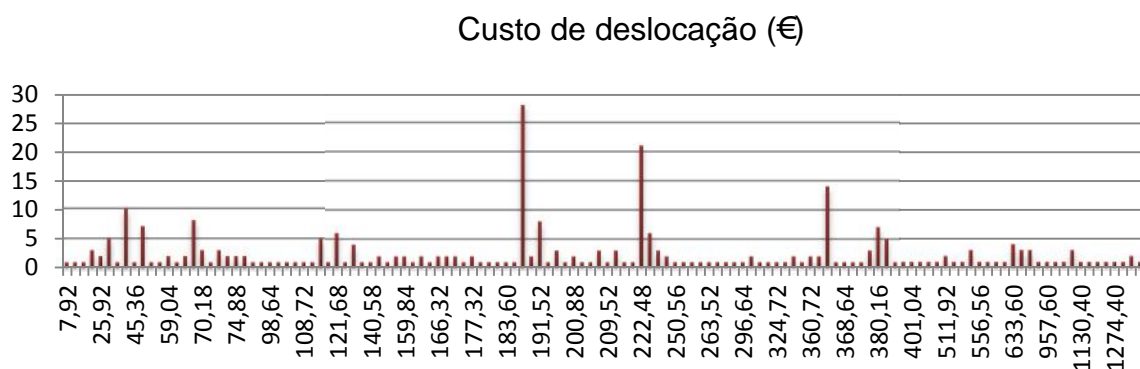


Figura 19

¹⁷ Este diploma reduziu os valores das ajudas de custo constantes no Decreto-Lei nº 106/98, de 24 de abril, fixados pela Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro. Não se registou nenhuma alteração nos valores relativos a ajudas de custo após 2010.

Numa análise mais pormenorizada (figura 20) a estes dados verifica-se que, apesar de bastante similares, os visitantes que acorrem ao museu da Terra de Miranda suportam o maior custo de viagem de entre os inquiridos nesta amostra e os que se deslocam ao Festival Intercéltico de Sendim despendem o menor valor.

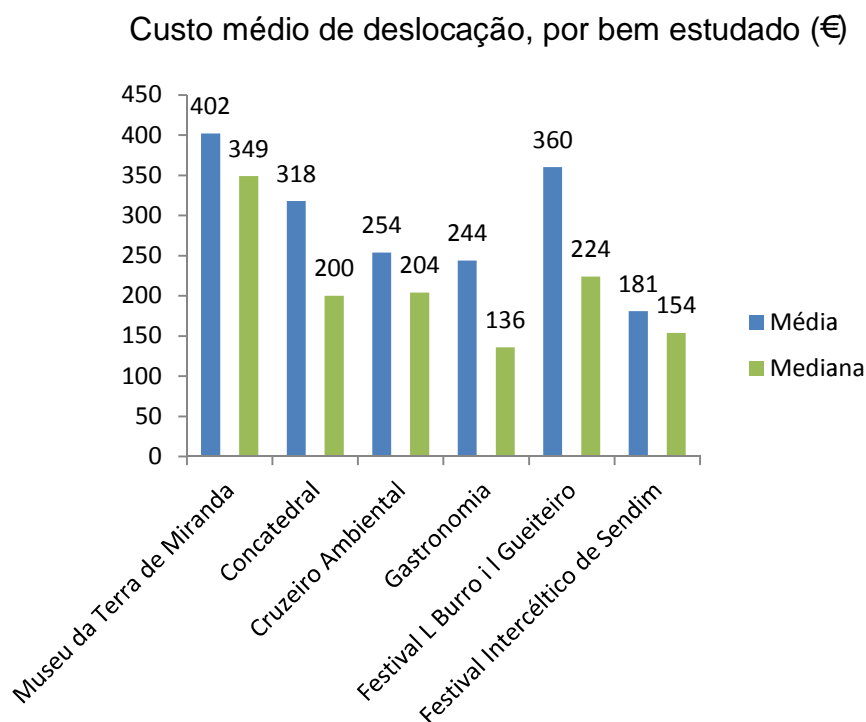


Figura 20

Dos 298 inquiridos, 182 (61%) refere passar uma ou mais noites em Miranda do Douro (figura 19). Destes, sensivelmente metade (49,45%) pernoita até duas noites e um inquirido refere permanecer vinte noites (figura 21).



Figura 21

A percentagem dos visitantes que dormem em Miranda do Douro varia de acordo com o bem estudado (figura 22).

Estadias em Miranda do Douro, por bem estudado (%)

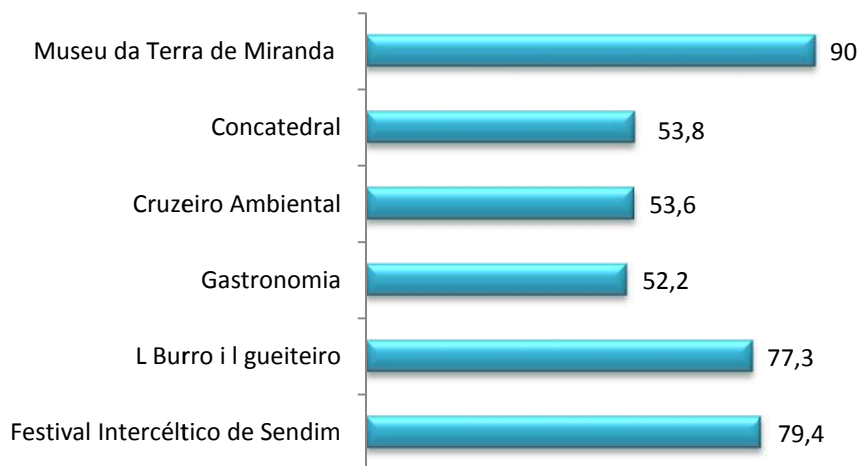


Figura 22

O tipo de alojamento (figura 23) escolhido é maioritariamente o hotel/residencial (38,9%) seguido da casa de amigos/familiares (24,2%).

Tipo de alojamento (%)

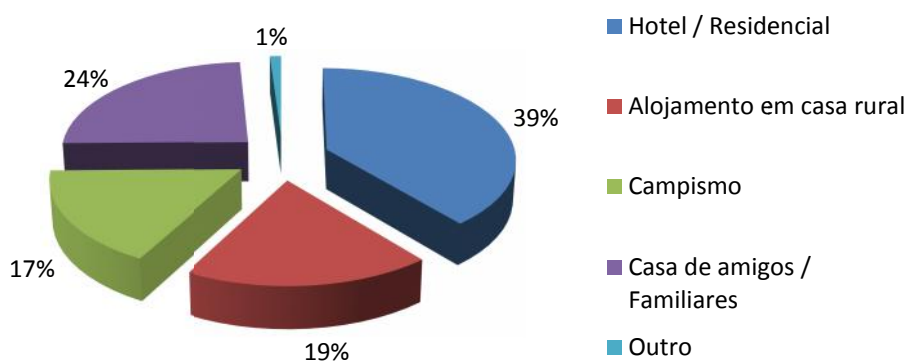


Figura 23

O custo imputado a estas dormidas é um valor que também deve ser tido em conta no custo total de viagem. Neste questionário foi apurado um custo médio de €42,34 por inquirido. Os valores indicados foram obtidos através do custo por noite para uma pessoa tomando como referência valores médios praticados pelos operadores locais. A distribuição dos custos (figura 24) mostra valores dos €4 aos €495.

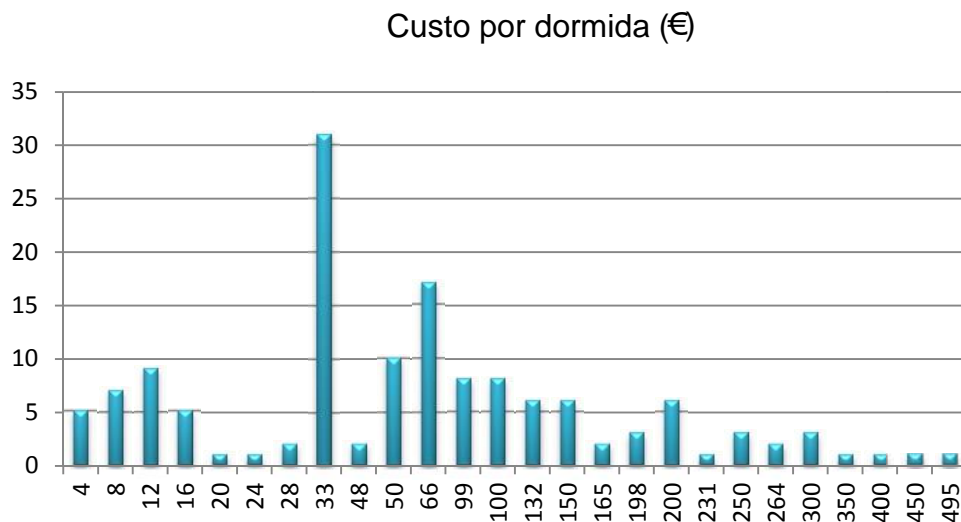


Figura 24

Pela análise do custo de dormida relativamente a cada um dos bens em estudo (figura 25), verifica-se que os participantes no Festival *L Burro i l Gueiteiro* tiveram o maior custo com dormida em oposição aos inquiridos na restauração. Este maior custo prende-se com o facto de que a maior parte dos inquiridos que afirma pernoitar em Miranda do Douro indica fazê-lo em alojamento em casa rural, suportando um maior custo em alojamento.

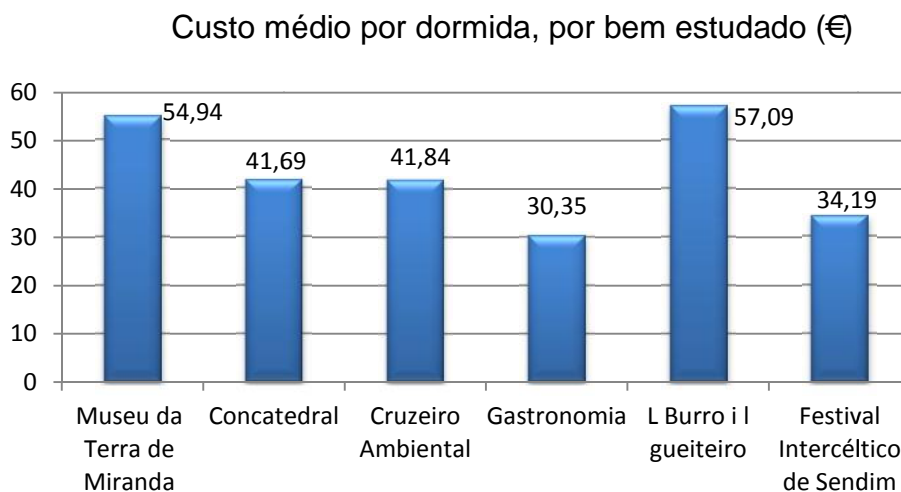


Figura 25

Assim, através dos dados apresentados, é possível estimar um valor indicativo do património cultural mirandês através dos seus visitantes. De acordo com Centeno & Prieto (2000, p. 14), o valor do custo de deslocação pode ser determinado utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{Custo de viagem} = \frac{\text{Distancia em Km} \times 2 \times \text{Custo por Km}}{\text{Numero de acompanhantes} \times \text{Tempo da viagem em dias}}$$

Anteriormente, já foi calculado parte do custo de viagem utilizando a distância correspondente à viagem de ida e volta assim como a taxa legal em vigor para calcular o valor por quilómetro (figuras 19 e 20). Faltou porém dividir pelo número de acompanhantes tal como indicado. Optou-se por não incluir como custo o tempo de viagem, que é proposto para cálculo em dias, por se considerar que o tempo de viagem pode ser um fator positivo ao permitir o usufruto da paisagem, bem como o convívio com a família e/ou acompanhantes de viagem. Desta perspetiva, nem todos consideram que o tempo gasto na viagem é efetivamente um custo e geralmente estas visitas ocorrem maioritariamente em períodos de férias. Sendo naturalmente impossível ter a perceção de outros gastos em que os visitantes incorrem tais como *souvenirs*, incluiu-se na fórmula proposta os gastos conhecidos através dos questionários aplicados relativamente às dormidas (apenas a percentagem que afirma ter gastos com alojamento) e o valor médio do custo de admissão ao bem em estudo quando aplicável. Assim, tal como anui Guia (2008, p. 53), o custo total da viagem pode ser obtido da seguinte forma:

:

$$\text{CTV} = \text{Custo de viagem} + \text{Valor das outras despesas} + \text{Valor das entradas}$$

Optou-se também por determinar o valor para cada um dos bens em estudo (figura 26) dadas as diferenças, anteriormente descritas, existentes nas variáveis analisadas e que assim ficam devidamente incorporadas ao cálculo.

$$\text{Museu} = \frac{8878 \times 402}{1,95} + 8878 \times 0,9 \times 54,94 + 8878 \times 1 = 1830234 + 438982 + 8878 = 2278094$$

$$\text{Concatedral} = \frac{46707 \times 318}{2,9} + 46707 \times 0,538 \times 41,69 = 5121664 + 1047602 = 6169266$$

$$\begin{aligned} \text{Cruzeiro} &= \frac{70000 \times 254}{8,86} + 70000 \times 0,536 \times 41,84 + 70000 \times 17 = 2006772 + 1569837 + 1190000 \\ &= 476609 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Gastronomia} &= \frac{50000 \times 244}{7,3} + 50000 \times 0,522 \times 30,35 + 50000 \times 15 = 1671233 + 792135 + 750000 \\ &= 3213368 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Burro i Gueiteiro} &= \frac{196 \times 360}{2,05} + 196 \times 0,773 \times 57,09 + 196 \times 60 = 34420 + 8650 + 11760 = 54830 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Interceltico} &= \frac{2500 \times 181}{3,12} + 2500 \times 0,794 \times 34,19 + 2500 \times 25 = 145032 + 67867 + 62500 \\ &= 275399 \end{aligned}$$

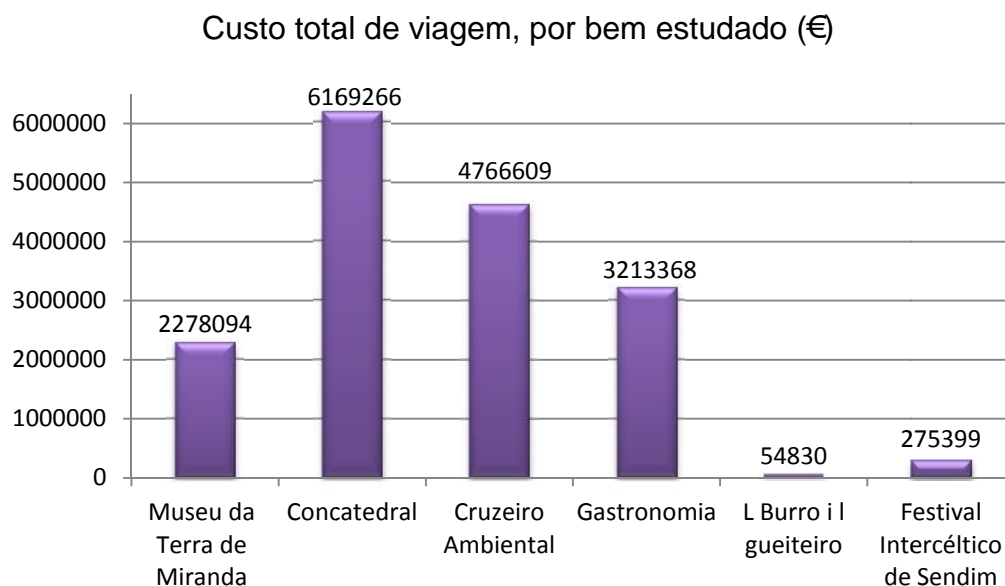


Figura 26

Assim, o custo total de viagem para os bens analisados, através da aplicação do método do custo de viagem, será igual ao somatório do custo total de viagem apresentado para cada um dos bens analisados.

$$\text{CV Total} = 2278094 + 6169266 + 4766609 + 3213368 + 54830 + 275399 = 16757566$$

No entanto, caso o cálculo fosse efetuado de um modo global, utilizando os valores médios de custo de deslocação (€295) e do número médio de acompanhantes (4,69), os 61% relativo a dormidas com o valor médio de €42,34, bem como o somatório dos custos de admissão para todos os bens estudados (€2023138) e considerando como número total de visitantes o somatório dos visitantes indicados em cada bem, obtém-se um valor superior.

$$\begin{aligned} \text{CT Medio} &= \frac{178281 \times 295}{4,69} + 178281 \times 0,61 \times 42,34 + 2023138 \\ &= 11213837 + 4604535 + 2023138 = 17841510 \end{aligned}$$

Esta diferença ocorre, em parte, porque os bens com mais visitantes são também aqueles cuja percentagem de estadias é inferior à média. O custo com dormidas relativo ao somatório de cada um dos bens é de €4.256.523, inferior ao valor apurado utilizando os valores médios. De igual modo, os inquiridos nos dois bens com maior número de visitantes anuais registam valores relativos ao custo do transporte inferiores à média, apresentando em ambos os casos um número de acompanhantes por inquirido superior à média, justificando desta forma o desfazamento encontrado e a importância de se terem analisado os dados individualmente para cada bem. Tendo em atenção este desfazamento entre os dois valores que resulta da forma de cálculo, é possível indicar que a valoração atribuída ao património cultural mirandês, com base nos bens estudados, através do método do custo de viagem resulta num valor de aproximadamente €17 milhões relativamente ao ano de 2013.

Atendendo a que os gastos com dormidas e bilhetes (€6.279.661) têm impacto direto na economia local, podemos considerar que a este valor acresce uma percentagem do custo de viagem que também é retida pela economia local. Assim, se hipoteticamente considerarmos que 20% desse gasto é captado por operadores locais, estima-se que o impacto económico resultará num valor a partir de €8 milhões (aproximadamente €40 por visitante), já que faltaria adicionar outros gastos em que os visitantes podem incorrer como sejam a compra de *souvenirs* ou outros custos ocorridos durante o período de tempo em que visitam Miranda do Douro. De acordo com esta linha de pensamento pode-se calcular o impacto económico individualmente para cada um dos bens analisados (figura 27) e é possível observar que, apesar da concatedral ser o bem com maior valoração obtida através desta metodologia, o cruzeiro ambiental é aquele que representa um maior peso na economia local. O principal motivo que leva a que a concatedral não tenha tanta relevância na economia local como tem na valoração que lhe é atribuída é a não existência de um custo de entrada ao invés dos outros bens investigados.

Impacto económico estimado, por bem estudado (€)

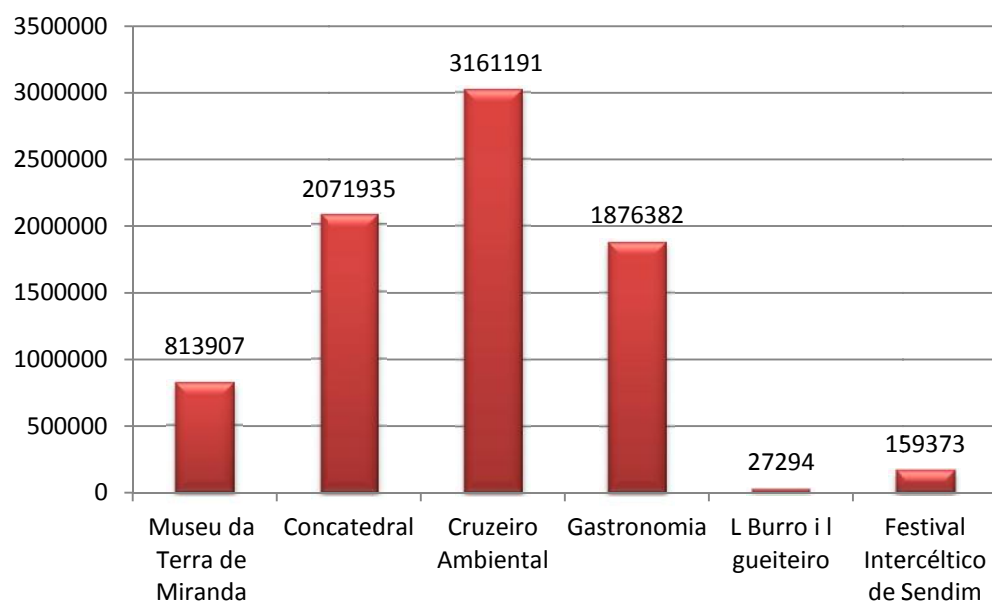


Figura 27

6 Conclusões e perspetivas

O reconhecimento de especificidades nos mercados bem como a relevância da avaliação de bens culturais devem ser utilizados visando objetividade e eficiência no desenho de políticas culturais que vão de encontro, não só à satisfação das necessidades culturais da população, mas que também promovam o desenvolvimento local e sustentável do território apoiado na rentabilização enquanto recurso turístico do património cultural. Há, porém, necessidade de melhorar os instrumentos de medição do valor da cultura para uma mais correta apreciação dos custos e benefícios daí decorrentes.

Tendo em consideração as informações recolhidas através da análise dos dados obtidos pelos questionários aplicados durante este estudo é possível formular algumas conclusões que, não podendo ser interpretadas de forma conclusiva, aportam uma leitura que permite uma melhor compreensão das interações entre o património cultural mirandês e o espectro económico que lhe está subjacente.

Partindo da análise focada na perspetiva das preferências declaradas, verifica-se que a população inquirida, maioritariamente empregada por conta de outrem com um rendimento mensal entre €801 a €1500 e também maioritariamente com habilitações literárias ao nível do ensino superior, declara estar disposta a pagar um valor médio mensal de €3,43 destinado exclusivamente a despesas relativas à preservação e promoção do património cultural mirandês. Pode-se então apurar que os €307.959,12 é o valor que a comunidade mirandesa entende como plausível de representar um investimento público neste domínio. Este montante está bastante próximo da despesa realizada pela autarquia em património cultural no ano de 2012 de acordo com dados do *síte* PORDATA. De facto, a despesa efetuada em cultura, mais especificamente no património cultural, representa um valor muito mais fácil de mensurar do que a receita que se dilui por vários agentes económicos.

Embora se considere que o valor apurado através da utilização da avaliação de contingente não deva ser resolutivo numa tomada de decisão, este valor pode ser assumido pelos decisores como um valor de investimento público admissível, e até esperado pela comunidade, que no caso mirandês vê essa paridade reconhecida pelos dados analisados neste trabalho. A disponibilidade a pagar permite uma visão a partir da própria comunidade, perspetiva essa que se pretendeu complementar com a utilização do método do custo de viagem tal como descrito anteriormente.

A aplicação de questionários relativos ao método do custo de viagem foi feita no decorrer de visitas a bens culturais por parte de não residentes no município mirandês. Desta forma houve um deslocamento dos visitantes desde o seu local de residência para

assim poderem consumir os bens culturais em análise. Os custos em que estes incorreram revelam uma real opção de consumo, um valor que deve ser considerado de forma mais fidedigna que quando se analisam hipotéticos custos. O perfil do visitante do planalto mirandês não apresenta diferenças significativas relativamente ao género e a idade média é de 43. Maioritariamente possui o ensino superior e o rendimento do agregado familiar situa-se entre os €1001 e os €2500. Estes visitantes deslocam-se principalmente de automóvel, acompanhados por 3 a 4 pessoas e deslocam-se para visitar Miranda do Douro 1 a 3 vezes por ano principalmente a partir de Portugal e de Espanha. De modo geral as deslocações não são organizadas com recurso a agências de viagens. O alojamento mais utilizado, para os 61% que pernoita em Miranda do Douro, é o hotel/residencial e corresponde a estadias de 1 ou 2 noites. A estas estadias está associado um custo médio de €42,34. A distância média percorrida, é de 874,06 Km e o custo médio suportado pelos visitantes corresponde a €295,29. A valoração atribuída ao património cultural mirandês, suportada na utilização deste método, é de €17 milhões relativamente ao ano de 2013, dos quais €8 milhões com impacto direto na economia local.

Aquando questionados sobre que outros bens culturais do município iriam visitar, os visitantes da concatedral referiram maioritariamente o museu da Terra de Miranda e outras igrejas, os visitantes do museu referiram principalmente a concatedral e os visitantes do cruzeiro ambiental destacaram, para além do museu e da concatedral, o centro histórico. Esses foram os outros locais a visitar mais destacados, no entanto também foram registadas em número significativo referências às muralhas, aos miradouros de S. João das Arribas (Aldeia Nova) e da Fraga do Puio (Picote), aos burros de Atenor (sede da AEPGA), castros romanos de Vale d'Águia e de Aldeia Nova, vila de Sendim, vila de Mogadouro e barragens. Refira-se que 83% dos visitantes indicam visitar mais que um bem cultural.

Além dos 6 bens culturais que integraram este estudo e dos referidos no parágrafo anterior, existem ainda eventos que de alguma forma têm o seu suporte no património cultural mirandês, promovendo-o também e atraindo visitantes ao município em número substancialmente maior que o verificado no conjunto dos dois festivais incluídos neste estudo. Assim, além dos 178281 visitantes referenciados nos bens em análise e tendo em consideração o número de visitas anuais que em média afirmam realizar, parece ser coerente falar num número aproximado de 200 mil visitantes anuais.

Comprovado o peso que o património cultural mirandês tem na atração de visitantes à região, este constitui-se como o ativo mais importante na promoção territorial e deve também ser visto como um recurso cultural com características de unicidade, singularidade e autenticidade que atestam da sua excelência. Deve então, ocupar um lugar cimeiro como bandeira e motor de desenvolvimento da região. O turismo é atraído pelo património cultural expresso nos bens em estudo e noutros que não são ainda alvo de rentabilização visto não

estarem constituídos como produtos culturais. É por isso necessário que, do ponto de vista da gestão dos recursos culturais, haja uma articulação entre os vários agentes culturais e os elementos do património cultural fomentando a criação de produtos culturais passíveis de serem rentabilizados. Só uma política que vise a gestão holística do património cultural mirandês se poderá assumir efetivamente como política cultural.

A língua mirandesa, além de elemento transversal a todo o património cultural mirandês, é indubitavelmente o maior traço distintivo da cultura mirandesa. A identidade mirandesa é em grande medida constituída pela língua, e por isso, falar e produzir conteúdos em mirandês é a melhor forma de expandir e aumentar a sociedade mirandesa. Há contudo, um considerável atraso na utilização da língua de forma mais regular. A inexistência de meios que permitam uma difusão sistemática e massiva da língua, como por exemplo a televisão, faz com que não haja uma real apropriação do mais singular elemento definidor do “ser mirandês”. E neste campo, como indica Carrilho (2010) “uma política da língua só pode ser uma política dos materiais em que ela se concretiza (...) [ou] não passa de mero ilusionismo” (p. 143). Também os conceitos de comunidade e identidade cultural devem ser reconsiderados à luz das novas formas de interação social. Falar mirandês é, também, fazer política e apesar da eventual falta de recursos ou fruto de outros obstáculos, é certo que a aposta no efetivo uso da língua mirandesa nunca foi uma prioridade para o poder central, regional ou local nem para a própria comunidade que, contudo, reivindica a sua pertença.

Sendo a educação um nervo fundamental em qualquer política cultural é também premente que haja uma reflexão em torno das possibilidades abertas pela Lei do Mirandês, mas também relativamente à operacionalização das mesmas e dos objetivos que se pretendem atingir. A este nível, a municipalização da educação que se encontra na ordem do dia, poderia e deveria conduzir a processos de regionalização, de parte significativa, dos currículos e não apenas à introdução de uma disciplina opcional de língua mirandesa. A preservação e o fortalecimento da identidade cultural bem como a sensibilização para a importância do património cultural, encontram na educação patrimonial um mecanismo vital para a sua apropriação e perpetuação, tal como pode ser constatado pelos modelos de sucesso existentes em regiões singulares do país vizinho como por exemplo a Catalunha ou o País Basco. Como refere Zallo (2011) “os âmbitos subestatais podem realizar assim políticas flexíveis seja mediante políticas próprias ou complementando as do Estado e tidas por insuficientes” (p. 22). Não se pretendendo com esta consideração defender um movimento regionalista, reconhece-se contudo que a promoção de um património cultural singular deve recorrer a uma política cultural igualmente singular onde a criatividade tem, certamente, um papel importante.

Quando falamos de economia da cultura é preciso adotar uma visão global abrangendo não só a representação simbólica com que a comunidade se identifica e é identificada e que cada um dos indivíduos da mesma idealiza para si mas também os processos, conteúdos e produtos que se materializam dando origem a significativas mais-valias económicas e sociais. Apesar da economia da cultura ser uma área disciplinar recente, como vimos anteriormente, é de realçar uma real atenção à contribuição do património cultural para a Economia traduzida na, recentemente criada, Plataforma EVoCH (*Economic Value of Cultural Heritage*), uma rede europeia dinamizada pela Junta de *Castilla y León* (região vizinha do município de Miranda do Douro com várias similitudes ao nível do património cultural). Esta contribuição só poderá ser efetivamente conhecida quando se estabelecerem indicadores e recolherem dados que possam ser transformados em informação útil visando a adoção de estratégias de atuação eficientes relativamente ao património cultural. De igual modo é também premente monitorizar e avaliar as atuais políticas culturais para refletir sobre o seu alcance.

A crescente valorização da diversidade e da identidade cultural local têm estado associadas ao emergir e desenvolver de territórios que encontram no património cultural o seu recurso mais precioso, num mundo que tende simultaneamente a ser cada vez mais globalizado. Contudo é também na globalização, suportada pelo exponencial desenvolvimento tecnológico de que resultam novos modelos de comunicação, que se encontram as condições para o estabelecimento de redes multiníveis mas também para a perpetuação dos laços identitários que ligam os indivíduos da comunidade, ainda que se encontrem afastados fisicamente da mesma

A criação, no seio da comunidade mirandesa, de um observatório das atividades culturais, responsável pela recolha de indicadores que possibilitem uma compreensão detalhada das relações que se estabelecem entre a economia e a cultura mirandesa, poderia assumir-se como um veículo privilegiado para a tomada de decisões nesta matéria. Este observatório poderia inclusive ser criado no âmbito de algumas associações/instituições já existentes tais como o Centro de Estudos António Maria Mourinho ou a Associação de Língua e Cultura Mirandesa, também como forma de contrariar o estaticismo das mesmas e revitalizar a sua atividade.

O trabalho exposto nesta dissertação, deixa também em aberto a necessidade de aprofundamento do tema, quer seja através de um aumento significativo no número de questionários em análise ou da inclusão de outras variáveis que se revelem pertinentes.

É, então, no delicado equilíbrio dinâmico entre a defesa e a valorização do património cultural, nos processos de inclusão e coesão social que este engloba, na sustentabilidade que representa como recurso e na inteligente promoção do mesmo que se encontram as bases para uma eficiente política cultural.

7 Bibliografia

- AA.VV (1973). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Volume nº 14. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALGE, B. (2007). The Pauliteiros de Miranda: from local symbol to intangible cultural heritage?. In *Etnográfica*, 11 (2), pp. 353-369. Recuperado de <http://etnografica.revues.org/pdf/1997>.
- ALMEIDA, R., & FARIA, M. L. (2006). A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita. In *Comunicação & Cultura*, nº 1, pp. 117-133. Recuperado de http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/01_06_M_Lima_Faria_Renata_Almeida.pdf.
- ALVES, A. B. (2005). *Dimensiones económicas de la utilización de las lenguas minoritárias: el ejemplo del mirandés*. [Comunicação pessoal apresentada no Congresso de Pequenas e Médias Empresas do Eixo-Atlântico, Oviedo].
- ALVES, A. B. (2007). *Palavras de identidade da Terra de Miranda: uma abordagem estatístico-pragmática de contos da literatura oral mirandesa*. Matosinhos: Centro de Estudos em Letras da UTAD e Publicações Pena Perfeita.
- ALVES, A. C. (1971). *Cadernos históricos mirandeses: retalhos de história* (Vol. 1). Bragança: Escola Tipográfica.
- ALVES, A. C. (1973). *Cadernos históricos mirandeses: a terra de Miranda (tentame histórico)* (Vol. 2). Lisboa: Imprensa Municipalista.
- Ambiente/PR: conservação deve ser compatível com ser humano (2008, 14 de setembro). *Diário Digital/Lusa*. Recuperado de http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=348930.
- American Psychological Association (2010). *Publication manual of American Psychological Association* (Sixth Edition). Washington, DC: Automated Graphic Systems, White Plains, MD.
- AMORÓS, J. M. (2004). Métodos de preferencias reveladas y declaradas en la valoración de impactos ambientales. In *Ekonomiaz* nº 57, 3º cuadrimestre, pp. 12-29. Recuperado de <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1373268.pdf>.

- ANTUNES, S. C. V. (2010). *Valoração condicional de bens de património cultural: o caso da Citânia de Briteiros e do Museu da Cultura Castreja de Briteiros Salvador* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/12992>.
- ARROYO, S. C. (2006). Una tarea inacabada: medir la cultura. In *Periférica*, nº 7, pp. 140-168. Recuperado de <http://revistas.uca.es/index.php/periferica/article/download/1223/1056>.
- ARROYO, S. C. (Coord.). (2011). *Cómo evaluar intervenciones de cultura y desarrollo II: una propuesta de sistemas de indicadores*. Getafe (Madrid): Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.
- BARRETO, P. S. (2003). A bem ou a mal: as incógnitas da protecção jurídica dos bens imateriais. In RAMOS, M. J. (Coord.). (2003). *A matéria do património: memórias e identidades*, (pp. 39-46). Lisboa: Edições Colibri – DepANT-ISCTE.
- BARRETTO, M. (2007). *Turismo y Cultura: relaciones, contradicciones y expectativas* (Coleção Pasos edita, 1). Recuperado de <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEedita1.pdf>.
- BAUTISTA, A. G. (2013). *El mirandês: contexto y procesos de formación de palabras* (Tese de Doutoramento, Universidad Complutense, Madrid). Recuperado de <http://eprints.ucm.es/23981/1/T35037.pdf>.
- BERNARDO, H. A. (2000). Para a Carta Arqueológica do Concelho de Miranda do Douro. In MEIRINHOS, J. F. (Coord.). (2000). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações*. Lda.
- BOURDIEU, P. (1986). The forms of capital. In RICHARDSON, J. (1986). *Handbook of theory and research for the sociology of education*, (pp. 241-258). New York: Greenwood.
- CABRAL, C. B. (2011). *Património cultural imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos* (Coleção Arte & Comunicação, 98). Lisboa: Edições 70.
- CAHEN, M. (2004). *Le Portugal bilingue: histoire et droits politiques d'une minorité linguistique – la communauté mirandaise*. Rennes: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine.

- CANCLINI, N. G. (1999). Los usos sociales del patrimonio cultural. In CUADRADO, E. A., & DELGADO, A. L. (Coord.). (1999). *Patrimonio Etnológico, nuevas perspectivas de estudio*, (pp. 16-33). Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico..
- CARMO, H. D. A., & FERREIRA, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. 2ª Edição. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carne de bovino mirandesa à conquista do mercado russo (2013, 26 de dezembro). *Agência Lusa*. Recuperado de <http://portocanal.sapo.pt/noticia/13732/>.
- CARRILHO, M. M. (2010). *E agora? Por uma nova república* (Coleção Não Ficção). Porto: Sextante Editora.
- CARRILHO, M. M. (2013). O Ministério da Cultura: um balanço... e perspetivas depois do seu fim. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. Vol. 1, nº 1, pp. 161-171. Recuperado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/13/39>.
- CASANI, F., POMEDA, J. R., & SÁNCHEZ, F. (2012). Los nuevos modelos de negocio en la economía creativa: emociones y redes sociales. In *Universia Business Review*, Primer Trimestre, pp. 48-69. Recuperado de <http://ubr.universia.net/article/view/830/modelos-negocio-economia-creativa-emociones-redes-sociales>.
- CASTELLS, M. (1999 [1996]). *O Poder da Identidade*. Volume II. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2006). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In CASTELLS, M., & CARDOSO, G. (Coord.). (2006). *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*, (pp. 17-30). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- CENTENO, A. M. B., & PRIETO, L. C. H. (2000). *The travel cost method applied to the valuation of the historic and cultural heritage of the Castille-León region of Spain*. Recuperado de <http://www-sre.wu.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa00/pdf-ersa/pdf/429.pdf>.
- Constitución Española (1978). *Boletín Oficial del Estado*. Nº 311 (29-12-78), pp. 29315-29339.
- Decreto nº 136 (1910). *Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*. (23-06-10), pp. 2163-2166.
- Decreto-Lei nº 106/98. (1998). *Diário da República I Série – A*. Nº 96 (24-04-98), pp. 1832-1837.

- Decreto-Lei nº 136/82. (1982). *Cria, na cidade de Miranda do Douro, o Museu da Terra de Miranda. Diário da República I Série. Nº 94 (23-04-82), pp. 986.*
- Decreto-Lei nº 137/2010. (2010). *Diário da República I Série. Nº 250 (28-12-10), pp. 5940-5943.*
- Decreto-Lei nº 139/2009. (2009). *Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Diário da República I Série. Nº 113 (15-06-2009), pp. 3647-3653.*
- Despacho Normativo nº 35/99. (1999). *Ministério da Educação. Diário da República I Série – B. Nº 167 (20-07-99), p. 4487.*
- European Expert Network on Culture (2012). *Culture and the structural funds in Portugal.*
Recuperado de <http://www.eenc.info/wp-content/uploads/2012/09/JPinto-Culture-and-the-Structural-Funds-in-Portugal.pdf>.
- European Expert Network on Culture (2013). *Challenges and priorities for cultural heritage in Europe: results of an expert consultation.* Recuperado de <http://www.eenc.info/wp-content/uploads/2014/01/EENC-Challenges-to-Cultural-Heritage-in-Europe.pdf>.
- European Union (2013). *Cultural Access and Participation: report.* Recuperado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf.
- EUROSTAT (2011). *Cultural Statistics.* Recuperado de <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-pocketbooks/-/KS-32-10-374>.
- FERREIRA, A. (2006). Belhete de eidentidade de I mirandés (2006, 15 de janeiro). *Público.*
Recuperado de <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/belhete-de-eidentidade--de-l-mirandes-58496>.
- FERREIRA, M. B., & RAPOSO, D. (Coord.). (1999). *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa.* Sendim: Câmara Municipal de Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- FLORIDA, R. L. (2002). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life.* New York: Basic Books.
- Fundação de Serralves (2008). *Estudo macroeconómico: desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na região norte.* Recuperado de <http://www.serralves.pt/fotos/editor2/inserralves/Estudo%20Macroeconomico%20Desenvolvimento%20de%20um%20Cluster%20de%20Industrias%20Criativas%20da%20Regiao%20do%20Norte.pdf>.

- Fundação de Serralves (2013). *Impacto Económico da Fundação de Serralves: relatório final*. Recuperado de http://www.serralves.pt/FLIPBOOK/Impacto_Economico/#/1/.
- GARCÍA, J. L. G. (1998). De la cultura como patrimonio al patrimonio cultural. In *Política y Sociedad*, nº 27, pp. 9-20. Recuperado de <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/viewFile/POSO9898130009A/25044>.
- GUIA, A. T. B. (2008). *A Valoração Económica de Bens Culturais: uma aplicação a monumentos da cidade de Tomar* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real). Recuperado de <http://repositorio.utad.pt/handle/10348/423>.
- GUILLAUME, M. (2003 [1980]). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- HAWKES, J. (2001). *The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning*. Recuperado de <http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon%282001%29TheFourthPillarOfSustainability.pdf>.
- HOLDEN, J. (2006). *Culture Value and the Crisis of Legitimacy: why culture needs a democratic mandate*. Recuperado de <http://www.demos.co.uk/files/Culturalvalueweb.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011: resultados definitivos*. Recuperado de http://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=148313382&att_display=n&att_download=y.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Estatísticas da Cultura 2011*. Recuperado de http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150503509&att_display=n&att_download=y.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Estatísticas da Cultura 2012*. Recuperado de <http://www.gepac.gov.pt/gepac-dsepac/estudos-e-estatisticas/estatisticas/02-estatisticas-nacionais-2012-pdf.aspx>.
- JACOB, J. M. N. (2000). Miranda do Douro: uma visão diacrónica. In MEIRINHOS, J. F. (Coord.). (2000). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*, (pp. 237-240). Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda.
- KEA European Affairs (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Recuperado de http://ec.europa.eu/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf.

- KEA European Affairs (2009). *The Impact of Culture on Creativity*. Recuperado de http://www.keanet.eu/docs/execsum_creativity_english%20.pdf.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production. In *Museum International*, nº 221-222, vol. 56, nº 1-2, pp. 52-65. Recuperado de http://kodu.ut.ee/~cect/teoreetilised%20seminarid_2010/etnologia_uurimise%20Chma_seminar/KirshenblattGimblett_Barbara_Intangible_heritage2004.pdf.
- KÖSTER, P. R. (Coord.). (2012). *La cultura como factor de innovación económica y social*. Recuperado de http://www.uv.es/soste/pdfs/Sostenuto_Volume1_CAST.pdf.
- Lei nº 107/2001. (2001). *Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*. *Diário da República I Série – A*. Nº 209 (08-09-01), pp. 5808-5829.
- Lei nº 11-A/2013. (2013). *Reorganização administrativa do território das freguesias*. *Diário da República I Série*. Nº 19 (28-01-13), pp. 552-(2)-552-(147).
- Lei nº 13/85. (1985). *Património Cultural Português*. *Diário da República I Série*. Nº 153 (06-07-85), pp. 1865-1874.
- Lei nº 7/99. (1999). *Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa*. *Diário da República I Série – A*. Nº 24 (29-01-99), p. 574.
- Ley 7/1990 (1990). *Patrimonio Cultural Vasco*. *Boletín Oficial del País Vasco*. Nº 157 (06-08-90), pp. 7062-7092.
- LOPES, J. T. (2009). Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. In *Revista Saber (e) educar*, nº 14. Recuperado de http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/302/S%26E14_Da%20democratizacao%20da%20Cultura%20a%20um%20conceito.pdf?sequence=2.
- MALLARINO, O. P., JARAMILLO, L. A. Z., GIRALDO, L. J., & REY, G. (2004). *La fiesta, la otra cara del patrimonio – valoración de su impacto económico, cultural y social*. Recuperado de <http://www.sinic.gov.co/sinic/cuentasatelite/documentos/fiesta.pdf>.
- MARTINS, C. (2006). *Mirandês: estado da arte, produtos e projectos*. Recuperado de http://www1.ci.uc.pt/celga/membros/docs/Cristina_M/Mirandes.pdf.

- MARTINS, M. L. (1990). *A Identidade Regional e Cultural – do esquema teórico das oposições simbólicas aos esquemas práticos de acção social*. Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23769/1/a_identidade_regional_e_cultural.pdf.
- MARTOS, L. P., & QUINTERO, L. F. A. (2010). Economía de la cultura – una nueva área de especialización de la economía. In *Revista de Economía Institucional*, vol. 12, nº 22, pp. 129-165. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rei/v12n22/v12n22a6.pdf>.
- MATEUS, A. (Coord.). (2010). *O sector cultural e criativo em Portugal – relatório final*. Recuperado de <http://www.gepac.gov.pt/documentos/planeamento/04-o-sector-cultural-e-criativo-em-portugal-vint-pdf.aspx>.
- MATEUS, A. (Coord.). (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Recuperado de <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=32929>.
- MEIRINHOS, J. F., & VELOSO, J. (2000). Para um balanço dos estudos mirandeses: introdução e algumas conclusões. In MEIRINHOS, J. F. (Coord.) (2000). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*, (pp. 13-19). Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda.
- MERLAN, A. (2009). *El Mirandés: situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portugueso-española*. Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.
- MIGUEZ, P. (2008). *Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura*. Recuperado de http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/mediawiki/index.php/Alguns_aspectos_d_o_processo_de_constitui%C3%A7%C3%A3o_do_campo_de_estudos_em_economia_da_cultura.
- MINDER, R. (2013). Hard times for a small (and fuzzy) group of Europeans (2013, 28 de novembro). *The New York Times*. Recuperado de http://www.nytimes.com/2013/11/29/world/europe/despite-subsidies-hard-times-for-a-small-and-four-legged-group-of-europeans.html?pagewanted=all&_r=0.
- MOURATO, S., & MAZZANTTI, M. (2002). Economic valuation of cultural heritage: evidence and prospects. In TORRE, M. (2002). *Assessing the values of cultural heritage: research report*, pp. 51-76. Recuperado de http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_cultural_heritage.html.

- MOURINHO, A. M. (1980). *Roma na Terra de Miranda*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- MOURINHO, A. M. (1984). *Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas*. 1º Volume. Bragança: Escola Tipográfica.
- MOURINHO, A. R. (1995). *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro – Bragança*. Sendim: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- MOURINHO, A. R. (2000). Cultura e museologia na Terra de Miranda. In MEIRINHOS, J. F. (Coord.) (2000). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*, (pp. 223-235). Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda.
- MURRAÇAS, F. F. (2009). *A relevância da cultura na competitividade nacional: o caso da marca Portugal*. Recuperado de http://dinamiacet.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2011/12/DINAMIA_WP_2009-85.pdf.
- NAVRUD, S., & READY, R. C. (2002). *Valuing cultural heritage: applying environmental valuation techniques to historic buildings, monuments and artifacts*. UK: Stale Navrud and Richard C. Ready.
- NOÉ, P. (2013). *Catedral de Miranda / Sé de Miranda / Igreja Paroquial de Miranda do Douro / Igreja de Santa Maria Maior - IPA.00001066*. Recuperado de http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1066.
- NOONAN, D. S. (2003). Contingent valuation and cultural resources: a meta-analytic review of the literature. In *Journal of Cultural Economics*, nº 27, pp. 159-176. Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- NUERE, C. O., & PERIS, I. V. (2013). Novos desafios para a investigação sobre cultura: prioridades de investigação no domínio cultural da EU. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Vol. 1, nº 2, pp. 48-70. Recuperado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/33>.
- OLIVEIRA, A. L. (1981 [1967]). *O Menino Jesus da Cartolinha: Miranda do Douro* (Sexta Edição). Braga: Companhia Editora do Minho.
- PEREIRA, P. F. S., & CAMPOS, E. M. G. (2005). *Valorando o ecoturismo e as atividades recreacionais da área de proteção ambiental Serra de São José (MG): uma aplicação do método custo de viagem e da valoração contingente*. Recuperado de http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A081.pdf.

- PÉREZ, X. P. (2006). Património Cultural: o casamento entre património e cultura. In *ADRA – Revista dos sócios e sócias do Museo do Pobo Galego*, nº 1, pp. 23-41.
Recuperado de <http://www.museodopobo.es/uploads/pdf/Revista%20Adra%201.pdf>.
- PÉREZ, X. P. (2009). *Turismo cultural: uma visão antropológica* (Coleção Pasos edita, 2).
Recuperado de <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>.
- Portaria nº 1553-D/2008. (2008). *Diário da República I Série. Nº 252 (31-12-08)*, pp. 9300-(431)-9300-(432).
- Projeto turístico luso-espanhol é “motor da economia” no Douro Internacional (2014, 25 de agosto. *Lusa/Açoriano Oriental*. Recuperado de <http://www.acorianooriental.pt/noticia/projeto-turistico-luso-espanhol-e-motor-da-economia-no-douro-internacional>.
- RAMOS, M. J. (Coord.). (2003). *A matéria do património: memórias e identidades*, pp. 7-10.
Lisboa: Edições Colibri – DepANT-ISCTE.
- RAVARA, M., FELDMANN, M., & VICENTE, C. (2013). *O Provedor de Justiça: património e direitos culturais*. Lisboa: Provedor de Justiça – Divisão de Documentação.
- REEVES, M. (2002). *Measuring the economic and social impact of the arts: a review*.
Recuperado de <http://www.artscouncil.org.uk/media/uploads/documents/publications/340.pdf>.
- Resolução da Assembleia da República nº 12/2008. (2008). *Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de Outubro de 2003. Diário da República I Série. Nº 60 (26-03-08)*, pp. 1685-1704.
- RIBEIRO, A. R. P. (2011). *A cultura e a informação estatística nacional: entre o desejado e o possível* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de <http://tede-dep.ibict.br/handle/tde/82>.
- RIFKIN, J. (2000). *La era del acceso: la revolución de la nueva economía*. Recuperado de <http://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-II/Rifkin%20Jeremy%20-%20La%20Era%20Del%20Acceso%20-%20nueva%20economia.pdf>.
- RODRIGUES, D. P. (2008). *Análise de investimentos culturais: uma proposta* (Dissertação

de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto). Recuperado de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20606>.

RODRIGUES, L. A. (Coord.). (2005). *O património histórico-cultural da região de Bragança / Zamora*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. H., & LUCIO, P. B. (2006 [1991]). *Metodologia de investigação*. São Paulo: McGraw-Hill.

SANCHES, M. J. (2000). A pré-história da região mirandesa: algumas notas. In MEIRINHOS, J. F. (Coord.) (2000). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*, (pp. 179-186). Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda.

SANTOS, J. F. O. (2011). *Os impactos do turismo religioso: o caso da semana santa em Braga* (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto). Recuperado de <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/2237>.

SANZ, J. Á., HERRERO, L. C., & BEDATE, A. M. (2003). Contingent valuation and semiparametric methods: a case study of the National Museum of Sculpture in Valladolid, Spain. In *Journal of Cultural Economics*, 27, pp. 241-257. Recuperado de <http://giec.blogs.uva.es/files/2012/02/jce2003.pdf>.

SEMPERE, A. M. (2012). *As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual*. Recuperado de http://www.campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Relacoes_Cultura_Developimento_A_Martinell.pdf.

SILVA, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas: uma hipótese de roteiro. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, pp 11-33. Recuperado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf>.

SILVA, S. S. (2011). A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento – considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o património cultural. in *AURORA*, ano V, nº 7, pp. 106-113. Recuperado de <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>.

SOUSA, M. I. X. R. (2009). *A dança das políticas: reflexões em torno dos conceitos de mercado, financiamento e subvenção pública das artes, com particular incidência na dança e artes do espectáculo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro). Recuperado de <http://ria.ua.pt/handle/10773/6275>.

- TAVARES, J. (Coord.). (2014). *Cultura e Desenvolvimento: um guia para os decisores*. Recuperado de <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretarios-de-estado/secretario-de-estado-da-cultura/documentos-oficiais/20140305-estudo-cultura-desenvolvimento-economico.aspx>.
- TERAO, S. (2010). *Mirandese as an endangered language* (Kobe University) Recuperado de <http://www.lib.kobe-u.ac.jp/repository/81002670.pdf>.
- THROSBY, D. (2001). *Economics and Culture*. Cambridge: University Press.
- THROSBY, D. (2003). Determining the value of cultural goods: how much (or how little) does contingent evaluation tell us?. In *Journal of Cultural Economics*, nº 27, pp. 275-285. Recuperado de http://culturalheritage.ceistorvergata.it/virtual_library/Art_THROSBY_D-Determining_the_Value_of_Cultural_Goods_.pdf.
- TOLILA, P. (2007). *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras & Itaú Cultural.
- TOLSTÓI, L. (2013 [1898]). *O que é a Arte?* (Coleção Filosofia Aberta, 26). Lisboa: Gradiva.
- TUBELLA, I. (2006). Televisão e internet na construção da identidade. In CASTELLS, M., & CARDOSO, G. (Coord.). (2006). *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*, (pp. 281-289). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- UNCTAD (2008). *Creative Economy Report 2008*. Recuperado de http://unctad.org/en/Docs/ditc20082cer_en.pdf.
- UNCTAD (2010). *Creative Economy Report 2010*. Recuperado de http://unctad.org/es/Docs/ditctab20103_en.pdf.
- UNESCO (1970). *Final Report: intergovernmental conference on institutional, administrative and financial aspects of cultural policies*. Recuperado de http://ocpa.irmo.hr/resources/docs/Report_Venice_CulPol-en.pdf.
- UNESCO (1982). *Mexico city declaration on cultural policies*. Recuperado de http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf.
- UNESCO (1989). *Recommendation on the safeguarding of traditional culture and folklore*.

Recuperado de http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

UNESCO (1992). *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. Recuperado de <http://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-12e.pdf>.

UNESCO (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Recuperado de <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

UNESCO (2005). *Records of the general conference - 33rd session*. Volume 1. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001428/142825e.pdf>.

UNESCO (2006). *Expert meeting on community involvement in safeguarding intangible cultural heritage – towards the implementation of the 2003 convention*. Recuperado de <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>.

UNESCO (2007). *Statistics on cultural industries: framework for the elaboration of national data capacity building projects*. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001549/154956e.pdf>.

UNESCO (2009). *2º Relatório Mundial da UNESCO – investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>.

Universidade do Minho (2013). *Impactos, económicos e sociais: relatório executivo. Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura*. Recuperado de http://www.guimaraes2012-impactos.pt/pdf/relatorio_final.pdf.

VASCONCELLOS, J. L. (1992 [1900]). *Estudos de Philologia Mirandesa*. Volume I. Palaçoulo: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

VASCONCELLOS, J. L. (1993 [1901]). *Estudos de Philologia Mirandesa*. Volume II. Palaçoulo: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

VAZ, E. A. (2008). *A morfologia da cidade: a evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*. Palaçoulo: Centro de Estudos António Maria Mourinho.

VIEGAS, F. J. (2011). *Fazer Cultura em Portugal*. Comunicação apresentada na conferência Fazer Cultura em Portugal. Recuperado de http://www.sedes.pt/multimedia/File/SecEstadoCultura_15-12-2011.pdf.

- VILAR, R. E. (2007). Sobre a Economia da Cultura. In *Comunicação & Cultura*, nº 3, pp. 131-144. Recuperado de http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/03_07_Emilio_Rui_Vilar.pdf.
- VITORINO, N. (Coord.). (2014). *Criação de Instrumentos Financeiros para Financiamento do Investimento na Cultura, Património e Indústrias Culturais e Criativas*. Recuperado de <http://www.gepac.gov.pt/gepac-seminarios/cultura2020/we-consult-estudo-pdf.aspx>.
- XAVIER, J. B. (2012). *Política Cultural*. Comunicação apresentada na conferência “6 Debates, 6 Temas, Cultura – outros modos de ver”. Recuperado de http://www.sedes.pt/multimedia/File/SEDES_131212.pdf.
- ZALLO, R. (2011). *Análisis comparativo y tendencias de las políticas culturales de España, Cataluña y el País Vasco: metodología de Compendium of cultural policies and trends in Europe*. Recuperado de http://www.falternativas.org/content/download/18601/505692/version/1/file/oc_10_web_def.pdf.
- ZAPATERO, J. G. A. (1985). *Sobre os nomes Peñaranda, Aranda, Arandilla, Miranda do Douro*. Braga: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

8 Webgrafia

AEPGA: Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino - <http://www.aepga.pt/>.

Creative Europe - <http://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/>.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - <http://www.priberam.pt/DLPO/>.

EVoch: Economic Value of Cultural Heritage

– http://www.jcyl.es/web/jcyl/EVoCH/en/Plantilla66y33/1284160887673/_/_/.

GEPAC: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

– <http://www.gepac.gov.pt/pagina.aspx?ur=1>.

Galandum Galundaina - <http://www.galandum.co.pt/>.

Google Maps - <https://www.google.pt/maps>.

Infopedia Dicionários Porto Editora - <http://www.infopedia.pt/>.

KEA European Affairs - <http://www.keanet.eu/>.

Larousse.fr: encyclopédie et dictionnaires gratuits en ligne - <http://www.larousse.fr/>.

Património Cultural: Direção-Geral do Património Cultural

– <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>.

PORDATA - <http://www.pordata.pt/>.

Real Academia Española: diccionario de la lengua española

– <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae>.

UNCTAD - <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>.

UNESCO - <http://en.unesco.org/>.

9 Anexos

Anexo 1 - Entrevista ao Doutor Júlio Meirinhos

Património Cultural Mirandês: contributo para uma abordagem político-económica

NOTA EINIICAL: Tratando-se dua anterbista subre la temática de la lhéngua mirandesa, tengo por hábito responder a las questones an lhéngua mirandesa.

1. A aprovação e publicação da Lei do Mirandês constitui-se como o grande impulso não só legal, mas também científico e mediático para o reconhecimento da “lhéngua”. Sente que, de forma generalizada, os portugueses reconhecem a existência da língua mirandesa? Interiorizou-se a nível da opinião pública a existência do mirandês e a sua ligação a Miranda do Douro?

*R1. La lei 7/99 de 29 de Janeiro ye un marco stórico pa la Lhéngua Mirandesa: cun eilha la lhéngua oufecializa-se, deixa de ser ua lhéngua de Miranda i tresforma-se nua lhéngua ouficial de la República Pertuesa. La lhéngua mirandesa antrou nua nuoba era, a que muitos studiosos cháman “**mirandés moderno**”.*

Ua lhéngua eisiste siempre que stéiamos delante dun sistema lhenguístico gramaticalmente purfeito i cun caratelísticas çtintibas próprias, l que yá ye recoincido pula comunidade científica zde ls fins de l seclo XIX, aquando de ls purmeiros studos publicados por José Leite Vasconcelos.

Nun tengo nanhue spéce de dúbedas: ne ls dies d’hoije, la lhéngua mirandesa, ye de forma generalizada coincide pula grande maiorie de ls pertueses, i an Pertual ye sabido, tamien de maneira generalizada, que hai dues lhéguas oufeciales: l pertués i l mirandés. Porriba deste coincimiento generalizado, hai ua cereija mui galana i relhamposa: la lhéngua mirandesa tresformou-se nua causa simpática pa to ls pertueses assi cumo para to ls meios de comunicaçon an giral.

2. Em 2003, equacionava-se a publicação do “Sistema Jurídico da Língua Mirandesa”, assumindo (legitimamente) a Língua Mirandesa como um direito adquirido. Apesar do Despacho Normativo 35/99 de 20 de julho vir regulamentar os direitos consagrados pela Lei 7/99 de 29 de janeiro (Lei do Mirandês) considera que esses direitos se encontram plenamente realizados?

R2. Nunca ua lei se chega a aplicar na sue plenitude, hai siempre etapas: normativas ilegales, sociales i antropológicas. Acredito que se fizo un camino lhargo. Acredito que inda hai un camino lhargo para andar. Depende de la gana de ls nuobos agentes políticos i sociales, querer fazer esse camino, mas cuido que bamos, talbeç un pouco debagar i cun algues regubiúras znecessairas, na buona direçon.

Subre la queston normativa i ilegal, l pensamento cun mais cunsisténça i clareza ye de: FERREIRA, Amadeu (2003) “Statuto Jurídico de la Lhéngua Mirandesa” In. Ciemen, Drets Lingüístics, Anclabes lhenguísticos na Ounion Ouropeia (2003)65-86.

3. Os estudos publicados situam os falantes de mirandês entre 3000 e 15000 falantes! Como é de conhecimento geral, falar mirandês nunca foi uma prática comum entre os habitantes da cidade de Miranda do Douro e nas aldeias tem vindo a diminuir consideravelmente. Que medidas considera serem importantes para que o seu uso possa ser mais fomentado e difundido pela comunidade mirandesa?

R3. Nun eisísten studos sérios subre essa matéria. L que ten sido publicado son meros palpites de circunstância. Apesar de nunca haber sido calculado l número rigoroso de falantes, esse número ten eibeluido quier por rezones demográficas, quier por rezones socio-lhénguísticas.

José Leite Vasconcelos, por buolta de 1900, calculou que serien 15000 falantes, assentando l sou cálculo ne ls censos de la época i tomando cumo eideia de que era de 100% la percentaige de falantes de las bárias aldés. Até hai pouco tiempo este número ten benido a ser repetido, mas la berdade ye que la situaçon se altarou radicalmente. Se outra situaçon nun houvisse, bastaba atender a la grande baixa de la populaçon na region, sobretudo a partir de ls anhos 60 de l seculo XX. Ultimamente ténen-se benido a apersentar números que barían antre un mínimo de 5000 falantes cuntando solo ls moradores a bibir na region de Miranda i un mássimo de 10000 falantes cuntando tamien cun la diáspora. Pessoalmente

tamien acradito que un número antre estes dois atrás referidos andar á mui acerca de la rialidade.

Hoije nácen na region muito menos ninos, i ye atrabeç deilhes que ua lhéngua se reproduç. Mas hai un nuobo fenómeno: tal cumo you, buona parte de antigos moradores de las aldés, ténen benido a bibir pa la cidade de Miranda i desta maneira, l mirandés antrou de maneira fuerte na cidade. Bisto que la família perdeu l sou papel ouriginal de anstituiçon adonde la lhéngua se daprende, la scuola ye hoije l más fuerte sistema de trasmisson: tornar la çplina oubrigatória, tal cumo acuntece noutras regiones cun lhéguas minoritairas, ao lhado dua política cultural lhenguística más fuerte i agressiba por parte de la outarquie, serien las medidas mais eificazes. Tener proua de la nuossa lhéngua, ye l purmeiro passo para apropiá-la i preserbá-la.

4. Entende-se que a língua mirandesa é um dos fatores principais no processo de construção da identidade da comunidade mirandesa. Ao não fazer uso da língua mirandesa estão os mirandeses inconscientemente a afastar-se desse património (considerando assim que não há uma efetiva apropriação desse legado)? Como vê atualmente a vitalidade da “lhéngua”?

*R4. Ne l cuntesto jurídico i socio-lhenguístico que atrás já referi, l cuntesto de “**mirandés moderno**”, nunca bi la lhéngua cun tanta bitalidade, nunca bi tantas einiciatibas, tantos scritos, tanta publicaçon, tanta ambestigaçon, nunca bi quadrantes tan dibersos a anteressar-se pul mirandés, mas nunca podemos perder de bista la stória, perder de bista de adonde benimos, de l lhargo porcesso de minorizaçon i bargonha por que passou la lhéngua, por isso, acradito que las cousas stan a ir bien, i l tiempo ye fundamental na eibeluçon de las mentalidades sociales. Claro que se puode siempre fazer melhor, mas l ótimo ye cousa difícil de acuntecer. Tamien me parece mui claro, que ne ls dies que cuorren, ls mirandeses stan a custruir i reforçar la sue eidentidade, al redror de la lhéngua mirandesa.*

5. Sobre a criação do Instituto ou Fundação da Língua Mirandesa, considerou em 2010 que onze anos “é tempo suficiente para que se crie um organismo que investigue, equacione e promova o mirandês” acrescentando que "há membros do Governo que têm informação precisa e capacidade política de tomar decisões em relação ao futuro da língua mirandesa, enquanto, por outro lado, há empresas como a EDP ou a REN, empenhadas em apoiar todo o processo", o que falta então para que esse Instituto/Fundação seja uma realidade?

R5. L formato jurídico de la anstituiçon de la lhéngua mirandesa puode nun ser l mais relebante, l más amportante ye que se abance. Ye berdade que ten habido muitos rebezes, subretudo ganas políticas frouxas, i nós sabemos que an cuntesto de crise, las causas culturales, i sobretudo las causas culturales lhigadas a minories, son las que más súfren. Nun déixan de star para acuntecer mui brebemente, grandes nobidades subre essa matéria: quando ls que ténen oubrigaçon nun fázen, neste caso l stado, tenemos que ser nós mesmos a andar palantre! Mui brebemente, la Associação de Lhéngua Mirandesa, será restruturada i puosta ne l terreno, para ancarnar l papel de anstituiçon central de la lhéngua mirandesa, i mais subre esta queston nun adelantro.

6. É inegável a importância do turismo para a valorização e rentabilização económica do património cultural, no entanto este constitui-se (nomeadamente nas Terras de Miranda) como o principal ativo da oferta e consequente promoção turística. Há um aproveitamento do “turismo” em relação ao património cultural ou entende que a balança está devidamente equilibrada?

R6. Nun me parece que las cousas dében ser puostas dessa maneira. Naide se aporbeita de naide, mas cada un debe fazer l sou papel: uns perdúzen, outros stúdan, outros dibúlgan, outros bénden, etc. L papel de l turismo ye dibulgar i promover: se ten feito isso, ten feito l que debe. L oujetibo de todos ye zambuolber la eiconomie, mesmo que essa eiconomie assente ne l patrimónho cultural.

7. Numa entrevista à “Voz do Nordeste” (agosto de 2011) fala da importância estratégica do “Turismo de Natureza” no âmbito do Nordeste Transmontano. No caso mirandês, o património natural é sem dúvida um dos campos mais rentáveis economicamente, mas ainda assim, indissociável do restante espectro do património cultural. Assistiu-se, em Trás-os-Montes, nos últimos anos a processos de patrimonialização que resultaram em diferentes denominações como “capital do fumeiro”, “capital do mel”, “capital da alheira”, etc. Do ponto de vista da promoção turística local, considera mais eficiente a abordagem a um produto cultural abrangente (generalista em relação ao património mirandês) ou a criação de produtos culturais mais específicos (enquadrados em diferentes ofertas turísticas como religioso, natureza, etnográfico, gastronómico)?

R7. An turismo las redundancias i la segmentaçon, son mui amportantes: las dues formas puoden andar de manos dadas. Por un lhado la natureza, por outro la cultura i ls perdutos tradicionais de culidade, mas ye mui amportante que haba un chapeu, ua marca çtintiba, diferenciadora, i para isso, penso que todos staran de acordo, que la lhéngua i cultura mirandesas, assi cumo to las tradiçones que le stan associadas, cristalízan l aspeto mais diferenciador de todos.

8. A classificação como Património Mundial do Vale do Côa (e posteriormente Siega Verde) pela UNESCO, após apenas 2 anos da sua classificação como Monumento Nacional, refletiu-se em alguns investimentos quer a nível de infraestruturas de apoio ao turismo, em equipamentos culturais e na própria Fundação Coa Parque numa perspetiva de gestão holística dos recursos arqueológicos, museológicos e artístico-culturais. No caso do património cultural mirandês, e dada a sua variedade, até que ponto considera ser viável a sua classificação como Património Imaterial (ou outro tipo de classificação) por parte de uma organização internacional como a UNESCO?

R8. Yá bastante tiempo que tengo benido a dezir que esse camino parece-me fundamental: tenemos to las cundiciones para custruir ua perpuosta fuerte i ganhadora que cunsiga eisito anquanto classificaçon de Patrimónho Eimaterial UNESCO. Haba bison, trabalho sério i gana.

9. Nos últimos anos, por motivos profissionais, vivi no Algarve e no Minho. Sendo inegável a diferenciação da promoção turística algarvia assente no setor “sol e praia”, a minha perceção é de que no Alto Minho a promoção turística é feita de modo integrado denotando-se cuidado não só na programação a nível regional mas também na definição (sem sobreposição) do produto cultural de cada concelho. Acima de tudo noto uma maior dinamização na criação de produtos culturais de cariz regional. A diferença entre a promoção turística no Alto Minho e Trás-os-Montes prende-se essencialmente com aspetos de escala? Ou encontrando-nos numa sociedade em rede (tal como defende Manuel Castells) e havendo todos os instrumentos disponíveis para trabalhar em rede, falta a sensibilização dos diversos agentes para atuarem de forma interligada?

Como vê (viu) o fenómeno do “Crocodilo do Douro”? Pode-se considerar um caso de patrimonialização visto que de certa forma perdura como “gap turístico/picture place”?

R9. L Minho stá mais acerca de l Porto i portanto de las puortas turísticas de antrada. Estas questones fuciónan muito an mancha d'óleo i l centro de la mancha ye l Porto: quier anquanto puorta de antrada, quier anquanto mercado turístico eimissor anterno por el própío. Tamien por rezones de grande eiroson de natureza demográfica, an Trás-ls-Montes ye muito más çfícil cuncretizar l aporbeitamiento de las potencialidades turísticas. Tenemos inda las questones lhigadas a las buenas acessibilidades: las de Trás-ls-Montes dátan solo de apenas, onte! Apuis tamien hai la relaçon oufierta vrs. procura: ten que haber un fuerte eiquelíbrio antre las dues! Trás-ls-Montes ten ua oufierta inda mui andeble, quaije nun hai houteles de tipo cuntinental, que ampécen a ourientar i segmientar la procura, tal cumo yá ampeça a acuntecer ne l Douro. Acradito que hai un tiempo para todo, i por isso tamien haberá un tiempo para Trás-ls-Montes.

L nuobo quadro de dinheiros que bân a beber de la UE, muito menos ourientados pa las infraestruturas tamien há-de ajudar a mudar ls paradigmas até anton seguidos.

Quanto al crocodilo de l Douro, mais nun ye que un "gag" mui comun a muitos outros Parques turísticos temáticos cumo este: pura bison estratégica de comunicaçon i anteligénça de l duonho.

Júlio Meirinhos

Miranda de l Douro, 18 de Febreiro 2014

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 7/99

de 29 de Janeiro

Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma visa reconhecer e promover a língua mirandesa.

Artigo 2.º

O Estado Português reconhece o direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda.

Artigo 3.º

É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar.

Artigo 4.º

As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa.

Artigo 5.º

É reconhecido o direito a apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.

Artigo 6.º

O presente diploma será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 7.º

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 19 de Novembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 15 de Janeiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do habitante do concelho de Miranda do Douro relativamente à valoração do património cultural mirandês e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo

- Masculino
Feminino

2 Idade

3 Residente no concelho de Miranda do Douro?

- Sim Não

4 Habilitações Literárias

- Ensino Básico
9º ano
12º ano
Ensino Superior

5 Situação perante a profissão

- Estudante
Empregado por conta própria
Empregado por conta de outrém
Desempregado

6 Rendimento mensal do agregado familiar?

- Até €500
Entre €500 e €800
Entre €800 e €1500
Entre €1500 e €4000
Mais de €4000

7 Estaria na disposição de pagar um adicional - incluído, por exemplo, na fatura mensal da água - destinado exclusivamente a despesas relativas à preservação e promoção do património cultural mirandês, nomeadamente o património edificado, a língua, a paisagem natural, a gastronomia e a música mirandesa.

Se sim, esse adicional seria de?

- €0 de €0,10 a €0,50 de €0,50 a €1,50 de €1,5 a €4 de €4 a €10 acima de €10

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

Masculino

Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

Sim

Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

Sim

Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

Sim

Não

6 É a sua primeira visita ao Museu da Terra de Miranda?

Sim

Não

Se não, quantas visitas fez anteriormente? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

Sim

Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

Sim

Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

Automóvel

Autocarro

Mota

Outro

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

Hotel / Residencial

Alojamento em casa rural

Campismo

Casa de amigos / familiares

Outro

12 Habilitações literárias?

4º ano

6º ano

9º ano

12º ano

Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

Até €1000

Entre €1001 e €2500

Entre €2501 e €4000

Entre €4001 e €7000

Mais de €7001

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

- Masculino
Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

- Sim
Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

- Sim
Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

- Sim
Não

6 É a sua primeira visita à Concatedral de Miranda do Douro?

- Sim
Não

Se não, quantas visitas fez anteriormente? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

- Sim
Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

- Sim
Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

- Automóvel
Autocarro

Mota

Outro _____

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

- Hotel / Residencial
Alojamento em casa rural
Campismo
Casa de amigos / familiares
Outro _____

12 Habilitações literárias?

- 4º ano
6º ano
9º ano
12º ano
Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

- Até €1000
Entre €1001 e €2500
Entre €2501 e €4000
Entre €4001 e €7000
Mais de €7001

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

Masculino

Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

Sim

Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

Sim

Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

Sim

Não

6 É a sua primeira visita ao Cruzeiro Ambiental do Douro Internacional?

Sim

Não

Se não, quantas visitas fez anteriormente? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

Sim

Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

Sim

Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

Automóvel

Autocarro

Mota

Outro

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

Hotel / Residencial

Alojamento em casa rural

Campismo

Casa de amigos / familiares

Outro _____

12 Habilitações literárias?

4º ano

6º ano

9º ano

12º ano

Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

Até €1000

Entre €1001 e €2500

Entre €2501 e €4000

Entre €4001 e €7000

Mais de €7001

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

- Masculino
Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

- Sim
Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

- Sim
Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

- Sim
Não

6 É a sua primeira visita gastronómica a Miranda do Douro?

- Sim
Não

Se não, quantas visitas fez anteriormente? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

- Sim
Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

- Sim
Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

- Automóvel
Autocarro

Mota

Outro _____

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

- Hotel / Residencial
Alojamento em casa rural
Campismo
Casa de amigos / familiares
Outro _____

12 Habilitações literárias?

- 4º ano
6º ano
9º ano
12º ano
Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

- Até €1000
Entre €1001 e €2500
Entre €2501 e €4000
Entre €4001 e €7000
Mais de €7001

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

Masculino

Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

Sim

Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

Sim

Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

Sim

Não

6 É a sua primeira participação no Festival “L Burro i l Gueiteiro”?

Sim

Não

Se não, em quantas edições participou? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

Sim

Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

Sim

Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

Automóvel

Autocarro

Mota

Outro

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

Hotel / Residencial

Alojamento em casa rural

Campismo

Casa de amigos / familiares

Outro

12 Habilitações literárias?

4º ano

6º ano

9º ano

12º ano

Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

Até €1000

Entre €1001 e €2500

Entre €2501 e €4000

Entre €4001 e €7000

Mais de €7001

Questionário

Este questionário tem por objetivo conhecer o perfil do visitante do planalto mirandês enquanto consumidor de bens culturais e destina-se à elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este questionário é anónimo e voluntário e como tal é solicitada a maior sinceridade no preenchimento do mesmo.

Obrigado pela sua colaboração.

1 Sexo?

- Masculino
Feminino

2 Idade?

3 Viaja acompanhado?

- Sim
Não

Se sim, por quantas pessoas? _____

4 É a sua primeira visita ao planalto mirandês?

- Sim
Não

Se não, quantas visitas faz em média por ano? _____

5 Esta visita foi organizada através de uma agência de viagens?

- Sim
Não

6 É a sua primeira participação no Festival Intercéltico de Sendim?

- Sim
Não

Se não, em quantas edições participou? _____

7 Além deste monumento, tem previsto visitar outros monumentos / bens culturais no planalto mirandês?

- Sim
Não

Se sim, qual/quais? _____

8 Deslocou-se do seu concelho de residência?

- Sim
Não

Se sim, qual o concelho de residência? _____

Outro país (localidade) _____

9 Meio de transporte utilizado?

- Automóvel
Autocarro

Mota

Outro _____

10 Quantas noites vai pernoitar no planalto mirandês?

11 Tipo de alojamento?

- Hotel / Residencial
Alojamento em casa rural
Campismo
Casa de amigos / familiares
Outro _____

12 Habilitações literárias?

- 4º ano
6º ano
9º ano
12º ano
Ensino Superior

13 Número de elementos do agregado familiar?

14 Rendimento mensal do agregado familiar?

- Até €1000
Entre €1001 e €2500
Entre €2501 e €4000
Entre €4001 e €7000
Mais de €7001